

PR INAUGURA ESTRADA NAMPULA/NAMETIL

## Criadas condições para acelerar desenvolvimento

**A**ASFALTAGEM da estrada ligando a cidade de Nampula e Namefil, vila-sede distrital de Mogovolas, vai aproximar os centros de produção e de consumo, contribuindo assim para acelerar o desenvolvimento da província.

A rodovia, de 70,6 quilómetros, foi inaugurada ontem pelo Presidente da República, Filipe Jacinto Nyusi, e deverá constituir um motor de desenvolvimento, uma vez que atinge os distritos de Nampula, Meconta e Mogovolas, que são potencialmente agrícolas.

Nestas regiões produz-se milho, mandioca, gergelim e ainda se pratica a criação de gado, actividade piscatória e mineração de pedras preciosas e areias pesadas.

Falando no acto da inauguração da rodovia, o Chefe do Estado apelou à valorização da infra-estrutura, através do aumento da produção, considerando que um dos objectivos da sua construção é a promoção de desenvolvimento. Pediu igualmente aos utentes da via para evitarem acidentes de viação.

"Não fizemos a estrada para encurtar a vida dos cidadãos. Evitem os acidentes de viação, esta estrada é para facilitar a circulação de pessoas e bens e promover o desenvolvimento, através do aumento da produ-



PR diz que a estrada asfaltada deve servir para o aumento da produção e, por essa via, o desenvolvimento da província

ção", disse o Presidente Nyusi.

Segundo ele, a via asfaltada vai promover também o desenvolvimento do turismo, pois dá acesso a regiões com este potencial mas pouco frequentadas como, por exemplo, Quinga, Praia Nova, em Angoche, que passam a constituir alternativa à Nacala-Porto, Mossuril e Ilha de Moçambique.

"Para nós esta é uma estrada do presente e do futuro, virada sobretudo para o desenvolvimento", sublinhou o mais magistrado da Nação.

O tempo de viagem entre os dois pontos da província fi-

cou encurtado de duas horas para 40 minutos, sendo que a estrada custou 41,5 milhões de dólares, financiadas pelo Governo e EximBank da Coreia do Sul.

Entretanto, no quadro da sua visita à província de Nampula, o Presidente Nyusi dirigiu também ontem a inauguração do Mercado de Peixe de Moçambique.

Hoje, último dia de trabalho, o Chefe do Estado desloca-se ao distrito de Monapo, onde inaugura a fábrica de processamento de castanha de caju e visitar uma feira agro-industrial. Fará igualmente uma comunicação à população da província de Nampula e ao país em geral, acto que marcará o fim da sua visita a esta região do país.

## Saúde recorre à tecnologia para melhorar colecta de sangue

A COLECTA de sangue nos hospitais poderá melhorar nos próximos tempos, com o lançamento, ontem, em Maputo, de uma tecnologia que visa contribuir para uma maior mobilização de doações regulares e voluntárias nas unidades sanitárias do país.

Com o aplicativo MoreLife, que permite que os usuários tenham informação dos diferentes postos de doação de sangue, assim como aceder a dados que revelam a gestão do líquido vital, espera-se contrariar a actual tendência de redução do número de dadores voluntários.

Desenvolvido pela Ability, um dos parceiros do sector na busca de soluções para a melhoria na prestação de serviços às comunidades, o instrumento permite uma interacção, em tempo real, entre o Serviço Nacional de Sangue (SENASA) e a sociedade.

Anotou que, através desta plataforma, o SENASA pode partilhar informação com os dadores cadastrados, alertando-os para a doação no caso



O MISAU quer contrariar a actual tendência da redução do número de dadores voluntários

de baixa ou ruptura de stocks de um grupo sanguíneo específico.

Lídia Cardoso, que falava no âmbito das festividades do Dia Nacional do Dador de Sangue que hoje se assinala, enfatizou a importância da trans-

fusão nos cuidados de saúde. Apontou a sua pertinência, em casos de hemorragia durante o parto ou pós-parto, anemias graves, acidentes, catástrofes naturais, bem como em procedimentos clínicos e cirúrgicos.

Sob o lema "Sangue seguro, salva vidas", o slogan "Doe sangue e torne o mundo num lugar mais saudável", a data foi marcada por apelos para uma maior adesão a doações voluntárias de sangue, sobretudo dos jovens.

## Apoio para deslocados em Cabo Delgado

DEZ mil pessoas deslocadas devido aos ataques terroristas em Cabo Delgado beneficiaram de ajuda humanitária, uma acção que visa minimizar o seu sofrimento. O apoio é da iniciativa da ADPP, em parceria com a World Jewish Relief (WJR). Os deslocados receberam kits alimentares suficientes para um período de um mês, constituídos por arroz, farinha de milho, óleo e açúcar, bem como produtos de higiene.

## EM 24 HORAS

## Quatro internados devido à Covid-19

O NÚMERO de pacientes a necessitar de internamento devido à Covid-19 subiu nos últimos dias, com o país a registar um cumulativo de 75, dos quais quatro admitidos entre quinta-feira e ontem no centro de controlo da doença no Hospital Geral da Pulana-Caniço, na cidade de Maputo.

Dados partilhados ontem pelo Ministério da Saúde sobre a actualização da situação da pandemia em Moçambique e no mundo apontam para mais 46 infectados pelo novo coronavírus e 87 recuperados.

O documento mostra que do total de internados 13 continuam sob cuidados médicos nos centros de isolamento, estando 11 na cidade de Maputo e os restantes nas províncias de Sofala e Gaza.

Quanto aos novos contabilizados as estatísticas mostram um aumento progressivo de casos na província e cidade de Maputo, com oito e 33 casos, respectivamente, e dois em Cabo Delgado, Nampula,

Zambézia e Inhambane notificaram um cada.

Destes, constam dois menores de cinco anos e três com idade acima de 65 anos. Segundo a fonte, a maioria dos casos é constituída por jovens na faixa etária dos 25 aos 34 anos, com 15 casos, o correspondente a 26,8 por cento dos episódios registados entre quinta-feira e ontem.

De acordo com o Ministério da Saúde, a maior parte destes casos foi detectada no quadro da vigilância activa nas unidades sanitárias e no rastreio de contactos positivos, em 916 testes realizados em laboratórios públicos.

Em relação aos recuperados, 47 são de Nampula, 12 da província de Maputo, 11 de Cabo Delgado, 10 de Sofala, cinco de Gaza e dois de Inhambane. Do total dos que se livraram da doença 85 são moçambicanos e dois são estrangeiros, sendo um cubano e um indiano.

Com estes dados, Moçam-

bique conta actualmente com 2055 (55,6 por cento) indivíduos recuperados da Covid-19; 1617 casos ativos e 21 óbitos devido à doença.

Entretanto, ainda no mesmo documento, a Saúde alerta para o risco de exposição ao sol e ao novo coronavírus devido à vaga de calor que se registra desde ontem e que se prevê que continue hoje.

Neste contexto, apela as pessoas para que permaneçam em casa e que caso necessitem saír observarem todas as medidas de prevenção da Covid-19 e consumam pelo menos dois litros de água por dia, sumo de frutas, água de coco, alimentos leves e ricos em água, vitaminas e sais minerais, para evitar a desidratação.

Recomendam ainda a redução do consumo de alimentos gordurosos, tais como fritos, queijos e manteiga, pois, segundo explicam, estes são de difícil digestão e podem causar mal-estar.

## FEBRE AFOSA

## Cinco províncias em vigilância activa

As províncias de Maputo, Gaza, Inhambane, Manica e Tete estão sob vigilância epidemiológica activa para a identificação de possíveis surtos de febre aftosa, após o anúncio de casos positivos no distrito de Magude e eclosão da doença no vizinho Malawi.

Nos últimos dias a Direcção Nacional de Desenvolvimento Pecuário (DNDP) intensificou a vigilância nos currais próximos das zonas em que foi notificada a febre aftosa, tendo inspecionado os bovinos das localidades de Sabão, Chibeleane, Matchabe e Magude-Sede, na província de Maputo.

Até ao momento os currais examinados nesta região do país não apresentam sinais clínicos da doença e as autoridades veterinárias garantem que o problema continua circunscrito ao distrito de Magude.

O Governo decidiu, há duas semanas, interditar a movimentação de animais, carnes e outros subprodutos a partir da província de Maputo como medida para travar o alastramento da febre aftosa.

Assim, o transporte de animais destinados à criação e abate passa a carecer de parecer da autoridade veterinária, após a verificação das condições sanitárias dos animais pelas enti-



dades competentes.

No contexto da prevenção da doença, está também vedado o trânsito de forrageis para importação de animais e seus derivados do país vizinho, ao mesmo tempo que prepara o arranque do processo de imunização em todas as zonas de risco.

A febre aftosa é considerada uma das doenças transfronteiriças de bovinos, caprinos, ovinos e suínos mais importantes no mundo.

Esta classificação deve-se à rápida transmissão e propagação dentro de um país e até fora deste, com impacto económico negativo devido à imposição de medidas que impedem o acesso ao mercado, não só de produtos pecuários, como também dos excedentes agrícolas.



### Parceria público-privada para gestão dos silos

Pág. 6

Todos devem envolver-se na luta contra o terrorismo em Cabo Delgado

Pág. 9

Covid-19 trava Festival de Timbila

Pág. 23

O alho é um alimento saudável que pode ter algumas propriedades antimicrobianas. No entanto, não há evidências de que o consumo de alho possa proteger as pessoas da infecção pelo novo coronavírus.

## BREVES

### INE em reunião anual de planificação

QUADROS do Instituto Nacional de Estatística (INE) estiveram reunidos até ontem em Vilankulo para avaliar o grau de realização das actividades, no quadro do Plano Anual de Actividades e Orçamento do Sistema Estatístico Nacional (SEN) referentes ao primeiro semestre do presente ano, bem como apreciar as linhas principais do plano do próximo ano. Sob o lema "SEN Moderno, Sustentável e Credível, Assegurando a Observância dos Padrões Internacionais de Qualidade Estatística", o encontro discutiu ainda a proposta do Quadro Nacional de Garantia da Qualidade das Estatísticas Oficiais em Moçambique, entre outros assuntos.

### Celebra-se Dia da Medicina Tradicional

A VICE-MINISTRA da Saúde, Lídia Cardoso, orienta, segunda-feira, na Praça dos Heróis Moçambicanos, em Maputo, as cerimónias centrais do Dia da Medicina Tradicional Africana. Este ano a data é celebrada sob o lema "Duas Décadas de Medicina Tradicional Africana 2001-2010 e 2011-2020: Que Progressos nos Países". A efeméride surge em reconhecimento da importância deste tipo de medicina nos cuidados de saúde primários no continente.



## Click da Semana



## Água de lanho sabe bem na praia!

Há muito que os especialistas em saúde falam sobre os benefícios da água de coco e do lanho para a saúde humana. Para além de ser um líquido de sabor adocicado, esta bebida muito refrescante e de baixa caloria – dizem os especialistas em nutrição – reduz a pressão arterial e risco de doença cardíaca, bem como melhora a digestão, a circulação sanguínea, controla os níveis de glicemias no sangue e protege contra vários tipos de cancro.

Mas, mais do que estes importantes be-

nefícios, o lanho é um produto tropical associado ao turismo, sobretudo de praia. Ou seja, um dos locais mais prazeirosos para se tomar uma boa e suculenta água de lanho é na marginal.

Se calhar foi pensando nesta última componente que vários jovens decidiram investir neste negócio. Mas, contrariando esta iniciativa e perspectiva, o Município de Maputo decidiu abrir uma “guerra sem quartel” contra estes jovens. São frequentes as perseguições,

muitas vezes desembocando em desnecessários tiroteios. Achamos não haver necessidade de tanta pressão sobre os praticantes desta actividade. Até porque se eles exercem o seu negócio nesta zona – adequada para isso – é porque têm clientes. Agora, não é possível pensar que os clientes poderão sair para os mercados para irem beber água de lanho.

O mais importante é organizar os, chamando atenção para que este negócio não se transforme em foco de lixo.



## Tema de Fundo

## Actividade informal: como lidar com ela?

PESQUISAS recentes do Instituto Nacional de Estatística (INE) apontam que cerca de 80 por cento da economia moçambicana é informal.

Os mesmos dados indicam ainda que este sector tem uma contribuição estimada em 40 por cento no Produto Interno Bruto (PIB).

Ora, partindo deste pressuposto, a conclusão primária a que se pode chegar é da importância do sector informal na economia nacional, dado o peso que representa no PIB. Debates há no país que defendem a necessidade de uma organização do informalismo, atendendo à sua multiplicidade e ao seu valor social.

Outros há que defendem o seu banimento, teorizando, por exemplo, que uma economia mais formal constituiria uma mais-valia para o Estado, olhando para a componente de arrecadação de receitas e o reflexo que o mesmo teria na planilha do desenvolvimento.

Mas esta acepção, que não é de todo errada, teria que encontrar um conjunto de acções a serem implementadas que seriam fundamentais, uma das quais seria o destino a dar aos milhões de moçambicanos que se dedicam a esta ac-

tividade geradora de renda para as suas famílias.

Dentre várias questões suscetíveis de serem levantadas, algumas delas, e que não devem ser descartadas, são: existir capacidade de nacional de criar condições para “formalizar” o informal? De onde iria se começar? Que planos e programas – e de que duração são – os municípios nacionais têm para lidar com os envolvidos nestas actividades?

Concordarmos que a forma como esta actividade é exercida no nosso país não é mais a correcta, daí a necessidade de sua organização. Até porque a manifestação do sector informal nas principais artérias das cidades do país tira toda a estética urbana que se pretende. Mas aqui é possível colocar uma outra questão: de quem é a responsabilidade?

O ideal seria encontrar uma plataforma de debate de modo a que, a uma só voz, encontrem-se soluções adequadas para lidar com o comércio informal no país, com o envolvimento dos praticantes desta actividade, autoridades municipais e do Governo, bem como analistas sociais, juristas, entre outros.

Investir somente em medidas adminis-

nistrativas, geralmente trazidas a terreno pela polícia municipal que passa somente por arrebatar os vendedores de esquinas não parece ser suficiente para resolver o problema. Definitivamente, está claro que até nem desencoraja. Nalguns casos, até belica a boa imagem das autoridades municipais, pois as imagens que correm o mundo criam a sensação de uma polícia municipal que esbulha os bens dos vendedores informais.

Em teoria pode-se aferir que o domínio do sector informal sobre o formal resulta, em parte, da incapacidade deste último de responder à demanda, com a “velocidade pretendida”, para além da falta de emprego formal.

Ainda não existem dados sistematizados, mas olhando para o cenário do comércio informal nos últimos meses em Moçambique, dá para, numa primeira fase, concluir que a emergência da pandemia do novo coronavírus, que empurrou para a falência e o consequente encerramento de centenas de pequenas e médias empresas, levando ao desemprego uma verdadeira massa laboral, engrossou o número de praticadas desta actividade.



APOSTA GRACINDA MUIAMBO

# Garantir administração de justiça célere e moderna

**G**ARANTIR uma administração da justiça célere e moderna, a bem de todos os cidadãos e de partes interessadas, é a aposta da nova juiza-presidente do Tribunal Judicial da Cidade de Maputo, Gracinda Muiambo.

O desafio foi ontem assumido em Maputo momentos após a sua tomada de posse, perante o presidente do Tribunal Superior de Recurso, Manuel Bucuane, quadros da administração da justiça, entre outros. Fazendo a jornalistas, Gracinda Muiambo, que antes da posse desempenhava as funções de juíza desembargadora, assumiu que vai dirigir o Tribunal Judicial da Cidade de Maputo tendo em conta o plano estratégico dos tribunais judiciais.

"Tomo posse numa altura imposta pela pandemia de Covid-19, facto que constitui desafio para o sistema de administração da justiça, pois exigirá de nós a adopção de novos métodos de trabalho o que implicará, naturalmente, uma aprendizagem diária", reconheceu a juiza, que sucede no cargo a Henrique Carlos Xavier Cossa, agora juiz conselheiro do Tribunal Supremo.

Dirigindo-se especificamente à empossada, o presidente do Tribunal Superior de Recurso de Maputo desafiou-a a manter o padrão e qualidade dos feitos alcançados pelo tribunal e manifestou a certeza de que irá introduzir mudanças que se mostrarem necessárias para a contínua melhoria dos processos de trabalho.

Manuel Bucuane disse estar consciente de que os desafios que esperam a nova presidente.



Gracinda Muiambo falando a jornalistas momentos após a posse

te são inúmeros, porém para vencê-los terá de caminhar com todos, referindo-se aos magistrados, oficiais de justiça, assistentes dos oficiais de justiça e funcionários de carreira geral, sustenta, citando o Papa Francisco dirigindo-se aos jovens da sua recente visita ao país: "se quer ir rápido, vá sozinho. Se quer ir longe, vá em grupo".

A sua designação para este cargo ocorre num momento particularmente difícil decorrente da situação de pandemia de Covid-19, que assola o mundo e o nosso país em particular, o que irá exigir de si uma maior autonomia na observância do protocolo emanado pelas autoridades da saúde na sua instituição", disse Bucuane.

Lembrou ainda que o pro-

cesso de modernização na tramitação dos processos nos tribunais está em curso com a implementação efectiva do Sistema de Expediente e Informação Judicial Electrónico (SIEJE) em 19 tribunais pilotos, incluindo o Tribunal Judicial da Cidade de Maputo.

"Esperamos que com esta sua liderança todos os actores envolvidos estejam engajados e galvanizados no sucesso deste desiderado que se mostra de suma importância, uma vez que permite que o processo seja concluso e despachado pelo magistrado, via electrónica, sem a necessidade de deslocação do processo físico para além de oferecer dados estatísticos de forma fiável e em tempo real", disse.

Na mesma ocasião, desafiou a nova presidente do Tribunal

Judicial da Cidade de Maputo a alistar na sua agenda de liderança o direito a acesso à justiça para todos os cidadãos, o que consiste em alargar a rede judicial. Até porque, conforme salientou, o Distrito Municipal KaNyaka, está sem tribunal e espera-se que na prossecução do princípio da proximidade da justiça ao cidadão este objectivo seja alcançado em prol dos cidadãos que residem e trabalham naquele ponto da cidade.

Gracinda Muiambo é desafiada ainda a dedicar o seu tempo à auscultação das preocupações dos cidadãos que se aproximarem, particularmente os mais carenciados, atendendo as suas ansiedades e expectativas e encontrar soluções dos seus problemas.

## COMO OS PAIS OCUPAM OS FILHOS

### Evitar saídas desnecessárias



José Massigue

Euridice Mabjeca



Genênio Tchauque



Baptista Manhiça

DESENDE que o novo coronavírus se espalhou pelo mundo a recomendação das autoridades de saúde é de se evitar sair de casa para não se correr riscos de infecção. Algumas situações são inevitáveis, pois é necessário ir ao trabalho, mercado, farmácia, hospital, etc.

Pais e encarregados de educação interpelados pelo "Notícias" reconhecem que ficar em casa é uma medida de precaução importante, como o são outras recomendadas para se evitar a Covid-19.

José Massigue, residente no bairro da Malhangale, na cidade de Maputo, pai de dois filhos, de seis e oito anos de idade, disse que quando as pessoas permanecem em casa evitam a Covid-19. Apelou às pessoas a sair à rua só quando necessário.

Euridice Mabjeca, também residente no bairro da Malhangale, mãe de três crianças, de idades compreendidas entre os seis e 14 anos, indicou que muita gente não tem como evitar sair às ruas. Explicou, contudo, que ao

deixar a residência é necessário reforçar as medidas de prevenção, tais como manter a distância de 1,5 metros entre as pessoas, abstêr-se dos apertos de mão, abraços e beijos, bem como não tocar em superfícies como maçanetas e corrimões.

Genênio Tchauque, de 27 anos de idade, de dois menores, considera uma medida indispensável levar álcool em gel na pasta ou utilizar luvas para manusear produtos em supermercados e farmácias.

Baptista Manhiça, residente no bairro do Hulene, na cidade de Maputo, encarregado de educação de três alunos, é da opinião que se deve adoptar medidas de prevenção nos autocarros, uma vez que a maioria das pessoas usam o transporte quando saem à rua. Sublinhou que depois de tomar o transporte é importante não tocar no rosto antes da lavagem das mãos com água e sabão.

Acrescentou que ao chegar à casa deve-se higienizar as mãos antes de tocar nos objectos.

**Combater a Covid-19 passa pelo envolvimento de todo. Cumpra com as medidas de prevenção e contenção da pandemia.**

#### FARMACIAS DE SERVICO

ROTUNDA – Av. Vladimir Lenin, 2791  
SOCORRO – Av. Agostinho Neto, 190  
FRANCA – Av. Eduardo Mondlane, 733 e 735

MALHANGALENE – Av. Vladimir Lenin, 2791, n.º 1  
XITSUNGU – Av. de Moçambique, 4153, n.º 1  
MODERNA – Av. Eduardo Mondlane, 1425  
DIA E NOITE – Av. Julius Nyerere, 704

#### CORPO DE SALVAÇÃO PÚBLICA

Chamadas de Socorro — 82 198  
Geral 2132222  
2132234

#### CRUZ VERMELHA

Serviço Geral — 21629554

#### HOSPITAIS

Banco de Socorros HCM — 21620448  
Serviço Geral — 21620457

Hospital Militar — 21610825/8

José Macamo — 21600044

Idem — 21600045

Geral de Mevalane — 21675107

#### POLICIA

POLICIA: — 199  
Corpo da Polícia  
Maputo: — 21622001  
21625031  
21327206

#### SDCORROS:

197

#### MUSEUS

Museu da Revolução — Av. 24 de Julho, n.º 2999

Museu da História Natural — Travessa do Zambeze, n.º 104

Museu Nacional da Moeda — Rua Conselheiro Pedroso

Museu Nacional de Arte — Av. Ho Chi-Min, n.º 1233



DELEGAÇÃO PROVINCIAL DE TETE  
Unidade Gestora Executiva das Aquisições

## ANÚNCIO DE CONCURSO PÚBLICO Nº 06/MR-TPL/DPANET/2020

*Contratação de Empreitada para Execução de Obras de Manutenção de Rotina de Estradas Não Asfaltadas da Província de Tete*

- No âmbito do programa de Manutenção de Estradas, o Governo de Moçambique, através do Fundo de Estradas financia a execução de obras de Manutenção de Rotina de Estradas Não Asfaltadas (Terraplenadas) da Província de Tete.
- Para o efeito, a Delegação Provincial da Administração Nacional de Estradas em Tete (DPANET) convida empresas, com alvará de Empreiteiro de Obras públicas da classe indicada na tabela abaixo, Categoria III, Subcategorias 1<sup>a</sup> a 12<sup>a</sup> para apresentarem propostas fechadas, para a execução das obras abaixo:

Lote	Estrada	Troço	Extensão de Trabalho	Classe Minima do Alvará	Valor da Caução Provisória Exigida Por Lote (MT)	Data de Visita a Obra
		Inicio	Fim			
1.	N302	Limite Macanga	Namicunga	58km	3*	50.000,00
2.	N302	Namicunga	Walota	78km	3*	50.000,00
3.	N303	Cantina de Oliveira	Cachombo	65km	3*	50.000,00
4.	N322	Chadzia	Doa	67km	3*	50.000,00
5.	R604	Namicunga	Dómué- Madeia	100km	3*	50.000,00
6.	R605	Mphulo	Tsangano-Maue	105km	3*	50.000,00
<b>TOTAL (Manutenção de Rotina de Estradas Não Asfaltadas)</b>		<b>473km</b>				

**DATA-LIMITE, HORA E LOCAL PARA SUBMISSÃO DAS PROPOSTAS** 21 de Setembro de 2020 às 9:00 Horas, na Secretaria da ANE - Delegação Provincial de Tete.

**DATA, HORA E LOCAL DE ABERTURA DE PROPOSTAS** 21 de Setembro de 2020 às 9:15 minutos, na Sala de Reuniões da ANE - Delegação Provincial de Tete.

**DATA, HORA E LOCAL DE PUBLICAÇÃO DO ANÚNCIO DO POSICIONAMENTO DE CONCORRENTES** 7 de Outubro de 2020, às 14:00Horas, na Sala de Reuniões da ANE - Delegação Provincial de Tete.

- Os Documentos dos Concursos e informações adicionais poderão ser obtidos durante as horas normais de expediente, a partir do dia 28 de Agosto de 2020. A aquisição de cada Documento de Concurso será mediante a apresentação do talão de depósito no valor de 2000,00MT (dois mil meticais) não reembolsável, a efectuar na conta número 88252250, do Banco Millennium bim, com o nome ANE-Tete. Os Documentos do Concurso serão levantados no seguinte endereço:
- ANE - Delegação Provincial de Tete**  
N7; Estaleiro da Ponte Samora Machel  
Telefone: 25224060 / Fax n.º: 25224063 - Cidade de Tete
- A ANE-Tete não se responsabiliza pelo envio por qualquer meio os Documentos do concurso aos interessados.
- As visitas as obras serão realizadas nas datas indicadas na tabela acima. Os custos de deslocação (visita) serão da inteira responsabilidade do concorrente.
- É obrigatório a apresentação das qualificações Jurídicas, qualificações Económico-Financeira, qualificação Técnica e Regularidade Fiscal. Toda a documentação solicitada deverá estar actualizada e devidamente autenticada.
- As Propostas deverão ser entregues na Secretaria da ANE - Delegação Provincial de Tete, na data acima indicada, acompanhadas de garantia provisória no valor indicado na tabela acima, com validade de 120 dias.
- O prazo de validade das propostas é de 90 dias.
- O posicionamento dos concorrentes será anunciado em sessão pública na data e hora acima indicada na Sala de Reuniões da ANE - Delegação Provincial de Tete.
- O concurso será regido pelo Regulamento de Contratação de Empreitada de Obras Públicas, Fornecimento de Bens e Prestação de Serviços ao Estado, aprovado pelo Decreto n.º 5/2016, de 08 de Março.





# Multidão exige subsídio ao governador

**M**ILHARES de pessoas juntaram-se ontem defronte do gabinete do governador de Sofala, Lourenço Bulha, exigindo esclarecimento sobre o pagamento do subsídio total de 7500 metálicos para as vítimas do ciclone Idai que no ano passado arrasou aquela cidade e outros pontos do centro do país.

Numa grande agitação, que mobilizou gente já de quase todos os bairros da capital de Sofala, os populares, a todo o custo queriam receber o subsídio que o Governo decidiu atribuir às famílias mais vulneráveis assoladas pelo ciclone. Aparentemente, as pessoas não haviam entendido que o subsídio seria atribuído apenas a gente que se tinha inscrito nas sedes dos respectivos bairros. É às estruturas do bairro que cabe aferir a elegibilidade dos beneficiários do subsídio, que será pago em tranches totalizando 7500 metálicos por família, numa ação coordenada pelo Instituto Nacional de Ação Social (INAS).

Durante a agitação de ontem, o governador Lourenço Bulha dirigiu-se à grande multidão para esclarecer que o subsídio é para as vítimas do ciclone Idai e não para pessoas



Beirenses "querem" o dinheiro do 'Idai'

afectadas pela Covid-19, como aparentemente muitos estiveram convencidos após o que se supõe ter sido um boato.

Bulha alertou ainda que a aglomeração podia propiciar a propagação do novo coronavírus, dado que as pessoas não respeitavam as regras para evitar a pandemia. Instruiu as pessoas a consultar, a partir de hoje, listas que serão afixadas nas sedes dos seus bairros, onde os elegíveis foram selecionados.

Para aqueles cujos nomes não constam nas listas, o governador aconselhou a criar uma comissão de cinco elementos para se dirigirem ao seu gabinete de trabalho para esclarecimentos.

A crescentou que os beneficiários que não se tenham ins-

critado nesta primeira fase poderão fazê-la para a segunda, em datas a anunciar.

O pagamento do subsídio às vítimas mais vulneráveis do ciclone Idai, iniciado esta semana, teve que ser interrompido devido às manifestações e mal-entendidos da população. Segundo o INAS, o processo será retomado na partir da próxima semana.

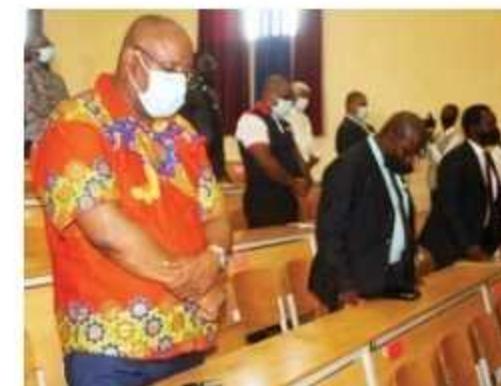
## RETORNO AOS CULTOS COLECTIVOS Igrejas querem celeridade na fiscalização

Os líderes religiosos solicitaram ao Governo que acelere a fiscalização das igrejas, com vista ao retorno aos cultos colectivos no âmbito das medidas de prevenção da pandemia do novo coronavírus. Falando esta semana num encontro com a secretaria de Estado na província de Sofala, Stella Zeca, os dirigentes religiosos queixaram-se da lentidão na inspecção para o efeito.

Como alternativa, prometem-se a suportar algumas despesas de deslocação dos técnicos dos sectores de Justiça, Trabalho e de Saúde que actuam nesta componente. Outra proposta avançada pelos pastores das igrejas que ainda se encontram encerradas há aproximadamente quatro meses é de o Governo delegar a mesma fiscalização a outras entidades da sua confiança.

Os religiosos fizeram estas sugestões por entenderem que se verifica alguma falta de capacidade de resposta das três brigadas formadas para o efeito, exemplificando algumas igrejas receberam promessas de inspecção que não se concretizou por pelo menos três vezes.

Avaliando o ritmo como decorre o processo, que até aquela dia já tinha permitido a reabertura de 76 igrejas na província de Sofala, das quais 50 na Beira, os religiosos acreditam que alguns templos vão permanecer encerrados até fim de ano. Chamado a intervir sobre o assunto, o chefe do departamento de Assuntos



Religiosos, Direitos Humanos e Cidadania nos Serviços Provinciais de Justiça e Trabalho,

José Massandique, confirmou que o seu sector recebe diariamente vários pedidos de fiscalização das igrejas. Segundo ele, as três brigadas constituídas para o efeito realizam, por dia, entre 20 e 25 fiscalizações.

Agrideceu a disponibilidade das entidades religiosas em participar nas despesas de deslocação das equipas de tra-

balho.

"Todo o apoio é bem-

vindo, mas as recomendações deixadas pelas equipas de fiscalização numa determinada igreja devem ser replicadas nas respectivas sucursais, pois não podemos fiscalizar ate as capelas", afirmou Massandique.

Por seu turno, Stella Zeca também louvou a disponibilidade daqueles dirigentes religiosos em ajudar nas despesas de deslocação de equipas de fiscalização, acentuando que as igrejas representam um par-

ceiro tradicional do Governo. No entanto, advertiu que se houver Covid-19 nas igrejas será um problema para todos incluindo Governo. Aconselhou, por conseguinte, ao rigoroso cumprimento do protocolo sanitário elaborado pelo Ministério da Justiça, Assuntos Constitucionais e Religiosos.

### EMOÇÃO MARCA RETORNO AOS CULTOS

A primeira semana do retorno aos cultos colectivos foi caracterizada nas igrejas reabertas por muita emoção, mas por um rigoroso cumprimento das medidas de distanciamento físico no âmbito de relaxamento do segundo ciclo do estado de emergência a partir de 18 de Agosto.

"Foi uma grande bênção, com os fiéis emocionados por voltar a adorar a Deus. Realizámos no primeiro domingo cinco cultos com 30 crentes cada. Gostaríamos de pedir ao Governo para aumentar o número

PUBLICIDADE

Moçambique Capitais

## CONVOCATÓRIA ASSEMBLEIA GERAL ORDINÁRIA

Nos termos do disposto no Artigo 24º, número 1 e Artigo 26º, número 2 dos Estatutos da Sociedade, e dos Artigos 132º, número 1 e 416º, número 1, do Código Comercial, é convocada a Assembleia Geral Ordinária da Moçambique Capitais, SA, a realizar-se no dia 29 de Setembro de 2020, no Hotel VIP Maputo, localizado na Avenida 25 de Setembro, nº 692, na cidade de Maputo, pelas 14:30 horas, com a seguinte Ordem de Trabalhos:

1. Apreciação e aprovação do Relatório e Contas do Exercício de 2019 e Parecer do Conselho Fiscal
2. Proposta para aplicação de resultados
3. Perspectivas para o ano de 2021
4. Eleição dos Órgãos Sociais para o Triénio 2020 – 2022
5. Outros assuntos de Interesse da Sociedade de carácter não deliberativo

Se na data e hora acima indicadas, a Assembleia Geral não se puder realizar por falta de suficiente representação de capital social exigido por lei, fica desde já, ao abrigo dos números 3 e 4 do artigo 136º do Código Comercial, convocada para reunir em segunda convocação, no dia 15 de Outubro, na mesma hora e local.

Considerando as regras estabelecidas no decreto de 29/2020 de 11 de Agosto, referente à declaração do Estado de Emergência, a Assembleia Geral da Moçambique Capitais, será limitada à presença física de 30 acionistas, com acesso universal a todos os acionistas por via electrónica, nos termos a serem indicados pela Sociedade.

Maputo, 28 de Agosto de 2020  
O Presidente da Mesa da Assembleia Geral  
Castigo José Correia Langa



REPÚBLICA DE MOÇAMBIQUE  
GOVERNO DO DISTRITO DE MAXIXE  
SERVIÇO DISTRITAL DE EDUCAÇÃO, JUVENTUDE E TECNOLOGIA

## ANÚNCIO DO CONCURSO PÚBLICO N° 01/04I143741/CP/2020

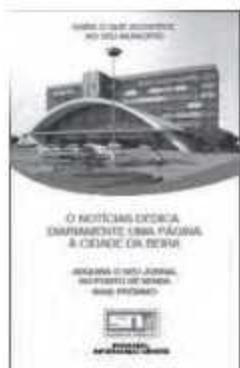
O Serviço Distrital de Educação Juventude e Tecnologia da Maxixe convida as pessoas singulares, micro, pequenas e médias empresas de empreitada de obras públicas, fornecimento de bens e prestação de serviços a apresentarem propostas fechadas para **Aquisição de Material de Escritório, Material de Desporto, Material de Premiação, Fardamento e Calçado, Serviços de Manutenção de Aparelhos de Som, Manutenção de Rede Elétrica e de Comunicação, Carachas, Combustível e lubrificantes**.

Os concorrentes interessados devem ter Licença, Certidão de Quitação das Finanças, UFSA, INSS, Certidão de Registo das Entidades Legais e poderão obter mais informações, examinar os Documentos do Concurso ou levantá-los no SDEJT Maxixe.

1. O período mínimo da validade das propostas será de 120 dias.
2. As propostas em triplicado, as cópias da documentação autenticadas, deverão ser entregues no endereço abaixo, até às **11:00 horas** do dia 16 de Setembro de 2020, as quais serão abertas em sessão pública no mesmo endereço, às **11:30 horas** do mesmo dia na presença dos Concorrentes que desejarem comparecer.
3. Mais se informa que às **10:00 horas** do dia 17 de Setembro de 2020 será feito o anúncio do posicionamento dos concorrentes em sessão pública pelo júri na presença dos concorrentes que desejarem comparecer segundo o plasmado no nº 9 do Art.54 do Regulamento de Contratação de Empreitadas de Obras, Fornecimento de Bens e Prestação de Serviços ao Estado, aprovado pelo Decreto nº 5/2016 de 8 de Março.
4. Endereço: Serviço Distrital de Educação Juventude e Tecnologia, Heróis Moçambicanos, Telefax 293 30099, Maxixe - Inhambane.
5. Adjudicação será feita por lotes
6. As propostas deverão ter obrigatoriamente o **Certificado de Inscrição no Cadastro Único**
7. O Concurso será regido pelo Regulamento acima referenciado.

Maxixe, 2020  
O Director do Serviço

Eurico João Muando  
(Instrutor Técnico Pedagógico de N1)



## CONCESSÃO DA GESTÃO DE SILOS

# Governo apostava em parcerias público-privadas

**JOACAS ACHAR**

O GOVERNO está a ultimar a avaliação de propostas financeiras visando o estabelecimento de parcerias público-privadas para a concessão da gestão dos silos, infra-estruturas construídas há sete anos para dinamizar a comercialização agrícola e reservas estratégicas para a segurança alimentar.

Enquanto isso, o distrito de Milange, na província da

Zambezia, já comercializou mais de 540 mil toneladas de produtos agrícolas diversos, o que representa setenta e um por cento do volume planejado para o primeiro semestre deste ano.

O Ministro da Indústria e Comércio, Carlos Mesquita, que trabalhou recentemente no distrito de Milange, na Zambezia, afirmou que a avaliação técnica já foi concluída e neste momento decorre a avaliação das propostas financeiras para depois se seguir

a adjudicação aos melhores concorrentes.

Segundo Carlos Mesquita, o Instituto de Cereais de Moçambique foi indicado para conduzir o processo que culminará com o estabelecimento da parceria público-privada.

Mesquita disse ainda que a visita a Milange visava interiorizar-se das condições técnicas e operacionais das infra-estruturas por forma a que quando o Governo estiver a negociar os contratos de adju-

dicação tenha uma ideia mais precisa sobre as taxas fixas e variáveis.

Para operacionalizar os silos construídos nas regiões norte e centro do país o Governo lançou há um mês um concurso público de avaliação técnica para o melhor reaproveitamento dos silos, alguns deles não concluídos, apesar de os equipamentos encontrarem-se nos respectivos locais.

Carlos Mesquita afirmou que a construção de silos no distrito de Milange, por exem-

plio, visa, entre outros objetivos, dinamizar o comércio fronteiriço com os países do hinterland. Na sua recente deslocação àquele distrito Mesquita constatou um movimento intenso de transações comerciais de cereais, soja, gergelim, o que na sua opinião estimula o consumo interno, através da produção de ração para a indústria piscícola e para aviários.

Sobre o agro-processamento da produção local, o ministro diz que primeiro é necessário encontrar produtos ancora e em quantidades que justifiquem a instalação de moageiras industriais. Para além desse pressuposto, Mesquita indicou a necessidade de induzir a ideia da criação de uma marca de Milange e certificação do produto por uma questão de qualidade e saúde humana. Contudo, afirmou que o Plano Quinquenal do Governo prevê a criação da pequena e média indústria de processamento, por forma a agregar valor dentro de cada uma das culturas produzidas em Milange, nomeadamente o milho, soja, gergelim e outras.

Para Mesquita, a criação de silos visa também regular as relações comerciais com os países vizinhos nas regiões fronteiriças e regular os preços.



Julio Parrupe, governador da província de Maputo, na entrega de infra-estruturas agríneas

## DISTRITO DE MATUTUINE

# Infra-estruturas vão galvanizar a produção

**WALTER MBENHANE**

A PRODUÇÃO de hortícolas e cereais na localidade de Tintongamine, Posto Administrativo de Bela-vista, distrito de Matutuine, na província Maputo, poderá aumentar, em quantidade e qualidade, com a inauguração do regadio, Posto de Transformação (PT) e sombrites.

A entrega, ontem, destas infra-estruturas aconteceu após beneficiarem de obras de reabilitação, num investimento de cerca de trinta milhões de meticais, suportado pela Agência Espanhola Andaluzia.

O "Notícias" soube que com estes meios, a Associação Macassene, beneficiária, poderá realizar dois ciclos de produção do arroz por campanha, salindos dos actuais 123 toneladas para 360.

Júlio Parrupe, Governador da Província de Maputo, que procedeu à inauguração das infra-estruturas, referiu que com a reabilitação e melhoramento destes empreendimentos estão criadas todas as condições para o aumento da produção e produtividade ao nível do distrito.

"A partir deste momento a associação deve produzir em quantidade e qualidade, não só para abastecer o distrito, como as cidades de Maputo e Matola. Os comerciantes que, habitualmente, compram produtos na vizinha África do Sul devem ser atraídos e preferir os nossos", precisou.

Parrupe indicou que um dos grandes desafios da província, para a presente campanha, é produzir cerca de 16.177 toneladas de arroz e para atingir este objectivo é necessária a criação de infra-estruturas básicas.

"A cultura de bandeira ao nível deste distrito é o arroz, por isso apelamos aos produtores para se engajarem na cultura deste cereal. Nós, como Governo, em coordenação com os nossos parceiros, vamos continuar a criar mais condições para que esta e outras culturas sejam produzidas", referiu.

Parrupe disse, por exemplo, que com o PT foi possível instalar um sistema de bombagem das águas para garantir a rega das culturas e dessa forma produzir hortícolas todo o ano.

Na ocasião, fez, igualmente, a entrega de 300 quilogramas de sementes de milho e feijão, diversas sementes de hortícolas e 100 máscaras para os membros da Associação Macassene, no âmbito do reforço das medidas de prevenção e contenção da Covid-19.

O Governador apelou para a observância das medidas de prevenção para evitar a propagação do novo coronavírus.

Por seu turno, Leonor Neves, directora da Agricultura e Pescas, precisou que o distrito dispõe de cerca de 40 tanques piscícolas que carecem de reabilitação e que vão garantir a produção de peixes.

O que se pretende, segundo Neves é fechar toda a cadeia, desde a produção e comercialização. Aliás um dos grandes problemas que os produtores enfrentam tem a ver com a venda dos seus produtos.

"Outro problema que inquieta a associação tem a ver com o roubo dos acessórios nas infra-estruturas protagonizados por jovens desonestos daquela zona. Apelamos a todos para que sejam vigilantes porque estes meios vão produzir alimentos para o consumo de todos", indicou.

## O QUE SABE SOBRE O NOVO CORONAVÍRUS

# Comércio nocturno viola medidas de prevenção

MUNICIPES das cidades de Maputo e Matola consideram a prática de actividades comerciais à noite, nos passeios e terminais dos transportes semicolectivos de passageiros, como clara violação às medidas de prevenção do novo coronavírus. Tal atitude, segundo acrescentam, coloca em risco a saúde pública ao constituir foco de disseminação do novo coronavírus.

No posto administrativo de Nauela vivem 140 mil habitantes, que aguardam, ansiosamente, a chegada da energia eléctrica da rede nacional. A localidade de Mugema, que está iluminada, tem apenas 10 mil habitantes.

Nauela é o celeiro do distrito de Alto-Moçambique. A sua população é, majoritariamente, constituída por produtores agrícolas que se dedicam ao cultivo de cereais, nomeadamente de milho e feijão-manteiga, tabaco e gergelim.

Daquele ponto pode-se chegar ao distrito de Gurié, sem passar necessariamente pela ENI. Há um troço de 75 quilómetros que liga Alto-Moçambique/Nauela-Gurié, bastante movimentada por causa das viaturas a cavalo que estão envolvidas na comercialização de excedentes agrícolas. Contudo, o troço há muito que precisa de manutenção.

Certamente, quando Nauela estiver ligada à energia eléctrica da rede nacional, em Dezembro próximo, muitos desses comerciantes vão regressar à sede Nauela", disse Ângela Serrote, para quem grandes empreendedores que abandonaram a vila do posto-sede de Nauela para a localidade de Mugema por falta de energia.

Segundo ainda Serrote, contrariamente ao que tem acontecido, em que as sedes distritais só as têm mais condições para



Adelina Nguenha



Jona Jone



Maria Cumbe



António Fernando



Fernando Cuimane

vivência em detrimento da saúde pública como causa da violação das regras. Alega que os vendedores estão preocupados pelo lucro, razão pela qual expõem os seus produtos à venda em qualquer local.

Para António Fernando, residente na KaTembe, município da cidade de Maputo, refere que podem existir alguns casos de atropelo à orientação do sector da saúde, mas a maioria procura cumprir para ter a doença.

Maria Cumbe, moradora do Chiamanculu, cidade capital, aponta a luta pela sobre-

quissão, autarquia da Matola, considera que o que se vive nos últimos dias é uma autêntica desobediência às medidas de prevenção da doença.

Por sua vez Fernando Cuimane, morador do Bo-

ca, explicou que não é apenas a área de comércio nocturno, mas sim em muitos locais e sectores de convergência de pessoas.

**Tomar um banho quente não impedirá de apanhar o Novo Coronavírus.** A sua temperatura corporal normal permanece em torno de 36,5 °C a 37°C, independentemente da temperatura do seu banho ou duche. Na verdade, tomar um banho quente com água muito quente pode ser prejudicial, pois pode queimar-l-o. A melhor maneira de se proteger contra o COVID-19 é lavar frequentemente as suas mãos.

## Executivo investe 62 milhões para electrificação de Nauela



Rede nacional de energia a caminho de Nauela

O GOVERNO está a investir mais de sessenta e dois milhões de meticais para estender a energia eléctrica da rede nacional ao posto administrativo de Nauela, no distrito de Alto-Moçambique, na província da Zambézia, com vista a relançar a produção agropecuária, comércio, bem como para estimular o nascimento de iniciativas empreendedoras.

As obras, que tinham sido interrompidas em Março último devido à crise sanitária provocada pela Covid-19, foram retomadas semana passada e cobrem uma linha de transporte de 25 quilómetros no trajecto Mugema-Nauela-Milevane, preventivamente, para que sejam concluídas em Dezembro próximo.

O empreiteiro já mobilizou o material necessário a partir da África do Sul para o seu estaleiro, em Mugema, onde estão concentrados os equipamentos e os técnicos que estão a executar as obras.

A administradora distrital de Alto-Moçambique, Ângela Serrote, disse, recentemente, em entrevista à nossa Reportagem, que este investimento faz parte da

desenvolver a vida dos cidadãos, no caso de Nauela, apesar do seu potencial, os comerciantes todos fugiram para uma localidade que dista a 15 quilómetros à procura de energia para desenvolver os seus negócios.

"Certamente, quando Nauela estiver ligada à energia eléctrica da rede nacional, em Dezembro próximo, muitos desses comerciantes vão regressar à sede Nauela", disse Ângela Serrote, para quem grandes empreendedores que abandonaram a vila do posto-sede de Nauela para a localidade de Mugema por falta de energia.



# Governo deplora inoperância do município

O GOVERNO de Nampula diz estar preocupado com o facto de a capital provincial estar a conhecer, nos últimos tempos, uma acelerada degradação das condições de higiene e de sauberdade.

O facto traduz-se na acumulação de montes de resíduos sólidos e venda de comida confeccionada nas ruas em pessimas condições de conservação, culpa que é atribuída aos desmandos e inoperância dos gestores da autarquia em vários aspectos.

A preocupação foi manifestada recentemente num debate radiofónico pelo director provincial da saúde e pelo técnico das Obras Públicas e Habitação, Fernando Mitano Rui Ramos, respectivamente.

Mitano.

Rui Ramos disse que em quase todos os lugares da cidade de Nampula por onde tem passado são notórios montes de resíduos sólidos que não são recolhidos faz tempo, o que periga a saúde dos municípios e fere a estética da cidade.

"Encontramos também charcos, o que vai perpetuando o comércio bem como de condições de habitabilidade, também constitui um dos problemas que inquietam as autoridades governamentais da província de Nampula.

"O município não está a crescer de forma urbanizada e isso não só é culpa dos residentes e deve-se à inoperância dos gestores da autarquia, sobretudo na criação de condições necessárias para que a cidade cresça de forma urbanizada", salientou Fernando

Mitano.

Entretanto, o director do Gabinete de Imagem e Imprensa naquela autarquia, Nelson de Carvalho, refutou a alegada inoperância da edilidade no saneamento do meio,

higiene e salubridade entre outras ações para o bem dos municípios pois, segundo ele, são bem visíveis os esforços empreendidos visando a promoção do desenvolvimento da autarquia.

"Nós estamos empênhados, por exemplo, na sensibilização dos municípios no sentido de evitarem a venda dos seus produtos na rua. Também estamos a fazer outro trabalho que é de desencorajar o envolvimento de crianças nas actividades comerciais nas ruas, perigando a sua integridade física", apontou.

Nelson de Carvalho acrescentou que estas ações e outras de combate aos males que apoquentam a cidade estão a ser bem sucedidas devido à colaboração da Polícia Municipal.

## Instituto Industrial retoma aulas presenciais

O INSTITUTO Industrial e Comercial de Nampula (IICN) retomou na passada quarta-feira, às aulas presenciais, no âmbito do relaxamento de algumas medidas restritivas decretadas no contexto do estado de emergência vigente no país devido à Covid-19.

O director pedagógico no curso diurno, Arlindo da Costa Brazão, explicou que ao nível do recinto escolar, concretamente oficinas, foram montados lavatórios de mãos.

Todavia, os 26 sanitários que a instituição dispõe estão em óptimas condições para o seu uso, e foram montadas totemeras que funcionam por intermédio de um sensor.

Brazão referiu que a instituição que dirige adquiriu quantidades suficientes de balde de água e sabão, que foram colocados em cada acesso dos blocos de salas para la-

vagem das mãos.

"Construímos igualmente um alpendre para servir de indução dos alunos (com anotação de regras de conduta e procedimentos uma vez dentro da instalações) e temos termômetro para a medição da temperatura logo à entrada do instituto", reforçou.

Antes da Covid-19 o instituto funcionava com 33 turmas, que foram reduzidas para 18 no contexto do distanciamento social. A média dos alunos em cada 33 turmas era de 45, número que passou para 20 com o reinício das aulas presenciais.

O Instituto Industrial e Comercial de Nampula conta no presente ano lectivo com 1634 alunos, nos cursos diurno e nocturno.



## COMBATE À COVID-19 NO HCN Trabalhadores recebem material de protecção

OS trabalhadores do Hospital Central de Nampula (HCN) receberam esta semana, mais de 2500 máscaras de proteção e quantidades não especificadas de sabão, oferta de uma agência local de assistência à comunicação denominada [Luenia Moçambique].

A directora desta associação, Lúcia Maquina, disse que a iniciativa de doar os meios de proteção surge do facto de a colectividade estar consciente do risco que os trabalhadores do sector da saúde correm, no desempenho das suas actividades diárias, por estarem na linha da frente na luta contra a pandemia. "Acreditamos que este gesto simbólico vai fazer toda diferença na vida de todos os trabalhadores do hospital e achamos que vai ser uma mais-valia para todo o profissional de saúde" disse Maquina, realçando que o facto de a cidade de Nampula ter sido declarada como a primeira região geográfica a atingir a transmissão comunitária do novo coronavírus, deve preoc-

cupar a todos

Por seu turno, o director geral do HCN, Cachimo Mulina, sublinhou que o apoio é um grande passo para os profissionais de saúde, por estes estarem na linha da frente no combate contra a pandemia do novo coronavírus.

"Dentro do hospital eles usam máscara recomendada N95 que é cirúrgica. Mas temos que saber que estes trabalhadores vivem na comunidade, então ao saírem do local de trabalho, evidentemente que não levam a máscara cirúrgica, por isso é necessário usar outro tipo de máscaras que são comuns como estas que receberam hoje", observou Mulina.

O Hospital Central de Nampula, a maior unidade de referência na região norte do país, tem actualmente um efectivo de cerca de 1500 trabalhadores, entre médicos, enfermeiros, serventes e outros.



REPÚBLICA DE MOÇAMBIQUE

PROVÍNCIA DE INHAMBARNE

GOVERNO DO DISTRITO DE HOMOÍNE

SECRETARIA DISTRITAL

UNIDADE GESTORA EXECUTORA DAS AQUISIÇÕES-UGEA

## Anúncio de Concurso Limitado

1. A Secretaria Distrital de Homoíne convida empresas interessadas a apresentarem propostas fechadas para o seguinte concurso:

Nº / Objecto	Objecto	Data-limite para apresentação das propostas	Data e hora da abertura das propostas	Valor da garantia Provisória
Concurso Limitado nº 03/GDH/UGEA/2020	Reabilitação da Residência do Secretário Permanente Distrital	11/09/2020 Hora: 09:00h	11/09/2020 Hora: 10:00h	15.000,00 MT

2. Os Concorrentes interessados poderão obter mais informações, examinar os documentos do concurso ou levantá-los pela importância não reembolsável de 2000,00MT, para cada conjunto, assim como fazer a entrega das suas propostas, no seguinte endereço:

### Endereço exacto

**Governo do Distrito de Homoíne, Vila -Sede, Telefone 29351050**

**Fax: 29351017**

3. O Periodo da validade das propostas é de 90 dias contados a partir da data limite para submissão das propostas;

4. A visita conjunta a Residência é de carácter obrigatório e está prevista para o dia 4/9/2020, com partida do Edifício do Governo do Distrito, pelas 9:00horas.

5. O anúncio do posicionamento dos concorrentes terá lugar no dia 17/9/2020, pelas 10:00horas na Sala de Sessões do Governo do Distrito.

6. O Concurso será regido pelo Regulamento de Contratação de Empreitada de Obras Públicas, Fornecimento de Bens e Prestação de Serviços ao Estado, aprovado pelo Decreto nº 5/2016, de 8 de Março.

7. Não serão elegíveis ao presente concurso:

7.1 As empresas que apresentarem a documentação incompleta;

7.2 As empresas que apresentarem a documentação fora do prazo; e

7.3 As empresas que tenham executado Obras neste Distrito de forma não honrosa.

Homoíne, aos 28 de Agosto de 2020

O Secretário Permanente Distrital

**Rodrigues Simão Tamele**

(Docente N1)

293

**ENDEREÇO**  
**SDPI- Ankuabe-Cabo Delgado**  
**Av.Principal**  
**Ankuabe**

### FARMÁCIAS DE SERVIÇO

FARMÁCIA CALÊNDULA - Av.EDUARDO MONDlane  
FARMÁCIA FRANCA - RUA DA FRANCA CARUPBA  
FARMÁCIA HAYKI - Av. FUMICONTROL  
FARMÁCIA POPULAR - RUA DOS SEM MEDO  
FARMÁCIA VIVUKA - AV. DO TRABALHO  
FARMÁCIA VIGO - Av. DO TRABALHO FAINA

### CORPO DE SALVAMENTO PÚBLICO

Bombeiros - 26212222/26212260/840293051  
CRUZ VERMELHA

### Serviço Geral - 26213693

### HOSPITAIS

Hospital Central de Nampula - 84639766/840142500  
Hospital Geral de Marrere - 872477831

### POLÍCIA

Piquete Operativo - 26213070/846019452  
Piquete SERNII - 9700720547  
Polícia Camarária - 846902640  
1.ª Esquadra - 842261454  
2.ª Esquadra - 847340320  
3.ª Esquadra - 842931393  
4.ª Esquadra - 843930708  
5.ª Esquadra - 846730641  
6.ª Esquadra - 840237233  
7.ª Esquadra - 846183694

### MUSEUS

Museu Nacional de Etnologia - Av. Eduardo Mondlane 26212129/848453536

# Mulheres parlamentares iniciam divulgação de leis



Deputadas do Gabinete da Mulher Parlamentar trabalham amanhã na divulgação de leis nas províncias

**O**GABINETE da Mulher Parlamentar (GMP) da Assembleia da República (AR) inicia amanhã jornadas de divulgação e monitoria da implementação de leis de proteção da família, em particular aos direitos da mulher e da criança.

Trata-se das lei sobre a

Violência Doméstica Praticada Contra a Mulher; lei das Sucessões; lei da Família; lei de Prevenção e Combate às Unidades Prematuras; lei da Interdição de Menores a Locais de Diversão Noturna, e a lei n° 06/2008, de julho, que estabelece o regime jurídico aplicável à prevenção e combate ao tráfico de pessoas, em particular a mulheres e crianças.

Durante estas actividades, o GMP vai avaliar o impacto da implementação das referidas leis, colher ou ouvir as sensibilidades sobre a sua eficácia, bem como colher as vicissitudes inerentes à sua aplicabilidade.

As jornadas incluem ainda interacção com as organizações da sociedade civil sobre aplicabilidade e oportunidades das leis; fortalecer o relacionamento entre as deputadas, organizações femininas

provinciais do Gênero, Criança e Ação Social; e Educação, bem como de áreas ligadas à promoção e proteção dos direitos da mulher e crianças.

"Será igualmente privilegiada a auscultação das autoridades locais, líderes comunitários e religiosos, para além de outros grupos de opinião, sobre a implementação das leis acima enumeradas."

O documento da Assembleia da República refere que se espera que no final destas jornadas parlamentares, o Gabinete da Mulher Parlamentar identifique as lacunas e potencialidades da legislação acima citada e encontre formas para potenciar a relação entre a Assembleia da República, a Sociedade Civil e o cidadão.

Entre os participantes destes encontros contam-se responsáveis de áreas como a Polícia da República de Moçambique (PRM), das direcções

de sociedade civil; capacitar a sociedade civil em matéria de monitoria na implementação das políticas e metas nacionais e internacionais em matéria de género e proteção da família; e sensibilizar a população sobre a prevenção, proteção e combate a pandemia de Covid-19, nas três províncias.

As jornadas incluem ainda interacção com as organizações da sociedade civil sobre aplicabilidade e oportunidades das leis; fortalecer o relacionamento entre as deputadas, organizações femininas

# Descentralização impulsiona actos administrativos em Gaza

UM total de 910 funcionários e agentes do Estado poderão ser abrangidos pelo cumprimento dos actos administrativos este ano, no distrito de Mandlakazi, província de Gaza.

Este número representa um incremento, se comparado com o ano transacto, em que foram abrangidos 767 profissionais. O aumento é associado à entrada em vigor do sistema de governação descentralizada provincial, introduzido com a revisão constitucional aprovada em 2018.

O processo integra 207 funcionários concorrentes à mudança de carreira, 342 para a promoção e 356 para a progressão, tal como indica uma nota do governo distrital enviada ao "Notícias".

O documento refere que estes números estão a ser impulsados pela descentralização gradual na gestão deste processo, o que possibilitou nos últimos dois anos, a cobertura a 100 por cento das metas estabelecidas.

Para que se chegue ao apuramento dos funcionários a serem absorvidos, de acordo com a mesma nota, o distrito procede à planificação a médio prazo (cenário fiscal), cujo horizonte temporal é de três anos, de modo a antecipar a planificação dos funcionários beneficiários dentro do plano estabelecido, seguido da projeção no final de cada ano, para fun-



Mais Funcionários e agentes de Estado vão beneficiar de actos administrativos em Gaza

cionários com requisitos, em observância ao plasmado no Decreto n° 30/2018 de 22 de Maio e no Estatuto Geral dos Funcionários e Agente do Estado.

Para a transparéncia e atendimento a reclamações, deste e outros casos derivados de atendimento aos utentes das instituições públicas, foi instalada uma linha de atendimento telefónico, na secretaria distrital e fixados contactos telefónicos dos dirigentes dos diversos serviços distritais, que

ainda não possuem a linha verde.

Como corolário disso, ao longo do primeiro semestre do presente ano, foram atendidos nove casos de reclamações relacionados com actos administrativos, conflitos de terra e atendimento hospitalar.

Ainda no decurso do presente ano, o distrito tramitou 55 processos de pedidos de Direito de Uso e Aproveitamento de Terra (DUAT), tendo já sido disponibilizados a 23 requerentes.

Zefanias Gujamo, produtor em Marrimane, posto administrativo de Chibonza-ne, um dos que aguarda a entrega do documento, disse ao "Notícias" estar expectante em receber o testemunho, de forma a usufruir dos seus benefícios.

A fonte afirmou ter conferido, recentemente, a passagem pelos seus campos de produção, de estruturas do governo local, visando o acompanhamento do processo produtivo naquele local.

# Frelimo apoia famílias carenciadas na Matola



Primeiro secretário da Frelimo na Matola, Carlos Zavala, entregando produtos alimentares a uma família desfavorecida

O PARTIDO Frelimo na província de Maputo está a apoiar famílias desfavorecidas como alternativa para o seu sustento, face às restrições impostas pelo decreto de estado de emergência para prevenir a propagação do novo coronavírus.

A ação foi dirigida pelo primeiro secretário da Frelimo no distrito da Matola, Carlos Zavala, que entregou, de forma simbólica, diversas quantidades de produtos alimentares a uma família composta por quatro cidadãos deficientes, no bairro Bumhica. Trata-se de pessoas com idades comprendidas entre os 35 e 42 anos e

deficiências múltiplas, desde a fala até à locomoção.

Entre os bens oferecidos contam-se produtos alimentares como o peixe, arroz, farinha de milho, cebola, óleo, açúcar, batata rómo, repolho, peças de roupas, e produtos de higiene e desinfeção para a prevenção da covid-19.

No local, Carlos Zavala disse que esta actividade da Frelimo é continuidade de uma série de ações que o partido vêm desenvolvendo com vista a minorar o sofrimento de pessoas carenciadas. As ofertas serão alargadas a mais famílias.

"Vimos dar-vos a mão,

tanciamento social, a lavagem das mãos e a permanência em casa.

Em representação da família beneficiária, Felicidade William manifestou-se satisfeita com o gesto solidário da Frelimo, assegurando que os produtos vão reduzir as necessidades do agregado, que neste momento sobrevive de uma pequena machamba.

"Não temos nada. Eu desenvolvia um negócio, mas falei em pouco tempo. É difícil sobreviver neste momento e cuidar de crianças deficientes, por isso pedimos ajuda", desabafou Felicidade William, que disse também precisar de assistência médica.

Num outro contexto, o primeiro-secretário da Frelimo no distrito da Matola, lançou a campanha de acreditação de membros do partido no bairro de São Dâmaso, no município da Matola.

Zavala explicou que a acreditação vai abranger numa primeira fase mais de 19 mil simpatizantes inscritos que antes não possuíam cartão do partido, por falta de fotografias.

"Já criamos condições para que todos tenham fotografias e este processo vai se estender por mais tempo para acreditar todos os membros e simpatizantes da Frelimo", disse, acrescentando que esta actividade vai decorrer em toda a província de Maputo.

Carvalho, para efeitos de publicação, que por escrivenda de outo e sete de Agosto de ditta rd e visto, iniciada de bilhar cinquenta e seis a bilhar cinquenta e nove versos, do livro de notas para executações diversas ministrado a setenta e sete, traçado "D", de Tercero Cartório Notarial, passou ANDRÉ CARLOS NICOLAU, beneficiário em Distrito, Conservador e Notário Superior, que exerceu no referido Cartório, foi feita uma factura de habilitação de Herdeiros por óbito de EUGÉNIO ALTAMIRA VAZ, no estado de visos, natural de Maputo, residente que fale em Baixa General "A".

Que, ainda pelas mesmas exortações públicas foram declarados como filhos e universais herdeiros de todos os seus bens e direitos, sous filhos: Paula Miranda Salomé Vaz, solteira, moça; natural da São Sebastião Pedras - Portugal, residindo nessa cidade; João Guilherme Salomé Vaz e Frederico José Salomé Vaz, moçambicanos naturais de Maputo onde residem.

Que não existem outras pessoas que segundo a lei pertenham declarados herdeiros ou outras possam contrariar à sua sucessão.

Está conforme:

Maputo, dia 28 de Agosto de 2020  
A Notaria  
(Assinatura)

REPUBLICA DE MOÇAMBIQUE  
MINISTÉRIO DA JUSTIÇA, ASSUNTOS CONSTITUCIONAIS E RELIGIOSOS  
3º CARTÓRIO NOTARIAL DA CIDADE DE MAPUTO  
Av. Vladimir Lenin, n.º 1472 - 2.º andar  
Expediente

HABILITAÇÃO DE HERDEIROS POR ÓBITO DE MANSUR DAOU

Carvalho, para efeitos de publicação, que por escrivenda de dia vinte e um do mês de Agosto do ano dito mês e visto, iniciada de bilhar trinta e seis a bilhar trinta e sete, traçado "D", no referido Cartório, foi celebrada uma factura de habilitação de Herdeiros por óbito do senhor MANSUR DAOU, falecido no dia vinte de Agosto de dito mês e visto, no Hospital Central de Maputo, na altura vinte e setenta e cinco anos de idade, no estado de velho que era casado com Fátima Faque Ibeu Senna Zavala, natural da Xai-Xai.  
Que o autor da herança não deixou testamento nem qualquer disposição que expressa a sua última vontade.  
Que a herança é constituída por bens imóveis, móveis e valores monetários depositados em banco.  
Que deixou como herdeiros universais herdeiros, nome: Shella Carina Daoud, solteira, Sônia Mansur Daoud, casada com Samir Semir Carvalho e Mansur Daoud Júnior, casado com Suelma Popote, todos são naturais de Xai-Xai e residentes em Xai-Xai.  
Que nos termos da lei, não há outras pessoas que pertenham a indicada herança ou que possam contrariar a sua sucessão.  
Para fins do disposto no artigo 32 do Código de Notariado em vigor, faz-se esta publicação em conformidade com a referida escritura de habilitação a que me reporto.

Está conforme:  
Cartório Notarial da Xai-Xai, dia 26 de Agosto de 2020  
O Notário  
(Assinatura)

REPÚBLICA DE MOÇAMBIQUE  
PROVÍNCIA DE INHAMBARNE  
CONSELHO DOS SERVIÇOS PROVINCIAIS DE REPRESENTAÇÃO DO ESTADO  
SERVIÇO PROVINCIAL DE ECONOMIA E FINANÇAS

## Solicitação

- A fim de fazer a entrega da obra referente a reabilitação do imóvel desta instituição, localizado na cidade de Vilankulo, solicita-se a presença no local da obra do representante da empresa LARYBIRD, Transportes, Serviços e Turismo Lda., encarregue pela execução da mesma, pelas 11 horas do dia 04 de Setembro de 2020.
- Para a recepção da obra, se encontra constituída uma comissão que na data e hora indicada supra, estará posicionada no local.
- Será de inteira responsabilidade da Empresa supra as consequências resultantes da eventual falta de comparecência no local.

O Director de Serviço

(Inlegível)

# COMBATE AO TERRORISMO EM CABO DELGADO Provedor de Justiça apela ao envolvimento colectivo

O PROVEDOR de Justiça, Isaque Chande, alertou ontem para a eventual degradação da situação nos centros de acolhimento de deslocados devido à violência dos ataques terroristas na província de Cabo Delgado, apelando ao envolvimento de todos para travar este fenômeno.

O envolvimento colectivo, segundo referiu, passa pelo apoio as Forças de Defesa e Segurança através da denúncia dos autores dos ataques que atentam contra a vida humana e bens públicos e privados, degradando as condições de vida da população.

"As pessoas deixaram de estar nas suas casas, abandonaram as suas machambas, o seu património e todos os seus afazeres para viver em condições deploráveis nos centros de acolhimento", lamentou Isaque Chande, falando à imprensa em Maputo, à margem do lançamento do Plano Estratégico do Provedor de Justiça 2020-2024.

Embora admita que o conflito torna complexa a missão de assegurar os direitos fundamentais das pessoas na região, Isaque Chande pede o envolvimento de todos para travar os ataques terroristas que o país enfrenta, alertando que a violência está a ter grande impacto na vida das pessoas.

"O esforço que o país deve fazer é naturalmente encontrar formas de conter esta agressão que está a ser movida



contra o Estado e ai temos de estar todos envolvidos. Isto não é uma questão de filiação político-partidária, mas sim de interesse nacional", disse o Provedor de Justiça.

Presente na cerimônia, o presidente da Comissão Nacional dos Direitos Humanos, Luís Bitone, alertou para as condições dos deslocados em Cabo Delgado, destacando a insuficiência de alimentos nos centros de acolhimento.

"Estivemos em Cabo Delgado e notámos que a situação não é boa. Estamos muito preocupados com os deslocados. Temos o problema da insuficiência de condições básicas: alimentação e tendas", disse o dirigente.

As últimas informações disponíveis indicam que os ataques terroristas em Cabo Delgado levaram mais de 250.000 pessoas a se deslocarem dos seus distritos de origem para encontrar abrigo noutras localidades consideradas seguras.

A capital provincial, Pem-

ba, e o distrito de Metuge são os principais refúgio para as pessoas que procuram abrigo e segurança em Cabo Delgado, mas outras pessoas preferem deslocar-se para outras províncias como Nampula, Niassa e Zambezia.

Encontram-se em Metuge mais de 25 mil pessoas deslocadas dos distritos de Quissanga, Nangade, Palma, Mocímboa da Praia, Muíndumbe, Macomia, Mehaco e Ibo, onde ocorrem as incursões terroristas.

## CONSTATADA COMISSÃO PARLAMENTAR Governação descentralizada decorre a ritmo satisatório



Comissão parlamentar terminou o seu trabalho de fiscalização governativa

O PROCESSO de governação descentralizada provincial está a decorrer a um ritmo satisatório, sobretudo nas relações de cooperação entre os governadores e os secretários do Estado.

A constatação é da Comissão de Administração Pública e Poder Local da Assembleia da República, no balanço das jornadas de fiscalização das actividades governativas nas províncias da região sul do país.

Segundo o relator da comissão, António Muchanga, que falava ontem a jornalistas numa conferência de imprensa de balanço das actividades do grupo nas províncias de Inhambane, Gaza e Maputo, os governantes estão a trabalhar num bom ritmo e apre-

sentam boas realizações.

Contudo, de acordo com Muchanga, há a lamentar o corte do fundo de compensação autárquica e o fundo de investimento, o que pode comprometer a realização de mais acções na maioria dos municípios.

Durante as visitas, os membros desta comissão parlamentar verificaram que alguns decretos do Conselho de Ministros contrariam o estabelecido na Constituição da República.

"Por exemplo, as Assembleias Provinciais foram imposta por um decreto do Conselho de Ministros que deve criar um determinado número de comissões, mas a lei não dispõe que o Conselho de Ministro tem o poder de

determinar o número de comissões naquele órgão. Temos o problema de emprego e trabalho em que muita gente não percebe qual é a pertinência de se criar serviços de trabalho e direcção provincial de emprego. É uma análise que vamos fazer", disse Muchanga.

O outro aspecto que merece atenção, de acordo com o deputado, tem que ver com a gestão do depósito de medicamentos, se este deve ser gerido pelo governador provincial ou pela secretaria do Estado.

Referir que nas três províncias da região sul, os parlamentares constataram que a decisão governamental referente ao pagamento de subsídios aos médicos que estão na dianteira de combate à Covid-19 não está a ser mate-

rializada em todas as províncias e distritos.

"Vamos produzir um relatório e procurar saber dos ministros porque não se paga esse subsídio aos funcionários da saúde," sublinhou António Muchanga.

Durante as visitas às províncias da região sul, a Comissão de Administração Pública e Poder Local escalou as assembleias provinciais, os municípios, as assembleias autárquicas e interagiu com os governadores e secretários de Estado.

Referir que nas três províncias da região sul, os parlamentares procuraram verificar o cumprimento do Plano Económico e Social (PES) aprovado pela Assembleia da República.

## Publicidade

**REPUBLICA DE MOÇAMBIQUE**  
**MINISTÉRIO DA JUSTIÇA, ASSUNTOS CONSTITUCIONAIS E RELIGIOSOS**  
**SEGUNDA CONSERNATORIA DE REGISTRO CIVIL DA SEGUNDA CLASSE DE NAMPULA**  
**Extracto**  
**HABILITAÇÃO DE HERDEIROS POR ÓBITO DE MÔMADDE ABUDL SATAR**

Certifico, para efeitos de publicação, que por escritura de trinta de Julho do ano duas mil e vinte, feita de hojós respeitante a mim, do Homem de costas para escrituras diversos número A trago isto, da Segunda Conservatória de Registo Civil e Notariado da Segunda Classe de Nampula, pertence nome LEONARDO ARMANDO, Conservador e Notário Superior em exercício na referida Conservatória, foi feita uma Escritura de Habilitação de Herdeiros, por elito de MÔMADDE ABUDL SATAR, de cinquenta e cinco anos de idade, no estado de casado, natural de Ilha de Moçambique, cidade de Nampula, filho de Abdul Satar Abdurrahmane e de Atua Amade, sem ter deixado testamento com disposição da última vontade. Mais certifico que na apanada escritura, foram declarados como únicos e universais herdeiros da quota disponível de todos seus bens, seu filho SORAYA MÔMADDE ABUDL SATAR, casado com Mômâde Anú Arisa, Habitante Mômâde Abudl Satar, casado com Sáide Almeida Ali e Ummadi Mômâde Abudl Satar, solteira, maior, natural de Nampula, onde reside e como mora e seu filho TAUFIQUE ABUDURAHMANE Abudl Satar, casado, natural da Ilha de Moçambique, residente em Itangala. Que, não há quem com ele concorde à sua suspeita. Que da herança fizeram parte terra-morta, moçambique, incluindo contas bancárias.

**Está conforme**  
Segunda Conservatória de Registo Civil de Segunda Classe de Nampula, aos vinte e sete de Agosto do ano dois mil e vinte  
A Conservador e Notário Superior  
(Assinatura)

**REPUBLICA DE MOÇAMBIQUE**  
**PROVÍNCIA DE INHAMBANE**  
**CONSELHO DOS SERVIÇOS DE REPRESENTAÇÃO DO ESTADO**  
**CONSERNATORIA DOS REGISTOS E NOTARIADO DE INHAMBANE**  
**HABILITAÇÃO DE HERDEIROS POR ÓBITO DE MARIA TERESA FERNANDES**

Certifico, para efeitos de publicação, que por escritura de vinte e cinco de Agosto de duas mil e vinte, feita de hojós respeitante a mim, do Homem de costas para escrituras diversos número Bento Vaz, da Segunda Conservatória dos Registos e Notariado de Inhambane, pertence nome ESSINETTA TINOSSE MASSICAME, licenciada em Direito, Conservadora e Notária Superior, com habilitações Notariais, foi celebrada uma Escritura de Habilitação de Herdeiros por óbito de MARIA TERESA FERNANDES, de então quarenta e seis anos de idade, no estado que era solteira, com sua última residência no Bairro Muelé-Um, cidade de Inhambane, filha de Henrique Fernandes Muchaca e de Celeste Cecília. Que a falecida não deixou testamento ou outra disposição da sua última vontade. Que deixou como único e universal herdeiro seu filho Henrique Maria Manuel Marimbe, natural e residente em Inhambane. Que segundo a lei não existem outras pessoas que prefram ao indicado herdeiro ou com quem possam concordar a esta sucessão. Que da herança deixada fizeram parte bens móveis e imóveis, incluindo contas bancárias.

**Está conforme**  
Inhambane, aos 25 de Agosto de 2020  
A Notária  
(Assinatura)



**REPÚBLICA DE MOÇAMBIQUE**

**PROVÍNCIA DE NAMPULA**  
**CONSELHO DOS SERVIÇOS PROVINCIAIS DE REPRESENTAÇÃO DO ESTADO**  
**SERVIÇO PROVINCIAL DE ASSUNTOS SOCIAIS**  
**DEPARTAMENTO DE RECURSOS HUMANOS**

## AVISO

De acordo com o despacho de 11 de Agosto de 2020, de S. Excia Secretário de Estado da Província de Nampula está aberto o Concurso Público para admissão do pessoal nas carreiras de Regime Especial Diferenciadas e não Diferenciadas de Saúde para o preenchimento de vagas no Quadro de Pessoal do Hospital Central de Nampula e do Serviço Provincial de Assuntos Sociais de Nampula, no prazo de 30 dias a contar da data da fixação do presente aviso, nos termos do nº 1 do artigo 35 do Estatuto Geral dos Funcionários e Agentes do Estado, aprovado pela Lei nº 10/2017, de 01 de Agosto, conjugado com o nº 1 do artigo 27 do Regulamento de Concursos de Ingresso e Promoção na Administração Pública, aprovado pelo Diploma Ministerial 61/2000 de 05 de Julho, para o provimento de um total de (35) trinta e cinco vagas, conforme as carreiras e categorias descritas na tabela abaixo.

Nº	Carreira	Categoria	Nº de Vagas
01	Técnico Superior de Saúde N1	Laboratório A	02
02	Técnico Superior de Saúde N1	Enfermagem Pediátrico A	02
03	Técnico Superior de Saúde N1	Enfermeiro A	02
04	Técnico de Saúde	Técnico de Nutrição	02
05	Técnico de Saúde	Técnico de Radiologia	02
06	Técnico de Saúde	Técnico de Fisioterapia	02
07	Técnico de Saúde	Técnico de Oftalmologia	02
08	Técnico de Saúde	Técnico de Estatística Sanitária	02
09	Técnico de Saúde	Técnicos de Laboratório	18
10	Técnico de Saúde	Técnico de Tradução	01
<b>Total</b>			<b>35</b>

## Requisitos:

1. Pedido de ingresso dirigido a S. Excia Secretário do Estado da Província de Nampula, por meio de requerimento com a assinatura reconhecida;
  - a. Certidão narrativa completa de nascimento ou Bilhete de Identidade autenticado;
  - b. Certificado de habilitações profissionais autenticado;
  - c. Declaração sob compromisso de honra autenticado
  - d. Curriculum Vitae
  - e. Idade não inferior a 18 anos.
  - f. Carteira profissional emitida pela Ordem dos Enfermeiros para os candidatos a Enfermeiro A e Enfermeiro Pediátrico A
  - g. NUIT
  - h. Curriculum Vitae actualizado
2. Os Documentos deverão dar entrada na Secretaria -Geral do Serviço Provincial de Assuntos Sociais de Nampula, nas horas normais de expediente até ao último dia do prazo fixado.
3. A Seleção para o concurso de ingresso será efectuada através de Avaliação documental e prova escrita (para todos), para o preenchimento daquelas vagas e das que vierem a se verificar no prazo de validade do concurso;
4. As provas versarão sobre as seguintes matérias:
  - a. Lei nº 10/2017 de 01 de Agosto – que aprova o Estatuto Geral dos Funcionários e Agentes do Estado;
  - b. Decreto nº 05/2018 de 26 de Fevereiro – que aprova o Regulamento do Estatuto Geral dos Funcionários e Agentes do Estado;
  - c. Decreto nº 30/2001, de 15 de Outubro – que aprova as Normas de funcionamento na Administração Pública;
  - d. Matéria de natureza específica, de acordo com cada área de formação Técnico Profissional;
  - e. Cultura Geral.

**NB: O concurso é válido por 3 anos a partir da data da publicação da lista de classificação final no Boletim da República.**

Nampula, aos 29 de Agosto de 2020  
A DIRECTORA DO SERVIÇO  
MUNIRA ABUBAKAR BIN ABUDOU  
(Médica de Clínica Geral Principal)



REPÚBLICA DE MOÇAMBIQUE  
PROVÍNCIA DE CABO DELGADO  
GOVERNO DO DISTRITO DE NAMUNO  
UNIDADE GESTORA EXECUTORA DAS AQUISIÇÕES

## ANÚNCIO DE ADJUDICAÇÃO

Nos termos da alínea d) do número 3 do artigo 33 do Regulamento de Contratação de Empreitada de Obras Públicas, Fornecimento de Bens e Prestação de Serviços ao Estado, aprovado pelo Decreto nº 05/2016, de 8 de Março, comunica-se a adjudicação dos objectos de concursos abaixo discriminados na tabela.

Nº	Nº de Concurso	Objecto do Concurso	Empresa Adjudicada	Modalidade do Concurso	Valor de Adjudicação com Iva
1.0	02/UGEA/GOD/NNO/2020	Perfuração de 8 Furos de Água	GFA Construções	Público	3.640.278,00Mt
2.0	03/UGEA/GOD/NNO/2020	Fiscalização de Perfuração de 8 e Reabilitação de 11 Furos de Água	AMF Comercio & Serviços		489.060,00Mt

Namuno, aos 29 de Agosto de 2020  
O SECRETÁRIO PERMANENTE

JOAQUÍM MUANDIENGA  
(Técnico Superior em Adm. Pública de N1)



REPÚBLICA DE MOÇAMBIQUE  
CONSELHO PROVINCIAL DE SERVIÇOS DE REPRESENTAÇÃO DO ESTADO  
SERVIÇO PROVINCIAL DE ASSUNTOS SOCIAIS DE NAMPULA

## ADENDA

Concurso Público nº 62D210241/CP/19/2020 - Fornecimento de Gêneros Alimentícios

Nos termos do número 4 do artigo 33, do Regulamento de Contratação de Empreitada de Obras Públicas, Fornecimento de Bens e Prestação de Serviços ao Estado, aprovado pelo Decreto nº 5/2016, emite-se a presente Adenda ao anúncio de concurso Público à cima referido, publicado no jornal "Notícias" do dia 8 de Agosto de 2020, de acordo com o seguinte:

- No anúncio do concurso ora publicado na data à cima referida, por lapso consta o valor da garantia provisória de 750.000,00Mt (Setecentos e Cinquenta mil meticais) como condição de aceitabilidade da proposta.

Sendo assim, o valor real da garantia Provisória a apresentar é de 75.000,00Mt (Setenta e Cinco Mil Meticais) para o Concurso Público nº 62D210241/CP/19/2020 -Fornecimento de Gêneros Alimentícios.

Todas as demais condições do anúncio dos concursos publicados anteriormente permanecem inalteradas.

A UGEA

(Illegível)



REPÚBLICA DE MOÇAMBIQUE  
TRIBUNAL JUDICIAL DA CIDADE DE MAPUTO  
13.ª Secção Comercial

## ANÚNCIO

Torna-se público que pela Décima Terceira Secção do Tribunal Judicial da Cidade de Maputo, correm éditos de **vinte dias** contados da segunda e última publicação deste anúncio, citando os credores desconhecidos do executado **Africa Scrap E.I.**, com a sede no Bairro Sikwama, n.º 265, cidade da Matola, na província de Maputo, representada pela senhora **Maria Clara Salomão de Sá**, residente na Rua 14, casa n.º 255, cidade da Matola, província de Maputo, para, no prazo de **dez dias**, posterior àquele dos éditos reclamarem, querendo, o pagamento do seu crédito pelo produto do bem penhorado sobre que tenham garantia real, designadamente: *Imóvel descrito na Conservatória do Registo Predial da Matola, sob o n.º 6 300 a fls.92, do livro B/19 e inscrito provisoriamente por falta de título sob o n.º 8 076, a fls. 79 verso, do livro G/13, a favor de Maria Clara Salomão de Sá, e com hipoteca inscrita provisoriamente por falta de título a favor de exequente FNB Moçambique, S.A., sob o n.º 903, a fls. 28, do Livro c-6, nos Autos de Execução Ordinária n.º 28/2020-B, movidos pela exequente FNB Moçambique, S.A.*

Maputo, aos 4 de Agosto de 2020

A Ajudante de Escrivã de Direito

Luísa Missão Timba Malhuza

Verifiquei:

A Juíza de Direito

Maria da Luz



REPÚBLICA DE MOÇAMBIQUE  
MINISTÉRIO DA ECONOMIA E FINANÇAS  
INSPECÇÃO-GERAL DE FINANÇAS  
DELEGAÇÃO PROVINCIAL DE NAMPULA  
UNIDADE GESTORA EXECUTORA DAS AQUISIÇÕES

## ANÚNCIO DE ADJUDICAÇÃO

De acordo com alínea d) do nº 3 do artigo 33 do Regulamento de Contratação de Empreitada de Obras Públicas, Fornecimento de Bens e Prestação de Serviços ao Estado, aprovado pelo Decreto nº 5/2016, de 08 de Março, comunica-se que foram adjudicadas às seguintes empresas conforme o objecto do concurso:

Ord.	Adjudicação ao objecto do concurso	Modalidade de contratação	Valor	Concorrente vencedor
1	Fornecimento de Material Informático	Concurso Limitado nº01/UGEA/IGF-DPN/2020	143.700,00Mt	Moz Informática, Sociedade unipessoal, Lda
2	Fornecimento de Material de Escritório	Concurso Limitado nº02/UGEA/IGF-DPN/2020	99.576,18Mt	Moz Informática, Sociedade unipessoal, Lda
3	Fornecimento de Maquinaria, Equipamento e Mobiliário	Concurso Limitado nº03/UGEA/IGF-DPN/2020	500.580,00Mt	FMS Tecnologias, Lda
4	Fornecimento de Material para Prestação de Serviços de Reparação e Manutenção de Bens Móveis e Imóveis	Concurso Limitado nº04/UGEA/IGF-DPN/2020	348.367,50Mt	Construtora Gêmeas, Lda
5	Fornecimento e Montagem de Sombreiro no Parque de Estacionamento da DPN	Concurso Limitado nº05/UGEA/IGF-DPN/2020	95.100,00Mt	Okhuma Mo Sokinini Coop
6	Prestação de Serviços de Fornecimento e Montagem de Persianas na DPN	Concurso Limitado nº06/UGEA/IGF-DPN/2020	155.074,28Mt	PROELCO, Lda
7	Fornecimento de Peças e Acessórios para Viaturas  Lote I- Fornecimento de Peças e Acessórios para Viaturas da Marca Toyota Hilux.  Lote II- Fornecimento de Peças e Acessórios para Viaturas da Marca Ford Ranger.	Concurso Limitado nº07/UGEA/IGF-DPN/2020		Deserto
8	Fornecimento de Gêneros Alimentícios e Material de Limpeza e Higiene	Concurso Limitado nº08/UGEA/IGF-DPN/2020	285.550,00Mt	Vip Supermercado, Lda
9	Prestação de Serviços de Segurança de Instalações, Pessoas e Bens	Concurso Limitado nº09/UGEA/IGF-DPN/2020	300.000,00Mt	Segurança Kazan Viva a Paz, Lda
10	Prestação de Serviços de Reparação e Manutenção de Bens Móveis e Imóveis	Concurso Limitado nº10/UGEA/IGF-DPN/2020	218.731,50Mt	RRJ-Engenharia e Serviços, Lda
11	Prestação de Serviços Para Emissão de Passagens Aéreas	Concurso Limitado nº11/UGEA/IGF-DPN/2020		Deserto
12	Prestação de Serviços de Catering	Concurso Limitado nº12/UGEA/IGF-DPN/2020	258.000,00Mt	New Hotel

Os referidos concursos limitados foram tornados públicos através do Jornal "Notícias" do dia 10 de Junho de 2020.  
Cordiais saudações.

Nampula, aos 19 de Agosto de 2020

Autoridade Competente

Elson António Uanicela Vilanculo

(Inspector Superior de Finanças)

# RELATÓRIO DE DISCIPLINA DE MERCADO DE JUNHO DE 2020

O BIM – Banco Internacional de Moçambique, S.A., com o intuito de manter informados os senhores Clientes e o público em geral da evolução da sua actividade, situação patrimonial e financeira e em cumprimento do Aviso 16/GBM/2017, apresenta de seguida a informação referente a 30 de junho de 2020. Esta publicação é uma versão integral do seu relatório de Disciplina de Mercado referente a Junho de 2020, sendo que o mesmo será disponibilizado no site do Banco.



(1/8)

## INTRODUÇÃO

O presente "Relatório de Disciplina de Mercado referente ao primeiro semestre de 2020" enquadra-se no âmbito dos requisitos de prestação de informação previstos no Pilar III do acordo de Basileia II e complementa a informação disponibilizada no Relatório e Contas de junho de 2020 do Banco Internacional de Moçambique, S.A. (adiante designado por "Banco" ou "Millennium bcp") relativamente à informação sobre a gestão dos riscos e à adequação do capital, nomeadamente no que se refere à disponibilização de informação detalhada do capital, da solvabilidade, dos riscos assumidos e respectivos processos de gestão.

Este relatório incorpora requisitos de divulgação emanados pelo Aviso n.º 16/GBM/2017, de 30 de Junho, incluindo também informação adicional considerada relevante para avaliar o perfil de risco e a adequação do capital do Banco.

## DECLARAÇÃO DE RESPONSABILIDADE DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

I. O Conselho de Administração do Millennium bcp declara, nos termos e para os efeitos presentes no Aviso n.º 16/GBM/2017 de 30 de junho do Banco de Moçambique, proceder conforme e em cumprimento aos requisitos descritos no "Relatório de Disciplina de Mercado referente ao primeiro semestre de 2020".

II. Com a publicação do Aviso n.º 3/GBM/2012, de 13 de Dezembro que rege o processo de transição para o segundo acordo de convergência internacional de mensuração de capital e padrões de capital (Basileia II) e do Aviso n.º 04/GBM/2013 de 18 de Setembro sobre as Directrizes de Gestão de Risco, o regime prudencial das instituições de crédito em Moçambique passou a incorporar as disposições propostas no acordo de capital revisado, habitualmente designado por "Basileia II", que estabeleceu um novo enquadramento regulamentar para a adequação do capital aplicável às instituições financeiras.

III. O acordo de "Basileia II" assenta em três pilares distintos e complementares:

- O Pilar I que consiste em regras de determinação dos requisitos mínimos de fundos próprios para a cobertura dos riscos de crédito, de mercado e operacionais;
- O Pilar II que abrange os princípios fundamentais do processo de supervisão e de gestão de riscos, incluindo o processo de auto-avaliação da adequação do capital;
- O Pilar III que complementa os pilares anteriores com a exigência de prestação de informação sobre a situação financeira e a solvabilidade das instituições de crédito, fixando requisitos de divulgação pública de processos e sistemas de gestão de riscos e de capital, com o objectivo de reforçar a disciplina de mercado.

IV. O relatório está estruturado nos seguintes capítulos:

- Âmbito da aplicação;
- Estrutura de capital;
- Adequação de capital;
- Risco de crédito: divulgações gerais;
- Mitigação do risco de crédito;
- Risco de mercado;
- Risco operacional;
- Participações patrimoniais;
- Risco de taxa de juro da carteira bancária.

V. Alterações significativas que ocorram no decorrer do exercício subsequente àquele a que o presente documento se refere:

No contexto da actual pandemia global causada pelo vírus Covid-19, a economia dos países mais afectados mostra já sinais de recessão acentuada e, por conseguinte, assiste-se a um movimento generalizado de reestruturações dos créditos a empresas e particulares junto das Instituições Financeiras.

No sentido de limitar o risco sistémico e aliviar os impactos potenciais na economia moçambicana, o Banco de Moçambique emitiu medidas de apoio às Instituições Financeiras:

1. Circular 02/EF/2020, na qual é referido que não será imposta a constituição de provisões adicionais decorrentes do Art. 19º do Aviso n.º 16/2013 para os clientes afectados pela pandemia;
2. Memorando do Conselho de Administração de 30 de Março, no qual se dispõe a constituição provisões específicas para o crédito em moeda estrangeira;
3. Circular 04/EF/2020, na qual é referido um conjunto de medidas de prevenção e contenção da propagação da pandemia Covid-19;
4. Decreto n.º 12/2020, de 2 Abril (e subsequentes renovações), artigo 25, no qual se refere que durante o Estado de Emergência, ficam sem efeito constituições em mora decorrentes do atraso do cumprimento de obrigações que não possam ser realizadas por decorrência da aplicação das medidas previstas no referido Decreto.

## I. ÂMBITO DE APLICAÇÃO

### 1.1. Identificação do Banco Internacional de Moçambique, S.A.

O Millennium bcp é uma sociedade anónima constituída e regulada pela lei Moçambicana, com sede na Rua dos Desportistas, n.º 873/879, em Maputo, matriculada na Conservatória do registo de entidades legais, sob o n.º 6614, contribuinte fiscal número 400001383, encontrando-se registado no Banco de Moçambique como Banco com o código 000010.

O capital social do Banco em 30 de junho de 2020 é de 4.500.000.000 de Metacais, integralmente realizado e representado por 45.000.000 de acções. As acções são tituladas ou escriturárias. As acções tituladas revestem a forma de acções nominativas ou no portador registado, sendo que as acções escriturárias revestem sempre a forma de acções nominativas. As acções tituladas podem a todo o tempo ser convertidas em acções escriturárias, e vice-versa, desde que obedecidos os requisitos fixados por lei.

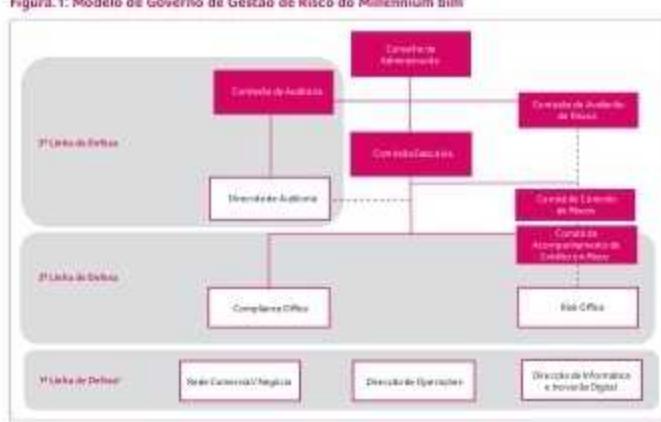
Os estatutos do Banco, os relatórios de gestão e as contas individuais e consolidadas encontram-se à disposição do público, para consulta, no seu sítio na internet, em [www.millenniumbcp.com.mz](http://www.millenniumbcp.com.mz).

### 1.2. Organização interna

A Assembleia Geral, reunida na sua sessão de 27 de Março de 2020, nomeou os membros do Conselho Fiscal. A nomeação dos membros do Conselho Fiscal é feita anualmente na reunião ordinária da Assembleia Geral. A eleição/nomeação dos Membros da Comissão Executiva e a criação das diversas Comissões do Banco é feita pelo Conselho de Administração.

A política e a gestão de risco no Millennium bcp desenvolvem-se através de um modelo funcional de controlo transversal, cabendo a responsabilidade pela governação deste modelo ao Conselho de Administração do Millennium bcp, o qual delega na Comissão de Avaliação de Riscos o seguimento e controlo de cada tipo de risco. Abaixo o actual organograma do Modelo de Governo de Gestão de Risco do Millennium bcp:

Figura 1: Modelo de Governo de Gestão de Risco do Millennium bcp



\*Não executivo

No domínio da gestão dos riscos, o Conselho de Administração do Millennium bcp é o órgão responsável pela definição da política de risco incluindo-se, neste âmbito, a aprovação dos princípios e regras de mais alto nível que deverão ser seguidos na gestão do mesmo, assim como as linhas de orientação que deverão ditar a alocação do capital económico às linhas de negócio, cabendo à Comissão Executiva a responsabilidade pela condução dessa política e pela decisão executiva relativamente às medidas e acções do âmbito da gestão de risco.

A Comissão de Avaliação de Riscos (CAvR), que emana do Conselho de Administração do Banco, é responsável pelo acompanhamento da evolução dos diferentes riscos e cumprimento das políticas, regulamentos e limites aplicáveis, bem como pela revisão dos princípios, políticas, regras, limites e práticas aplicadas na gestão de riscos. Este órgão tem igualmente a responsabilidade de aconselhar o Conselho de Administração sobre a aptidão para o risco e a estratégia de riscos gerais, actuais e futuros, e políticas relativas à assunção, gestão, controlo, cobertura e factores de redução de risco, genéricos, actuais e futuras do Banco, bem como analisar todas as categorias de risco reguladas na Lei das instituições de crédito e das sociedades financeiras, avisos e circulares do Banco de Moçambique e demais legislação em vigor no país. Cabe também à CAvR a responsabilidade de assegurar a revisão independente do ICAAP, que pressupõe a avaliação e apreciação crítica dos resultados quantitativos do ICAAP incluindo as metodologias de quantificação dos riscos e das decisões de gestão tomadas em relação aos resultados do ICAAP, reportando ao Conselho de Administração as respectivas conclusões.

A Comissão de Auditoria (CAud), que emana do Conselho de Administração do Banco é responsável pelo acompanhamento permanente da actividade dos auditores externos bem como pronunciar-se sobre a respectiva designação, avaliar e acompanhar o sistema de controlo interno e procedimentos contabilísticos, apreciar o trabalho da auditoria interna e propor ao Conselho de Administração a adopção de medidas ou correções que entendam pertinentes.

O Comité de Controlo de Riscos (CCR), emanado da Comissão Executiva e tem a responsabilidade de acompanhar, ao nível executivo, os níveis globais de risco de solvência, de crédito, de mercado (taxa de juro e de câmbio), de liquidez, operacional, sistemas de informação, de compliance, estratégico e de reputação, bem como de concentração, assegurando que os mesmos são compatíveis com os objectivos, recursos financeiros disponíveis e estratégias aprovadas para o desenvolvimento da actividade do Millennium bcp, numa perspectiva de apoio à tomada de decisões de gestão e de promoção da melhor articulação das decisões de gestão corrente na organização.

O Comité de Acompanhamento de Crédito em Risco (CACR) é responsável pelo acompanhamento de clientes com potenciais sinais de incumprimento, bem como análise de situações efectivas de incumprimento (default/contencioso/reestruturado), materialmente relevantes e seu acompanhamento, elaborar sugestões e indicações de estratégias e acções a seguir, para cada processo, com base nas valências e experiências dos vários intervenientes.

A Direcção de Auditoria tem como função o acompanhamento da actividade das entidades de supervisão, o acompanhamento dos auditores externos, compreensão e avaliação, numa perspectiva end-to-end, dos riscos e controlos dos processos de suporte, preparação e apresentação de conclusões e recomendações resultantes da avaliação de riscos e controlos de processos de suporte.

Ao Risk Office está confiada a responsabilidade de coordenação e execução dos processos de identificação, Mensuração, Controlo e Acompanhamento de todos os riscos, bem como a implementação dos controlos de risco em todas as áreas de negócio ou áreas funcionais de apoio ao negócio.

Cabe ao Compliance Office o acompanhamento e avaliação regular da adequação e eficácia das medidas e procedimentos adoptados para detectar qualquer risco de incumprimento dos normativos aplicáveis ao Banco e para prevenir o envolvimento do Banco em redes de branqueamento de capitais e financiamento ao terrorismo.

### 1.3. Bases e perímetros de consolidação para fins contabilísticos e prudenciais

A informação apresentada no âmbito deste documento reflecte o perímetro em base individual para fins prudenciais, nos termos do disposto pelo Aviso do Banco de Moçambique n.º 08/GBM/2007 de 03 de Abril, que difere do perímetro de consolidação das contas do Grupo, definido de acordo com as Normas Internacionais de Relato Financeiro (IFRS), dado que a SIM – Seguradora Internacional de Moçambique, SA, não se enquadra no perímetro financeiro.

As principais diferenças verificadas no reporte individual para fins prudenciais, face ao perímetro de consolidação das contas do Grupo, estão relacionadas com o tratamento das empresas cuja actividade reveste uma natureza diversa e incompatível com o disposto no regime geral das instituições de crédito e sociedades financeiras, no que se refere à supervisão em base consolidada, tal como decorre do Aviso do Banco de Moçambique n.º 08/GBM/2007 de 03 de Abril, nomeadamente em relação às empresas comerciais, industriais, agrícolas ou de seguros.

Em Junho de 2020, não existe qualquer impedimento significativo, actual ou previsto, a uma rápida transferência de fundos próprios ou ao pronto reembolso de passivos entre o Banco e a sua associada.

As entidades integradas no perímetro de consolidação do Grupo a 30 de Junho de 2020 estão descritas no Quadro abaixo indicando-se o método de consolidação contabilístico a que se encontram sujeitas e apresentando-se notícias apropriadas para caracterizar as situações das entidades excluídas do perímetro de consolidação para fins prudenciais.

Quadro I - Método de consolidação e tratamento prudencial

Notas

Subsidiária	Sede	Capital Social	Actividade Económica	% de Participação	Método de Consolidação
Seguradora Internacional de Moçambique, S.A.	Maputo	295.000.000	Seguros	91,9965%	Integral*

\*Para efeitos da reporte ao Banco de Moçambique e no cumprimento do Aviso n.º 08/GBM/2007, o Banco considera pelo método de essencialidade patrimonial.

O valor total contabilístico registrado nas contas do Banco referente à participação do Millennium bcp na Seguradora Internacional de Moçambique é na ordem de MZN 416 milhas. De acordo com a legislação em vigor (Artigo n.º 8, do Aviso n.º 8/GBM/2017 de 03 de Abril), são elementos a deduzir aos fundos próprios o valor líquido de inscrição no activo, do montante correspondente a acções, outros títulos e outros valores enquadráveis no artigo n.º 3 emitidos ou contraídos por instituições de crédito e por outras instituições financeiras sob supervisão do Banco de Moçambique. Assim, a SIM não sendo entidade sob supervisão do Banco de Moçambique não é elegível para as deduções aos fundos próprios. No entanto, ao nível do activo ponderado pelo risco de crédito, o valor total contabilístico registrado nas contas do Banco referente à participação do Millennium bcp na Seguradora Internacional de Moçambique, é ponderado a 100% e enquadra-se na rubrica de outros activos.

Abaixo apresenta-se o método de consolidação utilizado para efeitos contabilísticos e o respectivo critério de seleção em vigor.

### Método de consolidação integral

As participações financeiras em empresas subsidiárias em que o Grupo exerce o controlo são consolidadas pelo método de consolidação integral, desde a data em que o Grupo assume o controlo sobre as suas actividades financeiras e operacionais até ao momento em que esse controlo cesse. Presume-se a existência de controlo quando o Grupo detém mais de metade dos direitos de voto ou detém o poder, directa ou indirectamente, de gerir a política financeira e operacional de determinada empresa de forma a obter benefícios das suas actividades, mesmo que a percentagem da participação detida seja inferior a 50% do respectivo capital social.

O quadro abaixo mostra a diferença positiva entre o valor da participação do Millennium bcp no capital social da Seguradora Internacional de Moçambique e o montante do capital social mínimo exigido para o exercício cumulativo do negócio de seguros da ramo vida e não vida.

Quadro II. Diferença entre a participação do Millennium bcp na SIM e o capital mínimo exigido para o exercício do negócio de seguros

Notas

Descrição	Montante
Participação do Mbcp na SIM (91,9965%)	271.389.675
Outras accionistas na SIM	23.610.325
Montante de capital mínimo exigido	295.000.000

&lt;p

# Millennium

bim

## RELATÓRIO DE DISCIPLINA DE MERCADO DE JUNHO DE 2020 (Continuação 2/8)

M

Executadas numa base contínua e como parte integrante das rotinas do Banco, as acções de controlo e monitorização são complementadas com avaliações autónomas, periódicas ou extraordinárias. As deficiências com impacto material que possam ser detectadas através dos procedimentos de controlo são devidamente registadas, documentadas e reportadas aos órgãos de gestão e supervisão apropriados.

Neste contexto, a função de Auditoria Interna é exercida pela Direcção de Auditoria com carácter permanente e independente, avaliando, em cada momento e de acordo com o plano estabelecido, a adequação e eficácia das diversas componentes do sistema de controlo interno como um todo, emitindo recomendações baseadas nos resultados das avaliações realizadas.

Estas subsistemas do sistema de controlo interno são geridos na vertente de gestão de riscos pelo Risk Office e pelo Compliance Office e, na vertente de informação e comunicação, pelo Centro Corporativo e pela Direcção de Contabilidade e Contabilidade.

A actividade da Direcção de Auditoria inclui a coordenação de todo o processo de revisão do sistema de controlo interno pelos auditores externos, incluindo o processo de acompanhamento do grau de implementação das recomendações resultantes das auditorias por estas efectuadas a nível deste processo.

Assim, o Risk Office, o Compliance Office, a Direcção de Contabilidade, o Centro Corporativo e a Direcção de Auditoria asseguram a implementação dos procedimentos e meios necessários à obtenção de toda a informação relevante para o processo de consultoria de informação a nível do Millennium bim – tanto de natureza contabilística, como de apoio à gestão e relativa ao acompanhamento e controlo dos riscos – que devem contemplar, designadamente:

1. A definição do conteúdo e formato da informação a reportar de acordo com as políticas contabilísticas e orientações definidas pelo órgão de gestão, bem como as datas em que são requeridos os reportes;
2. A identificação e controlo das operações no Millennium bim;

A garantia de que a informação de gestão é coerente de modo a que seja possível medir e acompanhar a evolução e rentabilidade do negócio e verificar o cumprimento dos objectivos estabelecidos, bem como avaliar e controlar os riscos em que cada entidade incorre, tanto em termos absolutos como relativos.

### 2.3. Risco de crédito

A concessão de crédito fundamenta-se na prévia classificação de risco dos clientes e na avaliação criteriosa do nível de protecção proporcionado pelas colaterais subjacentes. Neste processo é utilizado um sistema de notação de risco, a Rating MasterScale, baseada na probabilidade de incumprimento esperada (PD – Probability of Default), permitindo uma melhor avaliação e hierarquização do risco de crédito das clientes. A Rating MasterScale permite também identificar os clientes que evidenciam sinais de degradação da capacidade creditícia.

Refere que o Banco cumpre com a norma contabilística internacional IFRS 9 e, portanto, determina as perdas de crédito esperadas de cada operação em função da deterioração do risco de crédito verificada desde o seu reconhecimento inicial. Para este efeito, as operações são classificadas num dos seguintes três estágios:

- Stage 1: são classificadas neste estágio as operações em que não se verifica um aumento significativo de risco de crédito desde o seu reconhecimento inicial independentemente da qualidade de crédito;
- Stage 2: são classificadas neste estágio as operações em que se verifica um aumento significativo de risco de crédito desde o seu reconhecimento inicial, mas que não estão em situação de impardade;
- Stage 3: são classificadas neste estágio as operações em situação de impardade.

Para o cálculo da taxa de impardade, o Banco analisa os clientes significativos individualmente e, para os restantes, desenvolveu modelos paramétricos de cálculo da PD e EGD.

O Millennium bim adopta uma política de monitorização contínua dos seus processos de gestão de risco de crédito, promovendo alterações e melhorias sempre que consideradas necessárias, visando uma maior consistência e eficácia desses processos.

### 2.4. Riscos de mercado

#### Risco de taxa de juro

A avaliação do risco de taxa de juro no Millennium bim é feita com base nas métricas estabelecidas internamente e baseadas nos pés construídos por prazos residuais de repricing dos contratos vivos, seguindo da análise de sensibilidade.

De modo a garantir que os níveis de risco incorridos pelo Banco estão de acordo com os níveis de tolerância definidos pelo Conselho de Administração, este estabelece limites para riscos de mercado (riscos com periodicidade mínima anual), os quais são alinhados com os limites transversais do Grupo Millennium para ALM (Asset Liability management) & Investment Portfolio e indexados ao nível dos Fundos Próprios do Banco.

Estes limites são acompanhados pelo Risk Office numa base mensal.

Relativamente ao limite interno VaR (Value at Risk) associado à actividade da Sala de Mercados do Millennium bim no Mercado Financeiro (Financial Market Activity – FMA), incluindo os limites da posição cambial, o controlo é feito diariamente.

A avaliação do risco de taxa de juro originado por operações da carteira é feita através de um processo de análise de sensibilidade ao risco, realizado todos os meses, para o universo de operações que integram o balanço do Millennium bim.

Para esta análise são consideradas as características financeiras dos contratos disponíveis nos sistemas de informação de gestão do Banco. Com base nestes dados é efectuada a respectiva projeção dos fluxos de caixa esperados, de acordo com as datas de repricing.

A agregação, para cada uma das moedas analisadas, dos fluxos de caixa esperados em cada um dos intervalos de tempo permite determinar os gaps de taxa de juro por prazo residual de repricing.

A sensibilidade ao risco de taxa de juro do balanço em cada moeda é calculada através da simulação de um deslocamento paralelo das curvas de rendimento (yield curve) em 200 pontos base, nos gaps dos cash flows gerados.

O gráfico abaixo ilustra a evolução dos impactos na margem financeira do Banco referente a Jun.20, comparativamente a Dez.19, em montante, considerando o choque de +200 p.b. nos gaps dos cash flows gerados.

Gráfico I – Análise de Sensibilidade ao Risco de Taxa de Juro



Conforme mostra o gráfico acima, reportado a 30 de Junho de 2020 e 31 de Dezembro de 2019, a sensibilidade ao risco de taxa de juro do balanço, simulando um deslocamento paralelo das curvas de rendimento (yield curve) em 200 b.p., evidencia valores de 564,5 milhões de metálicos e -31,1 milhões de metálicos para as moedas em que o Millennium bim detém posições mais significativas, respetivamente, metálicos e dólares americanos.

#### Risco cambial

O Risco cambial é avaliado com recurso aos indicadores definidos nos normativos de âmbito prudencial do Banco de Moçambique (Aviso n.º 9/GBM/17 de 3 de Abril), nomeadamente:

- Posição cambial líquida por divisa (Net open position) – Recolhida ao nível do sistema informático do Banco pelo Departamento de Operações Financeiras e posteriormente enviado ao Risk Office, reportando-se ao último dia de cada mês;
- Indicador de sensibilidade - calculado através da simulação de impacto, nos resultados do Banco, de uma hipotética variação de 10% na taxa de câmbio de valor-métrica.

Gráfico II – Análise de sensibilidade ao risco de taxa de câmbio

	Dez.19	Jun.20
Fundos Próprios	20.196.542	19.601.726
20% Fundos próprios	4.039.328	3.920.345
USD	104.555	38.914
EUR	341.026	64.568
ZAR	39.274	4.097
Outras Moedas	113.891	154.125
Total	598.747	251.703

POSIÇÃO = Limite - Posição Global por Moedas

Values em Milhares de euro/mês

Para o controlo do nível de exposição do Banco ao risco cambial, os limites definidos pelo Conselho de Administração do Banco estão alinhados com os limites definidos pelo Banco de Moçambique através do Aviso n.º 9/GBM/17 de 3 de Abril.

#### 2.5. Risco operacional

Na gestão e controlo do risco operacional, o Millennium bim tem vindo a implementar, de forma contínua, os seus principais, práticas e mecanismos de controlo, sendo exemplos: a segregação de funções, as linhas de responsabilidade e respectivas autorizações, a definição de limites de tolerância e de exposição aos riscos, os códigos deontológicos e de conduta, os indicadores-chave de risco (KRI – Key Risk Indicators), os controlos de acesso, riscos e riscos, as actividades de reconciliação, os relatórios de exceção, os planos de contingência, a contratação de seguros e a formação interna sobre processos, produtos e sistemas.

O aumento da eficiência na identificação, avaliação, controlo e mitigação das exposições ao risco tem passado, também, pelo reforço do sistema de gestão de risco operacional do Millennium bim, beneficiando-se de uma aplicação de suporte comum a todo Grupo Millennium.

#### Estrutura de gestão do risco operacional

O sistema de gestão de risco operacional assenta numa estrutura de processos end-to-end, considerando-se que uma visão transversal às unidades funcionais da estrutura organizacional é a abordagem mais adequada para percepcionar os riscos e estimar o efeito das medidas correctivas introduzidas para os mitigar. Além disto, este modelo de processos suporta também outras iniciativas estratégicas relacionadas com a gestão deste risco, como é o caso das ações para melhoria da eficiência operativa e da gestão da continuidade do negócio.

O conjunto dos processos definidos é dinâmico, sendo adequado em função das alterações de práticas operacionais e de negócio, de forma a cobrir todas as actividades relevantes desenvolvidas.

Assim, o Millennium bim tem definido a sua própria estrutura de processos, a qual é periodicamente ajustada em função da evolução do negócio do Banco, para assegurar uma adequada cobertura das actividades de negócio em suporte ao negócio desenvolvidas.

A responsabilidade pela gestão dos processos foi atribuída a Process Owners (secundados por Process Managers), que têm por missão caracterizar as perdas operacionais capturadas no contexto dos seus processos, monitorizar os respectivos KRI's, realizar os exercícios de Risk Self-Assessment (RSA), bem como identificar e implementar as ações adequadas para mitigação das exposições ao risco operacional, contribuindo assim para o reforço dos mecanismos de controlo e para a melhoria do ambiente de controlo interno.

O Process Owner é nomeado pela Comissão Executiva do Banco no momento da aprovação do processo, ou durante a vida útil do processo, com base nos seus conhecimentos e experiência profissional no domínio das actividades desenvolvidas no seu(s) processo(s) pelos quais são responsáveis. As responsabilidades dos Process Owners são as seguintes:

1. Manter e coordenar a estrutura do processo, garantindo níveis adequados de controlo;
2. Coordenar o envolvimento das unidades orgânicas que intervêm no processo, através de:
  - a) Nomeação conjunta de Process Managers para as áreas que têm responsabilidade de execução de actividades do processo; e
  - b) Promoção de reuniões periódicas desta equipa de gestão do processo (Process Owners e Process Managers);
3. Avaliar os riscos dos processos através da validação e aprovação dos eventos de perda a registar, no âmbito dos requisitos dos operational risk principles and guidelines;

4. Avaliar os riscos e controlos inerentes aos processos, propondo as alterações e ações de melhoria suscetíveis de reforçar o ambiente de controlo do processo, contribuindo para a redução dos níveis de exposição aos riscos, no âmbito dos operational risk principles and guidelines;
5. Avaliar o impacto no negócio de uma perda ou interrupção dos processos críticos abrangidos, determinando o período máximo de interrupção tolerável, de acordo com os critérios definidos no Sistema de Gestão da Continuidade de Negócio do Banco;
6. Promover a interligação com as áreas relevantes no que respeita às diversas vertentes do processo, como sejam o compliance, o risco, a continuidade de negócio e, quando aplicável, a certificação de qualidade;
7. Estabelecer objectivos globais para o processo e promover a consecução desses objectivos;
8. Assegurar a conformidade dos processos com os requisitos e princípios de um Sistema de Controlo Interno adequado, quando tal for solicitado pela Comissão Executiva.

#### Auto avaliação dos riscos (RSA – Risk Self-Assessment)

O objectivo dos exercícios de RSA é de promover a identificação e a mitigação da eliminação de riscos, actuais ou potenciais, no âmbito de cada processo, através da classificação de cada uma das 20 sub-tipologias de risco operacional consideradas no Modelo do Banco. Essas classificações são posicionadas numa matriz de tolerância ao risco, considerando-se o pior caso que pode ocorrer em cada processo (worst-case event), para três diferentes cenários. Tal permite:

1. Avaliar o risco inerente dos vários processos, que não considera a influência dos controlos existentes (Risk Inherent);
2. Determinar a influência do ambiente de controlo instalado na redução do nível das exposições (Risk Residual);
3. Identificar o impacto das oportunidades de melhoria na redução de risco das exposições mais significativas (Risk Objective).

Os exercícios de RSA são realizados através de workshops, assistidos pelo Risk Office e com a participação dos Process Owners e Process Managers, ou através de respostas a questionários enviados aos Process Owners para revisão dos resultados de RSA anteriores, em função de critérios de actualização pré-definidos.

#### Captura de perdas operacionais

A captura (i.e., a identificação, registo e caracterização) de perdas operacionais e dos eventos que lhes deram origem, levada a cabo pelo Millennium bim nas operações cobertas pelo framework de gestão de risco operacional, tem por objectivo reforçar a conscientização para este risco e facultar informação relevante aos Process Owners, destinada a ser incorporada na gestão dos seus processos, sendo um importante instrumento para quantificar a exposição ao risco.

A deteção e reporte das perdas operacionais é uma responsabilidade de todos os colaboradores do Millennium bim, cabendo aos Process Owners um papel determinante na dinamização destes procedimentos no âmbito dos processos pelos quais são responsáveis. A identificação e captura de eventos de perdas operacionais é também levada a cabo pelo Risk Office, com base em dados facultados pelas áreas centrais.

Assim, os eventos identificados em que as perdas, efectivas ou potenciais, superem os limites de materialidade definidos, são registados na base de dados de perdas operacionais do Grupo Millennium, relacionados com um processo e com uma das 20 sub-tipologias de risco operacional, sendo caracterizados pelos Process Owners e Process Managers dos processos em causa. Esta caracterização inclui, para além da descrição da respectiva causa-efeito, a valorização da perda e, quando aplicável, a descrição da ação de melhoria identificada (a partir da análise da causa da perda), destinada a mitigar o risco.

Os Process Owners têm um papel relevante na dinamização da captura de dados sobre as perdas verificadas no âmbito dos respetivos processos, tal como o Risk Office, que também procede à identificação e registo de perdas operacionais a partir da análise de dados oriundos de áreas centrais.

#### Linhas de defesa na gestão de risco

O Millennium bim estabeleceu 3 linhas de defesa na gestão de risco, cujas competências se descrevem abaixo:

##### 1ª Linha - Gestão de risco (Process Owner)

- Identificar (com o apoio das Direcções), reportar e validar eventos de risco operacional;
- Assegurar o tratamento adequado dos eventos identificados;
- Identificar e implementar ações de mitigação do risco (com o apoio das Direcções) e monitorizar o seu impacto;
- Disseminar uma cultura de risco operacional por todos os níveis hierárquicos;
- Definir objectivos de risco operacional para os processos;
- Participar nos exercícios de auto-avaliação apoiando as Direcções;
- Monitorizar os indicadores dos processos.

##### 2ª Linha - Controlo de risco (Risk Office)

- Definir e implementar procedimentos, metodologias e ferramentas de gestão;
- Gerir e validar a qualidade da informação;
- Identificar e analisar riscos materialmente relevantes e interdependentes;
- Monitorizar indicadores globais de risco;
- Fomentar uma cultura de risco operacional em toda a organização;
- Elaborar reporte para os intervenientes na gestão do risco;
- Formar e apoiar a 1ª linha na utilização dos instrumentos de gestão e no tratamento da informação;
- Reconciliar a base de dados de perdas operacionais para garantir a qualidade e completude dos dados.

##### 3ª Linha - Auditoria Interna (Dir. de Auditoria)

- Supervisionar a correcta aplicação das políticas e procedimentos por parte dos intervenientes;
- Testar a efectividade do ambiente de controlo implementado para a mitigação do risco;
- Realizar auditorias ao processo de quantificação e gestão de risco (inclui validar a completude da base de dados de perdas).

#### Indicadores de risco (KRIs)

Os KRIs são métricas cuja monitorização permite identificar alterações no perfil dos riscos ou da eficiência dos controlos, possibilitando a detecção de oportunidades para o lançamento de ações correctivas para prevenir perdas efectivas.

#### Gestão da continuidade de negócio

A gestão da continuidade de negócio engloba duas componentes complementares:

- i) O Plano de continuidade de negócio, relativo a pessoas, instalações e

Para o cálculo do Liquidity Coverage Ratio (LCR) o Basileia III indica que são necessários 3 componentes, nomeadamente:

#### 1. Ativos altamente líquidos:

##### a. Nível I:

- i. Caixa (notas e moedas);
- ii. Obrigações de tesouro e bilhetes de tesouro.

##### b. Nível II:

- i. Diferença entre as disponibilidades no Banco de Mocambique e as reservas obrigatórias (quando for positiva);

#### 2. Cash outflows (saídas de caixa):

##### a. Depósitos à ordem e a prazo até 30 dias:

- i. De clientes retail;

##### b. Limites não usados de clientes retail;

##### c. Limites não usados de clientes empresa;

##### d. Garantias bancárias e créditos documentários de importação;

##### e. Diferença entre as disponibilidades no Banco de Mocambique e reservas obrigatórias - quando a diferença for negativa;

#### 3. Cash inflows (entradas de caixa):

##### a. Prestações de capital e juros a receber nos próximos 30 dias:

- i. De clientes particulares;

##### ii. De clientes empresa, soberanos, bancos multilaterais e entidades do setor público;

##### b. Prestações de capital a receber de produtos sem maturidade definida;

##### c. Cedências de liquidez no MM;

Em suma o rácio de cobertura de liquidez - Liquidity Coverage Ratio (LCR) é calculado com base na seguinte fórmula:

$$\text{LCR} = \frac{\text{Ativos Altamente Líquidos}}{\text{Cash Outflows} - \text{Min}(\text{Cash Inflows} \pm 75\% \text{ dos Cash Outflows})} \times 100$$

O Millennium bim tem vindo a monitorar este indicador com resultados acima dos 100% exigidos no âmbito do Basileia III, conforme indica o gráfico abaixo:

Gráfico IV - Liquidity Coverage Ratio (LCR)



#### Plano de contingência de capital e liquidez

O Plano de Contingência de Capital e Liquidez (PCCL) define as prioridades, responsabilidades e medidas específicas a tomar na ocorrência de uma situação de contingência de liquidez.

O PCCL define, enquanto objetivo, a manutenção de uma estrutura de liquidez e capital equilibrada, estabelecendo também a necessidade de uma contínua monitorização das condições de mercado, bem como linhas de ação e regras que visam a tomada de decisões atempada perante cenários de adversidade antecipados ou verificados.

O PCCL é reportado trimestralmente à Comissão Executiva. Adicionalmente o Risk Office controla e reporta semanalmente ao Group Risk Office e à Administração do Banco, os seguintes indicadores para a moeda nacional e moeda estrangeira:

- a. Taxa de transformação de acordo com o definido a nível do Risk Appetite Statement do Banco - RAS;
- b. Disponibilidades;
- c. Gap comercial do Banco;
- d. Volume de reservas obrigatórias.

#### 2.7. Risco estratégico

De forma a cumprir com o estabelecido no Aviso n.º 04/GIM/2013 de 24/05 (Directrizes de gestão de risco), o Banco definiu uma metodologia para avaliação de risco estratégico, a qual essente na avaliação dos factores de risco externos e internos, nomeadamente:

Fatores risco externos	Fatores de risco interno
Concorrência	Estrutura organizacional
Alterações de nicho de mercado	Processos
Alterações tecnológicas	Pessoal
Factores económicos globais	Informação
Regulamentação	Tecnologia

No seguimento do quadro acima, segue abaixo uma breve descrição dos indicadores:

#### Factores Externos:

- **Concorrência:** analisa-se a concorrência do Banco, tanto em termos de quota de mercado, como da oferta de produtos e de serviços, bem como o pricing existente;
- **Alterações de nicho de mercado:** efectua-se a análise dos serviços oferecidos aos clientes entre os diferentes segmentos;
- **Alterações tecnológicas:** efectua-se a análise dos principais desenvolvimentos tecnológicos e os impactos dos mesmos em termos de competitividade;
- **Factores económicos globais:** analisa-se a evolução dos principais indicadores macroeconómicos e o seu impacto na actividade do banco;
- **Regulamentação:** avalia-se a nova regulamentação existente e os planos de ação para implementação da mesma.

#### Factores Internos:

- **Estrutura organizacional:** efectua-se uma avaliação por parte dos auditores externos no âmbito do sistema de controlo interno;
- **Processos:** avaliam-se os processos existentes através da documentação de procedimentos internos do banco;
- **Pessoal:** efectua-se uma avaliação dos recursos humanos existentes;
- **Informação:** realiza-se uma avaliação da informação produzida internamente, bem como os níveis de serviços da mesma;
- **Tecnologia:** realiza-se uma avaliação dos níveis de serviço da IT do Banco em alinhamento com a estratégia do Banco.

A avaliação do risco estratégico é efectuada semestralmente e consiste numa actividade que requer o envolvimento de várias áreas, tais como Direcção de Marketing, Direcção de Recursos Humanos, Direcção da Banca de Investimentos, Direcção de Inovação de Tecnologias de Informação, entre outras.

Cabe à Comissão de Avaliação de Riscos validar a avaliação e submeter ao Conselho de Administração para aprovação.

Para cada um destes factores, definiram-se:

- Peso de cada factor;
- Critérios para avaliação do risco;
- Avaliação do risco com base em factores quantitativos e qualitativos.

#### 2.8. Risco de compliance

A avaliação do Risco de Compliance no Millennium bim é desenvolvida em duas fases, nomeadamente, a conformidade regulamentar e de Anti-Money Laundering.

Abusos ou abusos fases distintas:

##### 1. Compliance – Nesta fase são consideradas as seguintes elementos na medição do risco:

- Multas pagas;
- Acções judiciais contra o Banco;
- Contra-ordenações;
- Reportes obrigatórios;
- Cooperação com as autoridades.

##### 2. AML - Anti-Money Laundering nesta fase são considerados os seguintes elementos na medição do risco:

- Filtragem e monitorização de transacções – Processo automático;
- Transacções reportadas ao GIRM;
- Scan da base de dados de clientes visando identificar entidades banidas do sistema financeiro internacional;
- Informações prestadas às autoridades;
- Relatório do fórum das compliance da Praca – AMI.

#### 2.9. Risco de Reputação

O risco de reputação também é controlado pelo Compliance officer. A avaliação é realizada tendo em conta os elementos que são considerados na medição do risco:

- Comunicação social;
- Reclamações de clientes;
- Gestão e resposta de reclamações recebidas dos Balcões;
- Gestão e resposta de recursos de reclamações interpostas no Banco de Mocambique.

#### 2.10. Risco de Tecnologias de Informação (TI)

A gestão do Risco de TI no Millennium bim engloba duas componentes que se complementam, nomeadamente o Plano de Continuidade de Negócio (PCN), relativo a pessoas, instalações e equipamentos, e o Plano de Recuperação Técnológica (PRT), relativo a sistemas de informação, aplicações e infra-estruturas de comunicações.

Ambos os planos estão definidos e em processo de melhoria contínua, sujeitos a ajustamentos face à evolução do mercado, ao posicionamento estratégico do Banco e à sua matriz organizativa. O processo de melhoria contínua em que se encontra o PCN é promovido e coordenado por uma unidade de estrutura – a Direcção de Segurança de Informação e Continuidade de Negócio (DSICH), cuja actuação é orientada pelas boas práticas internacionais e pelas recomendações das entidades de supervisão.

Os manuais operativos em que se materializa o PCN (manual de gestão de crise, manual de resposta de emergência e planos de recuperação de negócio) são periodicamente actualizados e testados, mediante a realização de exercícios regulares que visam melhorar a capacidade de resposta a incidentes e aprofundar a articulação entre a resposta de emergência, a recuperação tecnológica, a gestão de crise e a recuperação do negócio, envolvendo habitualmente a realização das actividades críticas em localizações alternativas.

São vindo a ser realizados exercícios de recuperação em sala (instalações alternativas) com as equipas de recuperação, com o principal objectivo de familiarizar os membros com as respectivas funções e responsabilidades.

No caso específico da resposta de emergência, referir que o edifício Sede do BIM foi construído e preparado contando com as necessidades de evacuação em caso de incidente (incêndio ou catástrofe natural, etc.), segundo proposta do Banco. De realçar que, para cada edifício onde operam serviços centrais, foi definida uma equipa de resposta de emergência, especialmente dedicada ao processo de evacuação, sendo que as funções e responsabilidades dos membros se encontram perfeitamente identificadas, assim como as acções iniciais e recurrentes a desenvolver perante o tipo de incidente.

O Banco tem vindo a realizar exercícios de evacuação do edifício Sede com a regularidade definida nas prioridades da sua Comissão Executiva e os resultados são positivos e encorajadores.

No que se identifica com o PCN na vertente operacional, a sua mensuração baseia-se numa análise de impacto de negócio decorrente da disruptão nos respetivos processos. A classificação do impacto tem por base uma matriz de tolerância de risco (RAM) que classifica as exposições do Banco aos riscos operacionais decorrentes das referidas disruptões como sendo insignificantes, baixas, médias, altas e catastróficas.

A matriz de avaliação de impacto utiliza critérios financeiros e não financeiros:

- Nível de impacto financeiro de acordo com os parâmetros definidos na matriz de tolerância de risco (RAM) implementada no Banco para a avaliação de riscos;
- Métricas de desempenho e serviço ao cliente.

O Plano de Recuperação Técnologica (Disaster Recovery Plan – DRP) visa recuperar as aplicações, as suas fases e a infra-estrutura tecnológica.

Entende-se por Plano de Recuperação Técnologica (DRP) o conjunto de cenários e procedimentos para a recuperação de sistemas, que possa responder de forma eficaz a falhas de sistemas causadas por alguma inoperância ocorrida em virtude de ameaças ou desastres (exemplo: incêndio, cheias, vandalismo, sabotagem ou falhas de tecnologias, etc.).

No Banco, o DRP baseia-se na réplica em tempo real e em instalações físicas independentes daquela totalidade das aplicações do Banco. O Centro de Processamento de Dados (CPD) de backup localiza-se há cerca de 60 Km do edifício Sede do Banco onde está instalado o CPD de produção.

Regularmente são realizados testes de DRP dos sistemas centrais e periféricos, em conformidade com o plano elaborado no inicio de cada ano, visando avaliar os processos operacionais críticos de negócios e manter a integridade, a segurança e a consistência das bases de dados e se o plano pode ser activado no momento opportuno. Os testes são efectuados, no mínimo, duas vezes por ano, ou sempre que ocorra uma mudança significativa no ambiente de processamento de dados ou de negócios.

A disponibilidade dos fundos próprios obedece o preconizado no aviso do Banco de Mocambique n.º 04/GIM/2013 de 03 de Abril, conforme se segue:

#### III. ESTRUTURA DE CAPITAL

##### 3.1. Divulgações qualitativas

Com referência a 20 de Junho de 2020, os fundos próprios do Banco Internacional de Mocambique foram agrupados de acordo com as normas regulamentares aplicáveis, nomeadamente com o disposto no Aviso do Banco de Mocambique n.º 04/GIM/2013 de 03 de Abril. Os fundos próprios totais resultam da soma dos fundos próprios de base (tier I) com os fundos próprios complementares (tier II) e da subtração da componente relevante no agregado dedutives. Para o cálculo dos fundos próprios de base são considerados os elementos que integram o core tier I, estabelecidos no Aviso do Banco de Mocambique n.º 04/GIM/2013 de 03 de Abril, e outros elementos adicionais relevantes para o apuramento dos fundos próprios de base. Os fundos próprios de base I, em especial, o core tier I integram os elementos com carácter de maior permanência.

A composição dos fundos próprios obedece o preconizado no aviso do Banco de Mocambique n.º 04/GIM/2013 de 03 de Abril, conforme se segue:

#### FUNDOS PRÓPRIOS DE BASE (TIER I):

##### Elementos positivos:

- Capital realizado;
- Prémios de emissão de acções e outros títulos;
- Reservas legais, estatutárias e outras formadas por resultados não distribuídos;
- Resultados positivos transitados de exercícios anteriores;
- Resultados positivos do último exercício;
- Resultados positivos provisórios do exercício em curso;
- Reservas de conversão cambial e reservas de cobertura de investimentos líquidos em unidades operacionais no estrangeiro;
- Parcerias das Reservas e de resultados correspondentes a activos por impostos diferidos;
- Interesses minoritários.

##### Elementos negativos:

- Acções próprias;
- Activos intangíveis;
- Resultados negativos transitados de exercícios anteriores;
- Resultados negativos provisórios do exercício em curso, em final do mês;
- Reservas de reavaliação negativas, nas condições enumeradas no Art.º 5;
- Diferenças positivas de reavaliação na primeira aplicação - método de equivalência patrimonial;
- Insuficiência de provisões;
- Desvios actuariais negativas (método do corredor) e custos com serviços passados - não reconhecidos em resultados ou reservas.

#### FUNDOS PRÓPRIOS COMPLEMENTARES (TIER 2):

##### Elementos positivos:

- Montantes provenientes da emissão de títulos com prazo de vencimento indeterminado e dos provenientes de empréstimos não titulados, nos termos do artigo n.º 11;
- Outros elementos patrimoniais elegíveis, nos termos do artigo n.º 12;
- Provisão para riscos gerais de crédito até ao limite de 0,0125% dos activos ponderados pelo risco de crédito;
- Reservas de reavaliação legais de activos fixos tangíveis;
- Outras reservas de reavaliação, pelas montantes que resultam do Art.º 5 e das alíneas g) e h) do Art.º 17;
- Outros elementos;
- Empréstimos subordinados, nas condições referidas no artigo n.º 13;
- Parte liberada de activos preferenciais remanescentes;

##### Elementos negativos:

- Outras elementos próprios enquadráveis no Artigo n.º 3, pelo valor da inscrição no balanço.

##### Elementos a deduzir:

- Imobilizado recebido em reembolso de crédito próprio;
- Parte que excede os limites de concentração de riscos (Aviso n.º 04/GIM/2017).

O Banco não possui instrumentos de capital inovadores, complexos e híbridos, sobre os quais se exige, no nível prudencial, a divulgação resumida dos respectivos termos e condições.

#### 3.2. Divulgações quantitativas

**Projeções de capital em função das actividades presentes e futuras**

O Banco utiliza dois métodos que se complementam na avaliação da adequação do capital, nomeadamente no que concerne às projeções em função das actividades em curso e planeadas.

Em primeiro lugar, anualmente na execução do seu planeamento estratégico, avalia-se a adequação e nível de capital em função da actividade planeada num prazo de 5 anos, tendo em conta as opções de crescimento, expansão, rentabilidade e solidez tomadas.

O Millennium bim, também anualmente, avalia a sua base de capital, quando da realização do ICAAP (Internal Capital Adequacy and Assessment Process – Processo de Avaliação e Adequação do Capital Interno), através de testes de risco que visam verificar a capacidade de resiliência do Banco face aos impactos adversos internos e externos.

Através destes métodos o Millennium bim assegura que consistentemente supera, de forma significativa, os níveis de capitais exigidos pelo Banco de Moçambique.

**4.2. Divulgações quantitativas**

Fundos próprios e adequação de capitais em 30 de Junho de 2020 e 31 de Dezembro de 2019.

Os principais agregados dos Fundos próprios e dos requisitos de fundos próprios em base individual com referência a 30 de Junho de 2020 face a 31 de Dezembro de 2019, bem como os respectivos rácios de capital, de acordo com os critérios do Banco de Moçambique, são apresentados nos Quadros V e VI abaixo.

**Quadro V - Comparativo dos requisitos mínimos de capital**

Classe de Riscos no Método Padrão	Posições ponderadas		Requisitos mínimos de capitais *	
	Jun-20	Dez-19	Jun-20	Dez-19
Total RWA	46.909.111	44.101.239	5.629.003	4.851.136
Risco de Crédito (RWAr)	43.855.807	41.017.904	5.262.697	4.511.969
Operações no Balanço	38.172.669	36.123.307	4.580.720	3.973.564
Caixa e Equivalentes de Caixa	30.867	8.429	3.704	927
Administrações Centrais e Banco Central	443.882	192.906	53.266	21.220
Organizações Internacionais	-	-	-	-
Bancos Multilaterais de Desenvolvimento	-	-	-	-
Autoridades Municipais	4.807	5.125	577	564
Entidades do Sector Público	89	120	11	13
Empresas Públicas	42.384	95.932	5.086	10.553
Instituições de Crédito	2.395.007	2.507.277	287.401	275.800
Empresas	7.626.607	7.955.810	915.193	875.139
Cartela de Retaillo Regulamentar	5.855.573	6.128.155	702.669	674.097
Exposições Garantidas por Bens Imóveis	1.183.486	1.135.815	142.018	124.940
Créditos Vencidos	7.804.020	4.930.337	936.482	542.337
Categorias de Risco Elevado	-	66.180	-	7.280
Outras Activas	12.785.946	13.097.220	1.534.314	1.440.694
Operações fora do Balanço (Extrapatrimoniais)	5.683.139	4.894.597	681.977	538.406
Gar., avales, aceites e endossos	1.592.387	1.219.593	191.088	134.155
C.dé credito irrevogáveis stand-by	-	-	-	-
Créditos documentários	416.152	515.293	52.338	56.682
Garantias s/character sub crédito	221.351	183.349	26.386	20.168
Outros	3.433.040	2.976.363	411.966	327.400
Risco Operacional (RWAr)	2.242.033	2.242.033	269.116	246.690
Método do Indicador Básico	2.342.633	2.242.633	269.116	246.690
Método Padrão	-	-	-	-
Risco de Mercado (RWAr)	810.671	840.702	97.281	92.477
Total de requisitos de Capital (RWAr + RWAr)	-	-	5.629.093	4.851.136
Fundos Próprios	-	-	19.601.726	20.196.641
Diferencial (Fundos Próprios - Total de requisitos de Capital)	-	-	13.972.633	15.345.505

\*De Requisitos mínimos em Jun-20 são de 12% e em Dez-19 eram de 11%

Fonte: IFWNet (Valores líquidos da imparidade), RWAr e RWAr

No seguimento do Aviso n.º 9/GBM/2017 de 03 de Abril e Circular n.º 1/SCO/2013 de 31 Dezembro, vide abaixo o rácio de solvabilidade registrado em Jun-20 e Dez-19:

**Quadro VI - Rácio de solvabilidade**

Solvabilidade	Jun-20	Dez-19
Fundos Próprios de Base	-	-
Tier 1 Capital	-	-
Capital realizado	4.500.000	4.500.000
Reservas e resultados retidos	23.190.253	23.190.253
Activos Intangíveis	463.467	439.698
Resultados negativos transitados de exercícios anteriores	116.787	116.787
Reservas de reavaliação negativa, nas condições enumeradas no Artº 5.	35.734	9.442
Insuficiência de provisões	6.653.536	6.171.825
<b>Tier 1 Capital total</b>	<b>20.420.729</b>	<b>20.952.501</b>
Tier 2 Capital	-	-
Empréstimos subordinados	-	-
Outros	8.025	7.671
<b>Tier 2 Capital total</b>	<b>8.025</b>	<b>7.671</b>
<b>Dedução aos fundos próprios totais:</b>	<b>827.026</b>	<b>763.531</b>
<b>Fundos próprios elegíveis:</b>	<b>19.401.726</b>	<b>20.196.641</b>
Activos ponderados pelo risco	-	-
No Balanço	38.172.669	36.123.307
Fora de balanço	5.683.139	4.894.597
Risco operacional	2.242.633	2.242.633
Risco de mercado	810.671	840.702
Rácio de adequação de Fundos próprios de base (Tier 1)	59,0%	62,8%
Rácio de adequação de Fundos próprios (Tier 2)	43,5%	47,5%
<b>Rácio de Solvabilidade</b>	<b>41,8%</b>	<b>45,8%</b>

O rácio de solvabilidade calculado de acordo com as regras do Banco de Moçambique atingiu 41,8% em 30 de Junho de 2020, evidenciando uma redução de 4,0 pp face aos 45,8% registados em 31 de Dezembro 2019. Este rácio situa-se acima do limite mínimo definido pelo Banco de Moçambique de 12%.

**V. RISCO DE CRÉDITO****5.1. Divulgações qualitativas****Definições e políticas de apuramento de perdas e provisionamento**

O risco de crédito encontra-se associado a perdas ou ao grau de incerteza quanto aos retornos esperados, por incapacidade do tomador do empréstimo – e do seu garante, se existir – ou do emissor de um título ou da contraparte de um contrato, em cumprir as suas obrigações.

O crédito vencido, para efeitos contabilísticos, corresponde ao valor global dos créditos e prestações vencidas e não cobradas associadas a contratos de crédito reconhecidos no balanço, qualquer que seja a sua titulação.

Assim, são contabilizados no crédito vencido todos os créditos (capital) que se encontram por regularizar decorridos que sejam, no máximo, trinta dias sobre o seu vencimento.

O crédito objecto de análise de imparidade compreende todas as exposições sujeitas ao risco de crédito relativamente ao qual tenha sido detectada uma evidência objectiva de imparidade. Abrange assim as exposições individuais de determinados clientes ou contrapartes, e grupos homogêneos de créditos não considerados individualmente significativos, nos termos descritos seguidamente.

Relativamente ao crédito, a política do Millennium bim, para efeitos de provisão das posições em risco objecto de imparidade, consiste na avaliação regular da existência de evidência objectiva de imparidade na sua carteira.

As perdas por imparidade identificadas são registadas por contrapartida de resultados, sendo subsequentemente revertidas por resultados caso se verifique uma redução do montante da perda estimada, num período posterior.

Após o reconhecimento inicial, um crédito ou uma carteira de créditos sobre clientes, definida como um conjunto de créditos com características de risco semelhantes, poderá ser classificada como carteira com imparidade quando existe evidência objectiva de imparidade resultante de um ou mais eventos, e quando estes tenham impacto no valor estimado dos fluxos de caixa futuros do crédito ou carteira de créditos sobre clientes, que possa ser estimado de forma fiável.

O Millennium bim determina as perdas de crédito esperadas de cada operação em função da deterioração do risco de crédito verificada desde o seu reconhecimento inicial. Para este efeito, as operações são classificadas num dos seguintes três stages descritos no quadro abaixo:

Descrição
são classificadas as operações em que não se verifica um aumento significativo no risco de crédito desde o seu reconhecimento inicial independentemente da qualidade de crédito. As perdas por imparidade associadas a operações classificadas neste stage correspondem às perdas de crédito esperadas que resultem de um evento de default que poderá ocorrer num período de 12 meses após a data de reporte (perdas de crédito esperadas a 12 meses).
são classificadas as operações em que se verifica um aumento significativo do risco de crédito desde o seu reconhecimento inicial, mas que não estão em situação de imparidade. As perdas por imparidade associadas a operações classificadas neste stage correspondem às perdas de crédito esperadas resultantes de eventos de default que poderão ocorrer ao longo do período de vida residual esperado das operações (perdas de crédito esperadas "Lifetime").
são classificadas as operações em situação de imparidade. As perdas por imparidade associadas a operações classificadas neste stage correspondem a perdas de crédito esperadas "Lifetime".

**Definição de activos financeiros em default e em situação de imparidade**

São considerados em default os clientes que verifiquem pelo menos um dos seguintes critérios:

**Principais critérios de entrada em default/stage 3 (não exaustivo)**

- Incumprimento:** Pelo menos uma operação com capital ou juros vencidos há mais de 90 dias e acima dos limites de materialidade definidos;
- Abatido:** cliente que, à data de referência, verifique crédito abatido acima dos limites de materialidade definidos;
- Contencioso:** cliente com pelo menos um contrato em contencioso;
- Insolvência:** cliente com insolvência declarada legalmente;
- Reestruturados:** cliente com pelo menos uma operação reestruturada e há mais de 30 dias em atraso e com crédito vencido acima dos limites de materialidade definidos;
- Dupla reestruturação:** clientes com novas operações reestruturadas por dificuldades financeiras dentro do período de marcação de reestruturações.

**Principais critérios de entrada em stage 2 (não exaustivo)**

- Atraso:** clientes com pelo menos uma operação vencida há mais de 30 dias;
- Reestruturado:** clientes com pelo menos uma operação dentro do período de marcação de reestruturação por dificuldades financeiras;
- Early Warning Signals (EWS):** clientes com pelo menos um dos triggers de EWS válidos no âmbito do modelo de imparidade (tais como cheques devolvidos não justificados; inibição de uso de cheques e incidentes em OICs).

Adicionalmente, são aplicados períodos de quarentena mínimos aos clientes classificados em stage 3 e stage 2, sendo que só apenas o seu término, os clientes podem evoluir para um stage de risco inferior.

**Critérios de entrada de clientes na rotina de análise individual baseados na materialidade:**

Um dos critérios de entrada de clientes na rotina de análise individual com base na sua materialidade é a existência de clientes que pelo seu volume de exposição mais significativa são sujeitos a uma análise da sua capacidade financeira, no mínimo uma vez por ano.

Existem duas tipologias de estratégia de recuperação:

- "Going Concern", na qual a estimativa é realizada com base nos fluxos de caixa do negócio;
- "Gone Concern", na qual a estimativa de recuperação é realizada com base na execução dos colaterais.

**Estimativa das perdas de crédito esperadas - Análise colectiva**

As operações que não são sujeitas a análise individual de imparidade são agrupadas tendo em conta as suas características de risco e sujeitas a análise colectiva de imparidade. A carteira de crédito encontra-se dividida por graus de risco internos e respectivos segmentos.

Os principais inputs utilizados para a mensuração das perdas de crédito esperadas numa base colectiva, incluem as seguintes variáveis:

- Probabilidade de incumprimento ("Probability of Default" – PD);
  - Perda dado o incumprimento ("Loss Given Default" – LGD);
  - Exposição dado o incumprimento ("Exposure at Default" – EAD);
  - Factor de desconto do contrato (D);
  - Haircut;
  - CCF.
- Estes parâmetros são obtidos através de modelos estatísticos internos, e outros dados históricos relevantes, tendo em conta modelos regulamentares já existentes adaptados em função dos requisitos do IFRS 9.
- As PDs são estimadas com base num determinado período histórico para os contratos do Banco e calculadas para toda a maturidade contratual das exposições.
  - A LGD é a magnitude da perda que se espera que ocorra caso a exposição entre em incumprimento. O Banco estima os parâmetros de LG

## RELATÓRIO DE DISCIPLINA DE MERCADO DE JUNHO DE 2020 (Continuação 5/8)



Até ao documento acima referido, o Millennium bim definiu os seguintes princípios orientadores relativos ao controlo e gestão do risco de concentração de crédito:

- A monitorização do risco de concentração e o acompanhamento dos grandes riscos é efectuada, ao nível do Millennium bim, com base no conceito de "Grupo Económico".
- **Grupo Económico** – de acordo com a NIC 27 é o conjunto de empresas constituído por uma empresa-mãe e todas as subsidiárias.
- **Relação de grupo de risco** – relação que se dá entre duas ou mais pessoas singulares ou colectivas que constituem uma única entidade do ponto de vista de risco assumido, por estarem de tal forma ligadas que, na eventualidade de uma delas deparar com problemas financeiros, a outra ou todas as outras terão, provavelmente, dificuldades em cumprir as suas obrigações. Considera-se que existe esta relação de grupo de risco nomeadamente, quando:
  - Haja relação de controlo de uma sobre a outra ou sobre outras;
  - Existam acionistas ou associados comuns, que exerçam influência significativa nas entidades em questão;
  - Existam administradores comuns; e
  - Haja interdependência comercial directa que não possa ser substituída a curto prazo.
- Por forma a controlar o risco de concentração e limitar a exposição a este risco, é estabelecido um conjunto de soft limits definidos em função dos capitais próprios;
- O Risk Office mantém, valida e acompanha um processo centralizado de informação relativa ao risco de concentração.

A definição dos limites de concentração acima referidos é efectuada com base no melhor julgamento do Conselho de Administração do Banco, sob proposta do Risk Office, tendo em conta a situação concreta da carteira de crédito do Millennium bim no que respeita à respectiva concentração e atendendo às melhores práticas de mercado nesta matéria.

Além disso, a própria definição de limites de concentração (mais concretamente, os diversos tipos de limites estabelecidos) encerra, em si, a identificação dos tipos de concentração de risco de crédito considerados relevantes. A definição dos limites de concentração do Millennium bim considera todas as dimensões de risco de concentração de crédito referidas nos Anexos e na Circular do Banco de Moçambique aíás mencionados.

Em conformidade com o disposto na Circular n.º 03/SCO/2013 de 31 de Dezembro, existem três tipos fundamentais de risco de concentração de crédito a saber:

1. Exposições significativas a uma contraparte individual ou a um grupo de contrapartes relacionadas ("single name concentration risk" ou "grandes riscos");
2. Exposições significativas a grupos de contrapartes cuja probabilidade de entrarem em incumprimento resulta de factores subjacentes comuns, como por exemplo: (i) o sector económico, (ii) a região geográfica e (iii) a moeda e (iv) por produto.
3. Exposições de crédito indirectas resultantes da aplicação das técnicas de redução de risco (exposição a um tipo de garantia ou proteção de crédito fornecida por uma contraparte).

Os tipos de risco de concentração de crédito mencionados no ponto anterior são objecto de tratamento prudencial específico, previsto no Aviso n.º 9/GBM/2017 de 3 de Abril, sobre Riscos e Limites Prudenciais. A base utilizada para a definição de grandes exposições e para os valores-limite da concentração são os níveis de fundos próprios.

São igualmente definidos limites sectoriais e individuais.

No que respeita ao acompanhamento do risco de concentração, o Órgão de Administração do Banco (Comissão de Avaliação de Riscos) e o Comité de Controlo de Riscos são regularmente informados sobre a evolução dos limites de concentração e dos grandes riscos.

Assim, a quantificação do risco de concentração nas exposições de crédito (directas e indirectas) envolve, em primeira mão, a identificação dos casos específicos de concentração e de "grandes exposições" e a comparação dos valores de exposição em causa face aos níveis de fundos próprios, expressa em termos de pesos percentuais que são comparados com os limites de concentração definidos.

Em caso de incumprimento de um dado limite, deve ser especificamente reportado aos membros do órgão de Administração pela Direcção de Crédito e pelo Risk Office, sendo esse reporte acompanhado por uma proposta de solução para as situações ocorridas.

Normalmente, as soluções propostas passam pela redução da exposição líquida a(s) contraparte(s) em causa (por via de aumento de colateralização, por exemplo) ou por uma substituição de colateral (no caso das exposições de crédito indirecto).

O controlo e a gestão do risco de concentração representam um dos principais pilares da estratégia de mitigação dos riscos do Millennium bim. É neste contexto e, em particular, ao nível do risco de crédito que o Banco tem vindo a prosseguir uma actuação de acompanhamento sistemático de potenciais ou efectivos eventos de concentração de risco, adoptando, sempre que se justificam, as medidas de carácter preventivo (ou correctivo) consideradas adequadas.

Neste contexto, destaca-se a continuidade das medidas visando a progressiva redução da concentração do crédito nos maiores devedores individuais, quer por via da diminuição da exposição creditícia, quer pelo aumento do nível de colateralização das operações de crédito. Para além disso, merece também destaque o reforço dos critérios prudenciais no processo de análise e decisão das propostas de financiamento, com particular ênfase no que se refere à mitigação da concentração sectorial.

Os requisitos do Banco de Moçambique em matéria de risco de concentração de crédito estão devidamente reflectidos no Manual Interno sobre Políticas, Normas e Procedimentos de gestão e controlo de riscos do Millennium bim. Este normativo fixa igualmente os limites para o controlo do nível de concentração de risco de crédito, ao nível das tipologias definidas no Aviso n.º 11/GBM/2013 e pela Circular n.º 03/SCO/2013, ambos de 31 de Dezembro (Limites de concentração de crédito nos 20 maiores clientes individuais ou grupo económico, por sector de actividade, por região geográfica, por moeda e por produto). Parte dos limites de concentração foram definidos internamente e em alinhamento aos limites transversais ao Grupo Millennium bcp. Todos os limites estão indexados ao nível dos fundos próprios do Millennium bim. O posicionamento das maiores exposições face aos limites de concentração estipulados é regularmente monitorado pelo Risk Office e reportado aos membros do Comité de Controlo de Riscos (CCR) mensalmente e, trimestralmente, aos membros da Comissão de Avaliação de Riscos (CaVR). Ao longo do primeiro semestre de 2020, o Risk Office do Millennium bim elaborou regularmente reportes internos para o Comité de Controlo de Riscos, e Comissão de Avaliação de Riscos, que contribuiram de forma relevante para a gestão, controlo e acompanhamento do risco de concentração.

### 5.2. Divulgações quantitativas

No âmbito do risco de concentração, apresentam-se abaixo os quadros referentes à / a: (a) distribuição da carteira por tipo de exposição de crédito bruto (emprestimos, locações financeiras, compromissos fora do balanço, títulos de dívida e derivados); (b) média da exposição de crédito bruto, durante o período, distribuída por tipo de exposição de crédito; (c) distribuição geográfica das exposições de crédito, desdobradas por contrapartes; (d) distribuição das exposições por sectores de actividade; (e) distribuição da carteira de crédito com base nos prazos residuais de maturidade dos contratos; (f) índice de concentração Sectorial (g) índice de concentração individual (IC).

**Quadro IX – Total da exposição bruta e média anual do risco de crédito**

Descrição	Jun.20		Dez.19
	Fim de Período	Média do Ano	Fim de Período
Caixa e disponibilidades em bancos centrais	24.309.127	26.813.562	38.163.802
Disponibilidades sobre instituições de crédito	10.317.959	10.549.679	10.890.634
Empréstimos e locações financeiras	53.057.545	51.884.690	50.257.833
Títulos	62.895.724	56.115.810	53.685.045
Compromissos fora do balanço	33.617.245	21.848.883	21.409.817
<b>Total</b>	<b>174.197.599</b>	<b>167.212.624</b>	<b>174.414.031</b>

Valores em Milhões de meticais

**Quadro X – Distribuição geográfica da carteira de crédito – Junho de 2020**

	Junho 2020								
	Zona Sul	Zona Centro	Zona Norte	Total Geral	Africa Do Sul	Portugal	Estados Unidos	Outros	Total Geral
<b>Total</b>	<b>147.485.874</b>	<b>11.177.443</b>	<b>5.210.324</b>	<b>163.879.640</b>	<b>115.887</b>	<b>265.156</b>	<b>3.872.282</b>	<b>6.064.633</b>	<b>174.197.599</b>
<b>Exposições de Crédito no Balanço</b>	<b>128.761.266</b>	<b>6.697.474</b>	<b>4.803.656</b>	<b>140.262.396</b>	<b>115.887</b>	<b>265.156</b>	<b>3.872.282</b>	<b>6.064.633</b>	<b>150.580.354</b>
Caixas e Equivalentes de Caixa	4.288.321	-	-	4.288.321	-	-	-	-	4.288.321
Administrações Centrais e bancos centrais	98.710.519	-	-	98.710.519	-	-	-	-	98.710.519
Autarquias Municipais	-	4.801	-	4.801	-	-	-	-	4.801
Entidades do sector público	12.479	-	-	12.479	-	-	-	-	12.479
Empresas públicas	68.211	4	-	68.214	-	-	-	-	68.214
Instituições de Crédito	-	-	-	-	115.887	265.156	3.872.282	6.064.633	10.317.959
Empresas	12.476.161	3.440.073	1.404.850	17.321.084	-	-	-	-	17.321.084
Carteira de retalho regulamentar	5.124.141	2.150.373	1.847.033	9.121.546	-	-	-	-	9.121.546
Exposições garantidas por bens imóveis	1.685.380	445.981	61.511	2.192.851	-	-	-	-	2.192.851
Créditos vencidos	4.577.012	564.141	1.354.063	6.495.217	-	-	-	-	6.495.217
Risco Elevado	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Outros	1.819.063	92.101	136.199	2.047.384	-	-	-	-	2.047.384
<b>Elementos Extrapatrimoniais (OFF-BALANCE)</b>	<b>18.724.608</b>	<b>4.479.968</b>	<b>412.669</b>	<b>23.617.245</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>23.617.245</b>
Garantias bancárias	10.684.910	3.258.992	89.485	14.033.368	-	-	-	-	14.033.368
Cred Doc Import	1.869.244	486.229	-	2.355.473	-	-	-	-	2.355.473
Linhos de Crédito não Utilizadas	6.170.433	734.747	323.203	7.228.404	-	-	-	-	7.228.404

Valores em Milhões de meticais

**Quadro X – Distribuição Geográfica da Carteira de Crédito – Dezembro de 2019**

	Dezembro 2019								
	Zona Sul	Zona Centro	Zona Norte	Total Geral	Africa Do Sul	Portugal	Estados Unidos	Outros	Total Geral
<b>Total</b>	<b>148.218.626</b>	<b>10.477.772</b>	<b>4.821.000</b>	<b>163.517.397</b>	<b>51.854</b>	<b>340.248</b>	<b>4.198.111</b>	<b>6.306.422</b>	<b>174.414.031</b>
<b>Exposições de Crédito no Balanço</b>	<b>131.214.951</b>	<b>6.428.526</b>	<b>4.464.103</b>	<b>142.107.580</b>	<b>51.854</b>	<b>340.248</b>	<b>4.198.111</b>	<b>6.306.422</b>	<b>153.004.214</b>
Caixas e Equivalentes de Caixa	5.331.105	-	-	5.331.105	-	-	-	-	5.331.105
Administrações Centrais e bancos centrais	102.322.520	1	-	102.322.522	-	-	-	-	102.322.522
Autarquias Municipais	-	5.117	-	5.117	-	-	-	-	5.117
Entidades do sector público	15.882	-	-	15.882	-	-	-	-	15.882
Empresas públicas	130.412	12	-	130.424	-	-	-	-	130.424
Instituições de Crédito	-	-	-	-	51.854	340.248	4.198.111	6.306.422	10.896.634
Empresas									

**Quadro XII - Distribuição da carteira de crédito com base nas maturidades contractuais residuais – Dezembro de 2019**

	Dezembro 2019							Valores em Milhões de euros
	1 Mês	1 a 3 meses	3 meses a 1 Ano	1 - 5 Anos	J > 5 Anos	Sem Maturidade Definida	Total	
Exposições de Crédito no Balanço	1.815.782	1.338.301	2.859.271	20.738.442	22.476.960	1.029.076	50.257.833	
Administrações Centrais e bancos centrais	15	-	1.639	7.514	15.794.711	-	15.803.879	
Autoridades Municipais	-	-	-	5.117	-	-	5.117	
Entidades do sector público	-	-	-	15.882	-	-	15.882	
Empresas públicas	3.811	106	29.979	46.468	-	-	130.424	
Instituições de Crédito	-	-	-	-	-	-	-	
Empresas	977.956	1.126.735	1.182.178	10.459.859	3.269.888	2.838	17.019.454	
Carteira de retalho regulamentar	252.356	157.338	1.129.653	7.093.439	748.210	61.871	9.442.866	
Exposições garantidas por bens imóveis	358.339	22.012	198.267	369.194	1.282.749	358	2.230.919	
Créditos vencidos	164.340	30.409	241.797	2.362.594	587.896	842.525	4.229.559	
Risco Elevado	44.122	-	-	-	-	-	44.122	
Outros	14.843	1.641	25.759	378.376	793.507	121.485	1.335.611	
Elementos Extrapatrimoniais (OFF-BALANCE)	3.809.391	5.246.556	6.598.192	5.119.927	130.757	444.994	21.409.817	
Garantias bancárias	2.533.204	4.379.933	4.742.801	3.361.469	23.839	-	15.041.307	
Cred Doc Import	94.776	578.569	765.659	518.663	-	439.272	2.396.950	
Linhas de Crédito não Utilizadas	1.241.411	288.053	1.089.662	1.239.795	106.917	5.722	3.971.560	

**Quadro XIII - Índice de Concentração Sectorial (ICS)**

Código CAE	Sectores de Actividade Económica	Montante de exposição sobre o sector (x)	X <sup>a</sup>	% relativamente ao montante de exposição total	Junho 2020		Valores em Mil.
A	Agricultura, produção animal, caça, floresta e pesca	378.87	143.544.52	0,77%			
B	Indústrias Extrativas	3.539.92	12.531.028.53	7,21%			
C - 10 a 12	Indústrias alimentares, bebidas e tabaco	7.261.68	52.731.995,47	14,79%			
C - 13 e 14	Têxteis, Vestuário	5.67	32.14	0,01%			
C - 15 e 16	Indústrias de couro, madeira e Cortiça	46.77	2.186,97	0,10%			
C - 17	Pasta de papel	0,58	0,34	0,00%			
C - 19	Fabricação de Combustíveis e produtos petroíferos refinados	1,25	1,56	0,00%			
C - 20 a 22	Indústria química	595,51	354.634,14	1,21%			
C - 23	Vidro, cerâmico e materiais de Construção	880,45	775.196,41	1,79%			
C - 24 e 25	Indústrias metalúrgicas	1.962,62	3.851.896,44	4,00%			
C - 26 a 28,33	Máquinas e equipamentos	110,94	12.307,93	0,23%			
C - 29 e 30	Fabricação de material de Transporte	0,33	0,11	0,00%			
C - 18, 31, 32	Outras Indústrias Transformadoras	458,51	210.228,29	0,93%			
D, E	Electricidade, gás, água	1.605,14	2.570.477,97	3,27%			
F	Construção	4.859,78	23.617.452,57	9,90%			
G	Comércio e reparações	12.083,00	171.166.544,34	20,65%			
H	Transportes e armazenagem	2.282,10	5.207.979,16	4,65%			
I	Alojamento, restauração e Similares	1.498,21	2.244.643,08	3,05%			
J	Actividades de informação e de comunicação	1.453,23	2.111.878,98	2,96%			
K	Actividades financeiras e de Seguros	124,29	15.448,22	0,25%			
L	Actividades imobiliárias	157,22	24.718,48	0,32%			
M, N	Outros serviços empresariais	7.089,38	50.259.319,21	14,44%			
O	Administração pública (regional e local)	0,00	0,00	0,00%			
P, Q	Educação, saúde e apoio social	447,64	200.377,76	0,91%			
R, S	Outras Actividades	1.244,65	1.549.162,75	2,54%			
<b>TOTAL</b>	<b>Ex e Ex<sup>a</sup></b>	<b>49.082,82</b>	<b>329.587.056,18</b>	<b>100,00%</b>			
	(Z) <sup>b</sup>	2.409.613.635,11			13,7%		

Índice de Concentração Sectorial

**Quadro XIV - Índice de Concentração Individual (ICI)**

#	Contrapartes	Montante de Exposição (X)	X <sup>a</sup>	Jun '20		Valores em Mil.
				% Relativamente ao Montante de Exposição Total	% Acumulada	
1	CLIENTE 1	7.315,08	53.510.416,44	9,80%	9,80%	
2	CLIENTE 2	4.451,53	19.816.162,19	5,97%	15,77%	
3	CLIENTE 3	3.300,00	10.890.000,00	4,42%	20,19%	
4	CLIENTE 4	1.854,70	3.439.923,73	2,49%	22,67%	
5	CLIENTE 5	1.716,34	2.945.820,32	2,30%	24,97%	
6	CLIENTE 6	1.664,23	2.769.664,45	2,23%	27,20%	
7	CLIENTE 7	1.628,06	2.650.570,84	2,18%	29,39%	
8	CLIENTE 8	1.432,36	2.051.659,27	1,92%	31,31%	
9	CLIENTE 9	1.311,36	1.724.925,67	1,76%	33,02%	
10	CLIENTE 10	1.248,68	1.559.197,41	1,67%	34,74%	
11	CLIENTE 11	952,67	907.584,02	1,28%	36,01%	
12	CLIENTE 12	888,48	789.398,00	1,19%	37,21%	
13	CLIENTE 13	843,40	711.326,33	1,13%	38,34%	
14	CLIENTE 14	706,96	499.791,92	0,95%	39,28%	
15	CLIENTE 15	682,20	465.396,35	0,91%	40,20%	
16	CLIENTE 16	666,61	444.373,76	0,89%	41,09%	
17	CLIENTE 17	530,31	281.232,21	0,71%	41,80%	
18	CLIENTE 18	490,85	240.934,78	0,66%	42,46%	
19	CLIENTE 19	449,54	202.090,26	0,60%	43,06%	
20	CLIENTE 20	437,61	191.504,40	0,59%	43,65%	
21	CLIENTE 21	421,77	177.892,31	0,57%	44,21%	
22	CLIENTE 22	384,90	148.148,01	0,52%	44,73%	
23	CLIENTE 23	383,81	147.306,98	0,51%	45,24%	
24	CLIENTE 24	379,09	143.705,62	0,51%	45,75%	
25	CLIENTE 25	361,18	130.448,18	0,48%	46,23%	
26	CLIENTE 26	358,02	128.179,13	0,48%	46,71%	
27	CLIENTE 27	351,21	123.346,99	0,47%	47,19%	
28	CLIENTE 28	338,44	114.541,07	0,45%	47,64%	
29	CLIENTE 29	322,06	103.720,54	0,43%	48,07%	
30	CLIENTE 30	302,63	91.583,30	0,41%	48,48%	
31	CLIENTE 31	277,75	77.145,05	0,37%	48,85%	
32	CLIENTE 32	274,35	75.268,69	0,37%	49,22%	
33	CLIENTE 33	208,25	71.956			

**Risco de crédito de contraparte**

O risco de crédito de contraparte reflecte o risco de as contrapartes se mostrarem incapazes de cumprir os pagamentos a que se encontram obrigadas no âmbito das operações do Sistema de Operações de Mercado (SOM).

O Banco privilegia a definição de limites de exposição ao risco de crédito das contrapartes, como ferramentas preferencial de controlo do nível de exposição do Banco, visando a mitigação do risco de crédito de contraparte.

Os limites de exposição total para contrapartes que não são instituições financeiras, em contratos sujeitos a este tipo de risco, são geralmente divididos em duas componentes: uma para as operações tradicionais de crédito financeiro e/ou assinatura e outra para produtos de tesouraria.

A Norma de Procedimento sobre o crédito para riscos soberanos e instituições financeiras define a forma como são determinados os consumos do limite de risco de crédito de contraparte. Este cálculo é efectuado regularmente com base no valor presente de mercado das operações, ao qual é adicionado um factor derivado do potencial de variação futura deste mesmo valor, ajustada à volatilidade e prazo de cada operação.

**VI. MITIGAÇÃO DO RISCO DE CRÉDITO**
**6.1. Divulgações qualitativas**
**Elegibilidade e tipo de instrumentos de mitigação**

As regras e procedimentos internos relativos à mitigação do risco de crédito cumprem os requisitos definidos no Aviso n.º 11/GBM/2013 de 31 de Dezembro, reflectindo também a experiência das Direções de Recuperação de Crédito (retalho e especializada) e o parecer da Direcção Jurídica no que respeita ao carácter vinculativo dos vários instrumentos de mitigação.

- Os colaterais e as garantias relevantes podem ser agrupados nas seguintes categorias:

- Colaterais financeiros, colaterais imobiliários ou outros colaterais;
- Valores a receber;
- Garantias "on first demand", emitidas por bancos de "1º Ordem" ou outras entidades com grau de risco 7 ou melhor no Rating Master Scale equiparadas - classificação da Direcção Internacional;
- Avales pessoais, quando os avalistas se encontrarem classificados com grau de risco "7" ou melhor;
- Derivados de crédito;

- Para todas as operações de crédito, no momento da decisão de concessão, será atribuído um nível de protecção, levando em consideração o montante de crédito e o valor dos colaterais envolvidos, conforme as regras definidas no quadro abaixo:

**Quadro XV – Tabela de colaterais**

Nível de Protecção	Colateral Financeiro (%)	Colateral Imobiliário			
		Residencial	Comercial	Não Residenciais / Não Comerciais	Outro Colateral
Nível 1	≥ 100%				
Nível 2	≥ 70% < 100%	≥ 150%			
Nível 3	≥ 60 < 70%	≥ 130 < 150%			
Nível 4	≥ 50 < 60%	≥ 110 < 130%	≥ 145%		
Nível 5	≥ 40 < 50%	≥ 100 < 110%	≥ 120 < 145%	≥ 120%	
Nível 6	≥ 30 < 40%	≥ 80 < 100%	≥ 100 < 120%	≥ 100 < 120%	≥ 120%
Nível 7	≥ 20 < 30%	≥ 60 < 80%	≥ 75 < 100%	≥ 80 < 100%	≥ 90 < 120%
Nível 8	≥ 10 < 20%	≥ 40 < 60%	≥ 50 < 75%	≥ 60 < 80%	≥ 60 < 90%
Nível 9	< 10%	≤ 40%	< 50%	≤ 60%	≤ 60%

- O princípio da substituição, pelo qual o grau de risco do cliente é substituído pelo grau de risco do prestador de protecção, desde que este último seja melhor que o primeiro, pode aplicar-se quando a protecção seja formalizada através de:
- Avales do estado, garantias de instituições financeiras;
- Avales pessoais ou financeiros;
- Derivados de crédito;
- Formalização de cláusula de contratante aderente em contratos de leasing com uma entidade em relação de domínio ou grupo económico com o locatário;

- A utilização do crédito apenas poderá efectuar-se após a devida formalização de todos os instrumentos de mitigação do risco de crédito considerados no despacho de aprovação;

- As promessas de penhor e de hipoteca, mesmo que sejam complementadas com uma procuração irrevogável dando ao Banco o poder de as converter num penhor ou numa hipoteca, não são consideradas formas de mitigação elegíveis;

**Reavaliação de colaterais**
**Colaterais Financeiros**

De acordo com o Aviso n.º 11/GBM/13 de 31 de Dezembro, as Instituições de crédito devem calcular o valor do mercado das colaterais financeiros e reavaliá-las com uma periodicidade mínima semestral e sempre que exista evidência para considerar que ocorreu uma redução significativa daquele valor de mercado.

**Bens imóveis: Hipotecas residenciais, comerciais e outras**

A reavaliação destes colaterais baseia-se no conceito de valor para efeitos de garantia hipotecária. O processo de reavaliação encontra-se centralizado na Direcção de Património do Banco, independentemente das áreas-cliente (concessão de crédito, recuperação de crédito, imóveis recebidos em dotação, leasing).

As avaliações e as respectivas revisões de valor são efectuadas com recurso a entidades avaliadoras externas e ratificadas pela Direcção de Património do Banco. Em qualquer caso, são objecto de relatório escrito, tendo em atenção os métodos aplicados – de rendimento, custo e reposição e/ou comparativo de mercado – levando o valor obtido quer para efeitos de valor de mercado, quer para efeitos de garantia hipotecária, em função do tipo de imóvel em causa.

Com efeito, a revisão da avaliação do valor do bem imóvel é efectuada por avaliadores oficiais e independentes, nos termos do Aviso n.º 11/GBM/2013 de 31 de Dezembro, nas seguintes condições:

- i) A avaliação do bem imóvel é revista por avaliador oficial sempre que as informações disponíveis indicam ter ocorrido uma diminuição substancial do valor do bem imóvel ou quando o valor do mesmo tenha diminuído materialmente em relação aos preços gerais do mercado;

- ii) Relativamente a empréstimos que excedam 5% dos fundos próprios do Millennium bim ou quando o valor do bem hipotecado excede MZN 30 milhões, a avaliação do bem imóvel é revista por avaliador oficial e independente, pelo menos, de três em três anos;

- iii) O avaliador oficial e independente referido nos incisos i) e ii) é independente e possui as qualificações, competência e experiência profissional adequadas ao desempenho das respectivas funções. Não se considera independente um avaliador oficial que se encontre numa situação susceptível de afectar a sua isenção de análise, nomeadamente por existir qualquer interesse específico no bem imóvel objecto de avaliação ou qualquer relação, comercial ou pessoal, com o devedor, ou por a retribuição a auferir se encontrar dependente do valor de avaliação a atribuir ao bem imóvel;

- iv) A seleção dos avaliadores oficiais é realizada de forma a assegurar uma adequada diversificação e rotacção e o Núcleo de Avaliações de Imóveis e Equipamentos da Direcção de Património do Millennium bim possui, em permanência, uma lista actualizada dos avaliadores oficiais seleccionados pela Administração do Banco, com a identificação dos critérios que presidiram a respectiva seleção e dos bens imóveis avaliados por cada avaliador oficial;

- v) A avaliação do bem imóvel por avaliador oficial é sempre objecto de relatório escrito, o qual inclui, de forma clara e rigorosa, todos os elementos que permitem compreender a análise e conclusões do avaliador oficial;

- vi) O Banco de Moçambique pode exigir que se designe outro avaliador oficial para efectuar uma nova avaliação do bem imóvel, nomeadamente quando o valor atribuído pela avaliação lhe suscite reservas ou se existirem fundadas dúvidas sobre a actuação de determinado avaliador oficial.

Relativamente aos principais tipos de garantias e contrapartes de derivados de crédito e a sua capacidade financeira de obter crédito, importa referir que o Banco não tem carteiras de derivados de crédito, logo considera-se esta obrigatoriedade de divulgação como não sendo aplicável, no caso do Millennium bim.

Os principais tipos de colaterais/garantias aceites pelo Millennium bim encontram-se no quadro abaixo:

**Quadro XVI: Tabela de colaterais / garantias elegíveis para a mitigação do risco de crédito**

Ordem Prioridade	Segmentos	Descrição	O peso relativo sobre o total das garantias elegíveis – Jun-20
1	Colaterais Financeiros	Penhor de Depósitos a Prazo	1,7%
		Penhor de títulos de dívida	
1	Garantias do Estado	Penhor de acções cotadas	12,6%
		Ouro	
2	Colaterais Físicos - Imóveis	Garantia do Estado expressa, incondicional e irrevogável	71,4%
		Garantias Bancárias	
3	Outros Colaterais Físicos	Hipoteca sobre imóveis residenciais	0,5%
		Hipoteca sobre imóveis comerciais	
4	Garantias Pessoais	Hipoteca sobre imóveis não residenciais (terrenos e fábricas)	13,8%
		Penhor de Equipamentos Estratégicos	
		Hipoteca sobre carros, barcos, motas e outros veículos de uso pessoal	0,5%
		Hipoteca sobre Camiões, atrelados e máquinas de movimentação de terras	
		Penhor Equipamento e Mercantil	13,8%
		Garantias Pessoais (Aval, Finca)	

**6.2. Divulgações quantitativas**
**Quadro XVII – Exposições cobertas por colaterais**

	Montante	Junho 2020				
		Aval do Estado	Colaterais Financeiras	Colaterais Físicas	Garantias Pessoais	Outras Garantias
Exposições de Crédito no Balanço	53.057.545	5.129.313	705.382	29.099.211	5.616.455	185.211
Administradoras Centrais e bancos centrais	15.793.969	-	-	12.554.336	-	-
Autoridades Municipais	4.801	-	-	-	4.801	-
Entidades do sector público	12.479	-	12.479	-	-	12.479
Empresas públicas	68.214	-	20.850	-	-	23.170
Instituições de Crédito	-	-	-	-	-	-
Empresas	17.321.084	5.128.486	282.871	12.012.929	3.170.319	125.679
Carteira de retalho regulamentar	9.121.540	168	369.036	1.368.196	850.127	55.195
Exposições garantidas por bens imóveis	2.192.851	-	7.882	2.305.089	839.252	-
Créditos vencidos	6.495.217	459	12.474	858.660	751.956	2.017
Risco Elevado	-	-	-	-	-	-
Outros	2.047.364	-	-	-	-	-
Elementos Extrapatrimoniais (OFF-BALANCE)	23.617.345	-	2.784.963	2.239.448	913.379	-
Garantias bancárias	14.033.368	-	2.556.369	1.701.967	903.982	-
Cred Doc Import.	2.355.473	-	208.594	537.482	9.397	-
Linhos de Crédito não Utilizadas	7.228.404	-	-	-	-	-

**Quadro XVIII – Exposições cobertas por colaterais**

	Saldo MZN	Dezembro 2019				
		Aval do Estado	Colaterais Financeiras	Colaterais Físicas	Garantias Pessoais	Outras Garantias

Todas as componentes do risco de mercado são medidas, monitoradas e reportadas trimestralmente ao Comité de Controlo de Riscos, sendo que diariamente é feito um acompanhamento dos níveis de exposição do Banco a estes riscos pela Sala de Mercados, usando ambas exposições do final do dia e o máximo durante o dia.

O Risk Officer, em articulação com a Sala de Mercados e o Centro Corporativo da Banco, identifica, por antecipação, os principais factores de risco emergentes e propõe medidas de mitigação dos mesmos à Comissão Executiva. Os riscos residuais são objecto de análise regular (periodicidade trimestral) pelo Comité de Controlo de Riscos e Comissão de Avaliação de Riscos do Banco. A Estrutura de gestão dos riscos de mercado é baseada nos seguintes princípios fundamentais:

- Aplicação de metodologias de avaliação prudente dos riscos de mercado, baseadas numa estrutura adequada de sistemas e controlos, incorporando a verificação independente de preços e a utilização prudente de ajustes valorimétricos, quando justificável;
- No caso de haver transferências de riscos entre as diferentes áreas de gestão do Banco estas devem ser feitas a preços de mercado respeitando o quadro da comunicação interdepartamental que, para o efeito, foi estabelecido;

## 7.2. Divulgações quantitativas

Abaixo o Quadro XVIII com a posição cambial líquida do Banco à luz do Aviso n.º 9/GBM/2017 de 3 de Abril.

**Quadro XVIII - Posição cambial líquida em 30 de junho de 2020**

Países	Divisas	Tipo de Posições		Posições Liquidadas	
		Longa	Curta	Longas	Curtas
		1	2	7	8
Estados Unidos Américas	Dólar	USD	389.154	362.869	389.154
União Europeia	Euro	EUR	360.526	301.828	360.526
Africa do Sul	Rand	ZAR	-	3.724	3.724
Canadá	Dólar	CAD	17.638	-	17.638
Dinamarca	Crona	DKK	2.796	-	2.796
Reino Unido	Líbra	GBP	769	-	769
Japão	Iene	JPY	0	68.457	0
Malawi	Kwacha	MWK	-	1	1
Noruega	Crona	NOK	1.829	0	1.829
Suécia	Crona	SEK	3.452	0	3.452
Suíça	Franco	CHF	28.783	0	28.783
Zâmbia	Kwacha	ZMK	-	-	-
Zimbabwe	Dólar	ZWD	-	228	228
Mauritius	Rupie	MUR	-	-	-
Austrália	Dólar	AUD	5.725	-	5.725
China	Renminbi	CNY	-	10.438	-
Ouro	Ouro	-	-	-	10.438
Total (8)			810.671	747.545	810.671
Base de Incidência para o Cálculo de Requisitos de Capital para a Cobertura do Risco Cambial (6)					810.671

Base de Incidência para o Cálculo de Requisitos de Capital para a Cobertura do Risco Cambial (6)

810.671

## VIII. GESTÃO DO RISCO OPERACIONAL

O Millennium bim, de acordo com o Aviso n.º 12/GBM/2013 de 31 de Dezembro, utiliza o método do Indicador Básico (BIA).

Os requisitos são determinados como uma percentagem (15%) do indicador de exploração relevante. O indicador relevante consiste no resultado da soma da margem líquida de juros com outras receitas líquidas, numa base anual, reportadas ao final do exercício financeiro. Nos casos em que a soma da margem líquida de juros com outras receitas líquidas é negativa, ou igual a zero, esse valor não deve ser tido em conta no cálculo da média dos últimos três anos, quer no numerador quer no denominador), conforme consta no quadro abaixo:

**Quadro XIX - Método do indicador básico**

Actividade	Indicador Relevantes			Bases de cálculo dos requisitos mínimos de capital
	Ano n-2	Ano n-1	Ano n	
1. Total das Actividades Sujeitas ao Método do Indicador Básico	13.157.277	14.905.364	16.790.022	2.242.633
Descrição	A Ano n-2	B Ano n-1	C Ano n	
(+) Juros e Rendimentos Similares	14.341.346	20.339.152	20.300.726	
(-) Juros e Encargos Similares	5.231.420	8.992.215	8.007.134	
(+) Rendimentos de Instrumentos de Capital	-	-	-	
(+) Comissões Recebidas	2.531.743	2.615.203	2.523.648	
(-) Comissões Pagas	276.489	277.412	279.612	
(+) Resultados de Operações Financeiras	1.518.186	781.355	670.424	
(+) Outros Resultados Operacionais	273.911	439.281	1.581.970	
	13.157.277	14.905.364	16.790.022	

## Gestão do risco operacional

A gestão do risco operacional insere numa estrutura de processos end-to-end, tendo a responsabilidade pela sua gestão sido atribuída a process owners que têm por missão: caracterizar as perdas operacionais capturadas no contexto dos seus processos, realizar a auto-evaliação dos riscos (RSA – risks self-assessment), identificar e implementar as acções adequadas para mitigar exposições ao risco, contribuindo para o reforço do ambiente de controlo interno, e monitorar os indicadores de risco (KRI – key risk indicators).

Nos gráficos seguintes apresentam-se os resultados do último Relatório do RSA realizado pelo Millennium bim, relativamente ao score médio de cada uma das 20 sub-tipologias de risco definidas para o risco operacional, no conjunto dos processos avaliados, sendo que a linha exterior representa um score de 20, num escala de 1 (menos grave) a 5 (mais grave).

**Gráfico V - Resultados do exercício de auto-evaluación de riscos (RSA)**

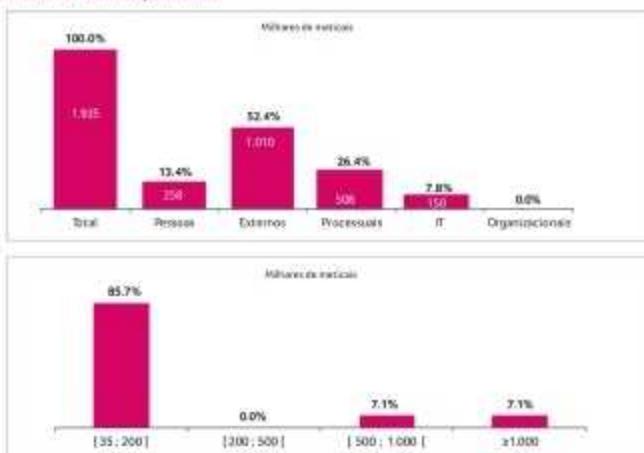


Nota: Entende-se por risco a situação (potencial de risco), considerando os controlos implementados no Banco em cada processo de negócio.

As perdas operacionais identificadas estão relacionadas com o respectivo processo e são registadas na aplicação de gestão do risco operacional do Grupo Millennium, sendo valorizadas e caracterizadas de acordo com a sua natureza e, quando aplicável, associadas a uma acção de mitigação.

Os gráficos seguintes caracterizam o perfil das perdas operacionais registadas em Junho de 2020.

**Gráfico VI - Perdas operacionais**



O reembolso antecipado é feito da seguinte forma:

- O mutuário só poderá proceder ao reembolso antecipado de capital na medida em que esse reembolso corresponda à totalidade de uma ou mais prestações ainda em dívida e deverá fazê-lo na data de vencimento das prestações de juros;
- Por cada prestação reembolsada antecipadamente, considera-se que o prazo de reembolso diminui em função do número de prestações pagas antecipadamente, sempre com referência à última prestação ainda em dívida;
- A opção de reembolso antecipado é exercida mediante comunicação escrita dirigida pelo mutuário ao BIM, com a antecedência de 30 (trinta) dias úteis sobre a data de vencimento da prestação de juros em causa e nessa data o mutuário deverá liquidar de uma só vez e numa única prestação o valor dos juros em dívida, o valor da prestação antecipada e qualquer outra quantia vincenda nessa data.

Para as rubricas relativamente às quais não existem datas de maturidade definidas aplicam-se, em Junho de 2020, os seguintes critérios:

- Depósitos à vista em Bancos centrais: Distribuídos proporcionalmente de acordo com o volume de Depósitos (DO + DP) em cada prazo residual de repricing.
- Crédito de rolf-over [contas correntes, cartões de crédito e descobertos]: pressuposto de repricing de 60% a 1 mês, 30% a 3 meses e 10% a 6 meses;
- Depósitos à ordem remunerados em MZN: 50% a 1 mês, 40% a 3 meses e 10% a 1 ano;
- Depósitos à ordem não remunerados em MZN (excluindo remuneração por escalões): 16,76% a 1 mês, 19,43% a 3 meses e 24,42% a 1 ano;
- Depósitos à ordem remunerados em USD: 50% a 1 mês, 40% a 3 meses e 10% a 1 ano;
- Depósitos à ordem não remunerados em USD (excluindo remuneração por escalões): 11,54% a 1 mês, 11,54% a 3 meses e 21,93% a 1 ano.

São realizados testes de esforço (stress tests) para a carteira bancária aplicando choques Standard de deslocação paralelas da curva de rendimentos.

O Millennium bim realiza testes de esforço de acordo com as orientações emanadas nos termos da Circular n.º 04/SCD/2013 de 31 de Dezembro, sendo realizadas análises de sensibilidade à taxa de juro com periodicidade semestral. Abaixo os quadros XV e XVI referentes ao Risco de taxa de juro na carteira bancária em que o Banco detém posições mais significativas nomeadamente metálico e dólares americanos.

**Quadro XX - Risco de taxa de juro na carteira bancária - MZN**

Exposições por intervalo de maturidade ou refixação da taxa (MZN)

Descrição	Jun-20	Dez-19
Impacto sobre os Fundos Próprios	385.640	455.871
Impacto da situação líquida/Fundos próprios	1.97%	2.26%
Impacto sobre a Margem de juros	950.442	783.319
Margem de juros	11.562.264	12.244.552
Impacto acumulado dos instrumentos sensíveis à taxa de juro até um ano	8.22%	6.40%

Note: O Banco de Moçambique estabelece que existiu uma redução potencial do valor económico da situação líquida da Instituição de Crédito, a mesma não deve ser superior a 20% dos respetivos Fundos Próprios.

**Quadro XXI - Risco de taxa de juro na carteira bancária - USD**

Exposições por intervalo de maturidade ou refixação da taxa (USD)

Descrição	Jun-20	Dez-19
Impacto acumulado dos instrumentos sensíveis à taxa de juro	-41.446	-40.912
Fundos Próprios	19.601.726	20.196.642
Impacto da situação líquida/Fundos próprios	-0.21%	-0.20%
Impacto acumulado dos instrumentos sensíveis à taxa de juro até um ano	138.214	193.398
Margem de juros	11.562.264	12.244.552
Impacto acumulado dos instrumentos sensíveis à taxa de juro até um ano em percentagem da MJ	1.20%	1.58%

Note: O Banco de Moçambique estabelece que existiu uma redução potencial do valor económico da situação líquida da Instituição de Crédito, a mesma não deve ser superior a 20% dos respetivos Fundos Próprios.

O quadro conceptual de gestão de riscos do Millennium bim compreende o âmbito dos riscos que são geridos pela instituição, os processos, os sistemas e procedimentos para gerir tais riscos, bem como as atribuições e responsabilidades dos órgãos envolvidos na sua gestão. O quadro conceptual do Banco é abrangente e consegue captar todos os riscos a



Delegação Provincial Do Niassa

## ANÚNCIO DE ADJUDICAÇÃO CONCURSOS LIMITADOS

Nos termos da alínea d) do nº3 do artigo 33 conjugado com o nº2 do artigo 64 do Regulamento de Contratação de Empreitadas de Obras Públicas, Fornecimento de Bens e Prestação de Serviço ao Estado, aprovado pelo decreto N° 05/2016, de 08 de Março, comunica-se a adjudicação dos objectos dos concursos abaixo indicados:

Nº	Objecto de Concurso	Nome do Concorrente	Valor de Adjudicação em Mt (Incluindo IVA)
1	Obras de Reabilitação de Escritório da Delegação - Lichinga	AHJ Construções	2.672.873.05
2	Obras de Reabilitação de Residência 1 - Lichinga	ACOL, lda	4.456.203.13
3	Obras de Reabilitação de Residência 2 - Cuamba	ECOPACEL	1.536.191.88
4	Obra de Manutenção da Ponte sobre o rio Lunho e Reparação dos acessos, na Estrada R734, Metangula/Lunho 2	ACOL, lda	4.838.109.21
5	Fornecimento de géneros alimentícios e detergentes	Supermercado VIP	344.108.70
6	Fornecimento de acessórios para viaturas	Chamaune Multi Vendas	2.489.701.50
7	Fornecimento e Manutenção de Extintores	Progazes, Lda	118.111.50
8	Fornecimento de materiais de escritório	Expresso Computer	1.876.510.00
9	Fornecimento de Mobiliário de escritório	GL Investimentos Lda	535.275.00
10	Serviços de Requalificação e Manutenção de Infra-estruturas da Rede e Manutenção de Equipamento Informático	Yao Informática Multiserviços Soc. Uni. Lda	1.271.831.00
11	Serviços de Manutenção de viaturas	Auto Lichinga	241.000.00
12	Serviços de higiene e limpeza	GL Investimentos Lda	1.300.019.91
13	Serviços de segurança das Instalações	Safe Moz	1.263.600.00

Lichinga, Agosto de 2020  
Autoridade Competente  
(Ilegível)

149

## ASSEMBLEIA GERAL EXTRAORDINÁRIA CONVOCATÓRIA

Nos termos das disposições estatutárias e do Código Comercial aplicáveis, convoco a Assembleia Geral Extraordinária da **SOCIEDADE ESTAMOS À CAMINHO LIMITADA**, com sede na Praia de Wimbe, Rua Marginal, Cidade de Pemba, Província de Cabo Delgado, a ter lugar na sede da mesma, para o dia **20 de Setembro de 2020**, pelas **dez horas**, com a seguinte agenda:

- ✓ Balanço e análise da situação financeira e patrimonial da sociedade;
- ✓ Cedência de quotas e admissão de novo sócio;
- ✓ Diversos.

Pemba, aos 28 de Agosto de 2020  
O Sócio Gerente  
Matteo Vaghi

51

SAIBA O QUE  
ACONTECE  
NO SEU MUNICÍPIO



O NOTÍCIAS  
DEDICA  
DIARIAMENTE  
UMA PÁGINA  
À CIDADE  
DA BEIRA



INOVANDO.  
INFORMANDO SEMPRE



REPÚBLICA DE MOÇAMBIQUE  
MINISTÉRIO DO INTERIOR  
SERVIÇO NACIONAL DE SALVAÇÃO PÚBLICA  
Comando Provincial de Salvação Pública  
Unidade Gestora Executora das Aquisições

## ANÚNCIO DE ADJUDICAÇÃO

De acordo com alínea d) do nº.3 do artigo 33 conjugado com o nº 2 do artigo 63 do Regulamento de Contratação de Empreitada de Obras Públicas, Fornecimento de Bens e Prestação de Serviços ao Estado, aprovado pelo Decreto n.º 5/2016, de 8 de Março, comunica-se a adjudicação do objecto do concurso abaixo indicados:

Nº	NOME DO CONCORRENTE	OBJECTO DE CONCURSO	VALOR DA ADJUDICAÇÃO INCLUINDO IVA
01	Maf Group Lda	Aquisição e Fornecimento de Géneros Alimentícios	142.980,00 Mt
02	Expresso Combustíveis e derivados Lda	Aquisição e Fornecimento de Combustíveis e Lubrificantes	268.990,00Mt
03	Oficina Auto Mecânica de Ndalume Abdala	Manutenção e Reparação de Viaturas	275.000,00Mt
04	Sotil Papelaria e Livraria	Aquisição e Fornecimento de Material de escritório	89.360,00Mt

Pemba, aos 10 de Agosto de 2020

### O COMANDANTE PROVINCIAL

Santos Salimo  
(Técnico Sup.em Admin. Pub N1)

52



Delegação Provincial Do Niassa

## ANÚNCIO DE ADJUDICAÇÃO

Nos termos da alínea d) do nº3 do artigo 33 conjugado com o nº2 do artigo 64 do Regulamento de Contratação de Empreitadas de Obras Públicas, Fornecimento de Bens e Prestação de Serviço ao Estado, aprovado pelo decreto N° 05/2016, de 08 de Março, comunica-se a adjudicação dos objectos de concurso abaixo indicados:

Nº	Estrada	Empreiteiro	Valor De Adjudicação em Mt (Incluindo o IVA)
1	N/C: Mitande – Namicoio, de km 0,0 à km 8,6, no Distrito de Mandimba	INTRAMAL Construções	6,289.295,64
2	N/C: Chiúta – Entre Lagos, de km 0,0 à km 8,0, no Distrito de Mecanhelas	R Construções	10,377,382,33
3	N/C: Chiúta – Entre Lagos, de km 8,0 à km 17,4, no Distrito de Mecanhelas	JP & Companhia	11,422,514,01
4	N/C: Crz.R657 – Komane, de km 0,0 à km 10,8, no Distrito de Cuamba	ST Construções	11,170,065,23
5	N/C: Chipane – Uaquiua, de km 0,0 à km 9,5, no Distrito de Metarica	CLAMA Construções	6,619,038,27
6	N/C: Maiaca – Quarea 2, de km 0,0 à km 8,5, no Distrito de Maúia	ACOL, lda	13,834,504,63
7	N/C: Mutaparata – Marangira, de km 0,0 à km 11,6; no Distrito de Marrupa	KJC Construções	7,046,657,24

Lichinga, Agosto de 2020  
Autoridade Competente  
(Ilegível)

150

Pemba, aos 18 Agosto de 2020





# Barragem sobre Megaruma para fornecer água à cidade de Pemba

ASSANE ISSA

**U**MA barragem para abastecimento de água à cidade de Pemba, capital provincial de Cabo Delgado, será construída, nos próximos tempos, sobre o rio Megaruma, no distrito de Aucubé, segundo dados apurados pelo "Notícias" junto da empresa Galv Consultores, contratada para a elaboração do estudo de pré-viabilidade ambiental e definição de âmbito.

De acordo com o consultor sénior daquela empresa, Júlio Gabriel, o projecto de construção da barragem sobre o rio Megaruma tem como propONENTES a Direcção Nacional de Gestão de Recursos Hídricos e Direcção Nacional de Águas.

Segundo Gabriel, terminou, recentemente, o ciclo de reuniões de consultas públicas junto das comunidades afectadas pelo projecto e outras partes interessadas, para recolha de contribuições e sugestões que, posteriormente, serão incorporadas no relatório de pré-viabilidade ambiental e definição de âmbito.

O sistema de abastecimento de água à cidade de Pemba, alimentado na base de furos subterrâneos, tem capacidade para fornecer cerca de 20 mil metros cúbicos de água/dia,



Foz do rio Megaruma, em Mecáfi, onde vai ser edificada uma barragem para o fornecimento de água à cidade de Pemba

contra 27 mil metros cúbicos necessários, volume considerado insuficiente para que o líquido chegue com a devolução de pressão aos onze bairros da urbe.

Em 2016 a Administração Regional de Água (ARA) Norte, através de um estudo por ela desenvolvido, sugeriu que o problema da insuficiência de água para o abastecimento à cidade de Pemba passava pela construção de uma barragem localizada no seu perímetro e uma mini-hidráulica, para a pro-

dução de electricidade destinada ao funcionamento do equipamento de bombagem.

O rio Megaruma nasce no posto administrativo de Mapupulo, no distrito de Montepuez, a cerca de 540 metros de altitude. A área de drenagem da bacia daquele curso de água é de 5489,9 quilómetros quadrados de extensão, o que lhe confere estatuto de terceira maior bacia da província de Cabo Delgado, depois de Mescalero e Montepuez.

estação de tratamento, com capacidade de 77 mil metros cúbicos de água.

...o líquido chegue com a devolução de pressão aos onze bairros da urbe.

...o líquido chegue com a devolução de pressão aos onze bairros da urbe.

...o líquido chegue com a devolução de pressão aos onze bairros da urbe.

## VÍTIMAS DO CICLONE KENNETH

# Mais de 15 mil famílias abrangidas por programas de geração de renda

MAIS de 15 mil famílias vulneráveis dos distritos de Metuge, Ibo, Pemba, Macomia e Quissanga vão beneficiar, até ao final do presente ano, de um pacote de programas de geração de renda visando a recuperação resiliente dos seus meios de subsistência.

Trata-se de famílias que sofreram os efeitos devastadores do ciclone Kenneth ocorrido no ano passado e dos ataques terroristas, cujos programas estão a ser implementados pelo Governo moçambicano, com o financiamento do Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD).

Os referidos programas vão compreender o estableci-

mento de pequenos negócios e capacitações de curta duração sobre gestão, fornecimento de "kits" de inicialização com base nas áreas de actuação preferida das famílias que podem ser activos para a produção agrícola, pecuária, pesca, compra e venda de mercadoria e outros.

Para a implementação destes projectos, de acordo com Iva Langa, coordenadora regional norte do Gabinete de Reconstrução Pós-Ciclone (GREPOC), foram disponibilizados cerca de 16 milhões de dólares norte-americanos, não só para a província de Cabo Delgado, mas também para a Sofala, que igualmente sofreu os efeitos do ciclone Idai.

De referir que as actividades do mecanismo de recuperação dos meios de subsistência às famílias afectadas pelos fenómenos naturais estão a ser implementadas desde 2019,

com sucesso, na província de Sofala, que também foi afectada pelo "Idai".

"Para acelerar a efectiva recuperação económica das famílias, este ano, é muito importante dar celeridade às actividades e ter em conta as boas práticas e estratégias conjuntas de implementação. O impacto e resultados também devem ser visíveis para que as pessoas beneficiadas aumentem o seu engajamento, mesmo em tem-

pos difíceis" - destacou Langa.

Para o Secretário de Estado na província, Armindo Ngunga, que recentemente recebeu, em audiência, o coordenador sénior do GREPOC, Zefanias Chitsungo, congratulou a iniciativa, justificando que ela reflecte os esforços do governo e dos parceiros, de apoiar as populações mais necessitadas na província de Cabo Delgado, sem excluir da lista as deslocadas em consequência dos ataques terroristas.

Devido aos ataques terroristas, maior parte da população do distrito de Quissanga, uma parte dos Ibo e Macomia, foi acolhida no distrito de Metuge e na cidade de Pemba.

## DESLOCADAS DE GUERRA

# Raparigas vão beneficiar de formação vocacional

ALGUMAS organizações da sociedade civil que operam na província de Cabo Delgado estão a mobilizar apoios para operacionalização de uma iniciativa que preconiza a formação vocacional das raparigas deslocadas das suas zonas de origem, devido aos ataques armados dos terroristas.

As referidas raparigas, que actualmente se encontram acolhidas na cidade de Pemba, serão formadas nas áreas de gestão de pequenos negócios, alfaiataria e outras formas de geração de renda, com o objectivo de garantir a sua subsistência.

"Uma parte destas raparigas e mulheres fazia algum tipo de negócio nas zonas onde residiam, daí que uma das formas que encontramos para ajudá-las seria dar-lhes oportunidade de negócio para, consequentemente, poderem gerar renda. Para isso é preciso que elas passem por uma formação, que tenham contacto com o sector informal, visto que estão agora a residir na cidade, onde a dinâmica de negócio é muito diferente da dos distritos onde viviam.

Precisam saber quais são os produtos mais comercializados, como comercializá-los, qual será o lucro, entre outros segredos de negócio", explicou Géssica Manjate, a coordenadora da Fundação Mecanismo de Apoio à Sociedade Civil (MASC), uma organização de higiene feminina, denominados "kits de dignidade", palestras e assistência psicosocial, para ajudá-las a esquecer os traumas que passaram e pensarem no futuro.

De acordo com Erika Alfane, uma das activistas, para o efeito foram criados nos bairros acima mencionados nove clubes de raparigas e mulheres deslocadas de guerra.

"Nestes clubes, onde as outras raparigas vão se inserindo, não se discute sobre guerra mas sim perspectivas futuras, despertar sonhos que elas próprias não sabiam que tinham, recuperar a felicidade que elas perderam, entre outros pensamentos positivos" - explicou Alfane.

A par das alternativas de negócio, a MASC, através das activistas do grupo temático ligado aos casamentos prematuros,

está, igualmente, a apoiar as raparigas e mulheres deslocadas de guerra actualmente acolhidas em casas de familiares nos bairros de Paquite, Natite e Cariaço, na cidade de Pemba, em "kits" contendo material de higiene feminina, denominados "kits de dignidade", palestras e assistência psicosocial, para ajudá-las a esquecer os traumas que passaram e pensarem no futuro.

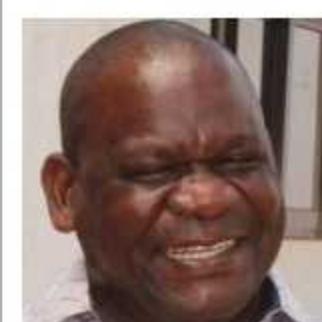
De acordo com Erika Alfane, uma das activistas, para o efeito foram criados nos bairros acima mencionados nove clubes de raparigas e mulheres deslocadas de guerra.

"Nestes clubes, onde as outras raparigas vão se inserindo, não se discute sobre guerra mas sim perspectivas futuras, despertar sonhos que elas próprias não sabiam que tinham, recuperar a felicidade que elas perderam, entre outros pensamentos positivos" - explicou Alfane.

Segundo dados oficiais, vivem actualmente na cidade de Pemba mais de 25 mil pessoas deslocadas das suas zonas de origem, na sua maioria crianças e mulheres.

## O QUE SABE SOBRE CORONAVÍRUS

# Cientistas devem se empenhar na busca da cura



Cornelio Setha



Horacio Rage



Andre Nriha



Latio Afonso

CIDADÃOS entrevistados pelo nosso jornal, na sede distrital de Balama, em Cabo Delgado, pediram aos cientistas para que encontrem rapidamente a vacina contra a Covid-19, como forma de evitar o registo de mais mortes, em consequência da pandemia.

Cornelio Setha, pequeno empresário na sede de Balama, disse não entender como até este momento os investigadores do mundo ainda não encontraram solução para este mal.

"O mundo parou, apesar do desenvolvimento tecnológico, estamos num beco sem saída, por isso peço a Deus para que as investigações em curso, para encontrar a cura desta doença, sejam frutíferas para que possamos ultrapassar este dilema de fechar escolas, fronteiras, até nem podemos ir à igreja ou enterrar os nossos mortos à vontade" - desabafou Setha.

Horacio Rage, interventente do processo de comercialização agrícola,

reconheceu que devido à pandemia da Covid-19 não está a conseguir desenvolver convenientemente suas actividades.

"Noutros anos a esta altura eu já tinha comprado muitos produtos, falo de feijão bôber principalmente, mas agora não posso arriscar porque os indianos, que são as pessoas a quem revendemos, não aparecem, dizem que muitos não conseguiram vir por causa de coronavírus lá na Índia" - lamentou Rage.

Por seu turno, André Nriha, outro cidadão entrevistado pelo Notícias em Balama, foi mais optimista e acredita que a Covid-19, à semelhança da tuberculose, doença que em tempos preocupou o mundo, terá cura.

Latio Afonso, outro entrevistado, disse que o medo e pânico que a Covid-19 está a criar está a secundarizar outras doenças que podem estar a matar mais gente mais do que a pande-

"Penso que há exagero, a malária, cólera e outras doenças matam mais gente por dia, incluindo no nosso país, mas, enfim, peço a Deus para que seja encontrada, muito rapidamente, a cura para esta doença" - disse Afonso.

## CONVOCATÓRIA

Nos termos do número 3 do artigo 19º e do número 1 do artigo 21º dos Estatutos da CMG, e nos termos do número 1 do artigo 132º do Código Comercial, convoco a Assembleia Geral ordinária da Companhia a ter lugar na sede da sociedade sita na Rua dos Desportistas número 833, Prédio JAT V, Bloco 3, 5º andar, Maputo, no dia 23 de Setembro de 2020, pelas 10:00 horas, com a seguinte ordem de Trabalhos:

1. Apreciação e deliberação sobre o Relatório e Contas de 2019/2020 da CMG;
2. Deliberação sobre Aplicação de Resultados;
3. Eleição dos Membros do Conselho Fiscal.
4. Diversos.

Os documentos para consulta pelos accionistas estão disponíveis na Rua dos desportistas nº 833, Prédio JAT V, Bloco 3, 5º andar.

Maputo, 21 de Agosto de 2020

Presidente da Mesa da Assembleia Geral

llegível



# Niassa vai reflorestar trezentos hectares de terras degradadas

CARLOS TEMBE

**C**ERCA de trezentos hectares de áreas degradadas em resultado do impacto negativo dos ecossistemas ao nível do Niassa serão reflorestados nos próximos tempos.

A governadora da província Judite Massengele pede seriedade na implementação da actividade que segundo ela, a acção irá contribuir para a defesa do ambiente e promoção de oportunidades de renda para as comunidades locais, sobretudo para a camada jovem.

O reflorestamento faz parte das actividades programadas para os próximos tempos pela Direcção Provincial de Desenvolvimento Territorial e Ambiente do Niassa, que na última terça-feira recebeu a visita da governadora.

Judite Massengele exige do sector o redobramento de esforços para o combate cerrado à queimadas descontroladas que, na sua óptica, comprometem a qualidade do ambiente e a produção agrícola, em razão da degradação de solos e da saúde humana.

Celestina Teófilo, directora provincial do DTA no Niassa, referiu na ocasião que o reflorestamento vai abranger os distritos de Chimbunila, Cuamba, Mandimba, Majunde, Marrupa, Metarica, Muembe, Ngaima Lichinga e Sanga.



Para ela, naquelas parcerias há uma tendência de produzir cada vez mais combustível lenhoso para responder às necessidades das famílias na cozinha, bem como da sua comercialização para o reforço da renda familiar, facto que justifica ações para reposição dos recursos abatidos.

Para o efeito, será estabelecido um viveiro de mudas exóticas e nativas numa parceria identificada no distrito de Lichinga. Massengele apelou ainda para o estabelecimento de viveiros regionais como forma de facilitar o transporte de mudas para os distritos apanhados pela iniciativa.

# Covid-19 trava festival de timbila



A pandemia cortou as aspirações dos amigos do M'saho



**VICTORINO XAVIER**  
**O**FESTIVAL internacional de timbila (M'saho) que se realiza no último fim-de-semana de Agosto de cada ano, na vila de Quissico, sede do distrito de Zavala em Inhambane, foi cancelado em cumprimento das medidas de prevenção contra coronavírus, pandemia que fustiga o mundo, desde Dezembro do ano passado.

O final de semana estaria reservado a uma festa de "arromba", onde a romaria, pelo menos das regiões Sul e Centro do país, seria para aquela vila, que tem como principal atrativo turístico o miradouro que recebe a brisa do ar natural das lagoas de Quissico.

A dimensão do festival, já com cunho internacional des de que a timbila foi elevada pela Organização das Nações Unidas para Educação, Ciência e Cultura (UNESCO) como património cultural da huma nidade, faz com que cidadãos oriundos de todas as partes do mundo e apreciadores desta

Na última quarta-feira, a vila celebrou o seu 48º aniversário sem nenhuma actividade recreativa. A efeméride foi mar-

cultura, estejam presentes no evento. E o 27 de Agosto, dia da Associação dos Amigos e Naturais de Zavala (AMIZAVA), esteja na agenda dos apreciadores da timbila, daí que, quando esta data chega, a pequena vila de Quissico vira "uma caixa

de fósforo" de tanto acolher a moldura humana que para si se dirige a fim de assistir à festa da tribo chopi (cicopi).

Para valorizar esta festa, os fundadores desta agremiação juntaram o útil ao agradável, combinando o dia da elevação

de Quissico à categoria de vila, que é dia 26 de Agosto, e a data de criação da associação, celebrado no dia seguinte do mesmo mês. Esta vizinhança faz com que a cerimónia se funda numa só festa, cujo ponto alto é a realização do festival M'saho.

Entretanto, como consequência da Covid-19, o dia do festival de timbila do presente ano passou despercebido a muitos, pois não houve qualquer actividade recreativa cultural para celebrar a cultura secular.

## Daniel Chapo atento

SE o M'saho passou despercebido aos amigos e naturais de Zavala, já ao governador de Inhambane, Daniel Chapo – que é um dos apreciadores de timbila – não foi assim, pois, mesmo na liderança do cumprimento das medidas preventivas contra Covid-19, desceu à vila de Quissico para transmitir mensagem de conforto e solidariedade às comunidades que passaram a sua festa natural em "branco".

"Perdemos o festival por causa da pandemia, mas trouxemos aos residentes de Quissico uma grande prenda: o inicio

da reabilitação do vosso mercado e construção de um edifício onde vai funcionar o vosso conselho municipal", disse Chapo dirigindo-se aos vendedores do mercado local.

O governante explicou ainda que, desde que trabalha na província de Inhambane, nunca faltou ao festival de m'saho porque é fã de timbila e admira os seus dançarinos.

"Não quis vos abandonar. Mesmo sem M'saho, estou aqui hoje para, mais uma vez, pedir à vossa compreensão

para continuarem serenos e cumprindo as medidas preventivas para no próximo ano podermos celebrar todos juntos", apelou Daniel Chapo, sublinhando a importância de cada residente de Zavala fazer a festa em sua casa como forma de evitar a propagação da doença.

O governador da província de Inhambane lembrou ainda o facto de os residentes da vila de Quissico não terem desafiado as autoridades para fazer a sua festa, depois o miradouro – a sede do M'saho – não ter acolhido o evento.

## VALÊNCIA

# Restaurante multado por dar comida a carenciados

UM restaurante em Valência, no bairro Cabanyal, foi multado em mais de quatro mil euros por ter distribuído alimentos às famílias mais carenciadas durante o estado de emergência em Espanha e quando os restaurantes estavam fechados. O alcalde de Valência já veio garantir que a situação vai ser revista: "Não faz sentido multar quem distribui solidariedade".

O La Lusitana Tasca, que fica no bairro residencial, teve de fechar portas durante o estado de emergência mas nessa altura, o proprietário

Javier tinha "comida suficiente em stock e queria doar às pessoas mais vulneráveis no bairro", disse num vídeo publicado no Twitter.

Nessa altura contactou a Cruz Vermelha e as autoridades locais (centro de saúde, segurança social e Polícia) para saber de que forma podia fazer essa distribuição e conta que a 17 de Março distribuiu 84 refeições a famílias encaminhadas por instituições humanitárias. Os representantes das famílias que foram buscá-las ao restaurante cumprindo o distanciamento

físico necessário e os colaboradores do restaurante tinham máscaras, garante o proprietário.

Agora, através do colectivo que representa o bairro veio denunciar esta terça-feira que essa iniciativa foi afinal considerada ilegal pelas autoridades espanholas e que foi cobrada uma multa no valor de 4.200 euros ao restaurante. Javier conta que naquele dia de Março às 16.00h, quando terminaram a distribuição apareceu a Policia e com "um tom ameaçador" confrontou-o com a ilegalidade da

situação: "Disseram-nos que sem a autorização do Governo não podíamos fazer aquilo", conta Javier que diz mesmo que um dos agentes se dirigiu a uma voluntária dizendo-lhe para "parar de se fazer de boa samaritana".

Javier também refere no vídeo

que continuou, durante a pandemia, a "usar o restaurante como armazém e ponto de distribuição de alimentos" e queixa-se ao alcalde de Valência de "abuso da autoridade" da Policia, pedindo-lhe que "se dê

conta do erro" que está a ser cometido. Teve resposta, também através do Twitter.

Joan Ribó escreveu que "não faz sentido" a multa aplicada e argumenta que "ao que parece, a sanção ocorreu no primeiro confinamento" ou seja, "quando as indicações das autoridades sanitárias estavam a ser definidas". O alcalde de Valência diz que "os factos serão revistos e as acções serão tomadas de acordo com a lei e a lógica humanitária". - (plataforma.com)

## PUBLICIDADE



REPÚBLICA DE MOÇAMBIQUE  
GOVERNO DO DISTRITO DE MABOTE  
UNIDADE GESTORA EXECUTORA DAS AQUISIÇÕES

## ANÚNCIO DE CONCURSO

- O Governo do Distrito de Mabote convida pessoa singular e colectiva interessada a apresentarem propostas fechadas para contratação de empreitadas de obras públicas de acordo com o ponto n.º 4 (CP - Concurso Público).
- Os concorrentes interessados poderão obter mais informações, examinar os Documentos do Concurso ou levantá-los pela importância não reembolsável de **1500,00MT** por documento, a partir do dia 28/8/2020, das 07H30 às 15H30 na UGEA localizada no Serviço Distrital de Planeamento e Infra-estruturas de Mabote, Bairro Josina Machel, Telef. +258 860402062, Email- sdpmabote1@gmail.com
- O período de validade das Propostas será de 120 dias.
- As propostas deverão ser entregues no endereço acima mencionado, pontos n.º 2 e 4, serão abertas em sessão pública, no mesmo endereço, na presença dos Concorrentes que desejam comparecer.

Promotor/ Concurso	Designação	Data e Hora de Visita do Local da Obra	Local, Hora e Data de Entrega	Data/Hora Abertura	Caução provisória
Governo do Distrito de Mabote CP/01/GDM/SD/UGEIA/2020	Empreitada de obras de Construção de uma Secretaria Administrativa da Localidade de Papatane.	4/9/2020 10:00H	Serviço Distrital de Planeamento e Infra-estruturas de Mabote, sito da Vila do Distrito de Mabote, Bairro Josina Machel – 11/09/2020 /09H'00	11/09/20 09'30H	Não aplicável
Governo do Distrito de Mabote CP/02/GDM/SD/UGEIA/2020	Empreitada de obras de Construção de uma Residência T2 do Pessoal Do Centro de Saúde de Chitanga.	4/9/2020 08:00H	Serviço Distrital de Planeamento e Infra-estruturas de Mabote, sito da Vila do Distrito de Mabote, Bairro Josina Machel – 11/09/2020 /09H'00	11/09/20 10'30H	Não aplicável

5. O concurso será regido pelo Regulamento de Contratação de Empreitada de Obras Públicas, Fornecimento de Bens e Prestação de Serviços ao Estado, aprovado pelo Decreto nº 5/2016, de 8 de Março.

Mabote, aos 27 de Agosto de 2020

O SECRETÁRIO PERMANENTE INTERINO DISTRITAL  
Romão Lambucene Majahene  
(Técnico Superior de Agro-pecuária N1)



**MARES**  
**PREIA-MAR** - À 01:38 e às 14:24 horas, com 2.46 e 2.63 metros, respectivamente  
**BAIXA-MAR** - Às 07:44 e às 20:39, com 1.41 e 1.32 metros, respectivamente

**FASE DA LUA**  
**QUARTO CRESCENTE** - Será no dia 25 deste mês, às 20:08 horas  
INAM - Instituto Nacional de Meteorologia, Informação 24 horas: 21 46 51 36 ou 21 99 01 98

## PENSAMENTO DO DIA

"O dinheiro não traz felicidade — para quem não sabe o que fazer com ele".

- Machado de Assis (1839-1908), escritor brasileiro, um dos nomes mais importantes da literatura do século XIX.

## PROGRAMAÇÃO DA RÁDIO MOÇAMBIQUE

01:00-CONSULTORIO MEDICO
02:00- RÁDIO CIDADE/ 97,9% MUSICA
04:55 - HINO NACIONAL
05:05 - RM "BOM DIA"
05:45 - UMA DATA NA HISTÓRIA
05:50 - RM "BOM DIA"
06:00 - NOVA VIDA, NOVO LAR
06:15 - BOLETIM METEOROLÓGICO
06:17 - NOVA VIDA, NOVO LAR
08:00- PORTAL CIENTÍFICO
08:30 - EDUCAÇÃO FINANCEIRA
09:10- LINHA DIRECTA
11:10-TURMA DA ALEGRIA
12:00-SINAL HORÁRIO/ TÓPICOS DO JORNAL DA TARDE
12:02 - MAGAZINE DESPORTIVO
12:20 - BOLETIM METEOROLÓGICO
12:30 - JORNAL DA TARDE
13:00-INFORMATIVO CORONAVIRUS
14:30 - TARDE DESPORTIVA
18:10 - HORA DO SOLDADO
19:00 - TÓPICOS DO JORNAL DA NOITE
19:02 - MAGAZINE DESPORTIVO
19:20 - BOLETIM METEOROLÓGICO
19:30 - JORNAL DA NOITE
20:00- INFORMATIVO CORONAVIRUS
20:30 - ZONA QUENTE I PARTE
21:30 - ZONA QUENTE II PARTE
NOTICIÁRIOS: 05, 07, 09, 11, 12, 30, 14, 18, 19:30 E 21:00 HORAS

## PROGRAMAÇÃO DA TELEVISÃO DE MOÇAMBIQUE

06:00 Hino Nacional
06:05 Telenovela: "Os Herdeiros Del Monte" (Compacto) Episódios: 53 e 54
07:40 Telescola: Ensino Técnico Profissional - Mecânica Industrial - CV5 Gravado
09:00 Visita Presidencial à Província de Nampula - Inauguração da Fábrica de Processamento de Castanha de Caju-Directo
11:30 Fórum Cinema Moçambique: Kugoma em Casa 2020 Sessão Juvenil I
12:00 Replay-Directo
13:00 Jornal da Tarde -Directo
14:00 Pela Lei & Ordem-Programa nº 280
14:30 Tenda da Justiça-Programa nº 24
15:00 Agora Nós: Será Que os Casados Conversam Sobre a Sua Vida Sexual?- Gravado/Programa Nº 10
16:15 Concerto: Fica Em Casa Com "Jimmy Dludlu"
17:30 Moçambique Digital
18:00 Vibrações-Gravado/Beira
19:30 Sojogo: 35ª Extração da Lotaria / Totoloto / Joker e Informações / Totobola
20:00 Telejornal -Directo
21:30 Lotto-Directo
22:00 Curta Em Casa-Gravado
00:00 Conversas ao Sul
01:30 Top Fresh-Repetição
02:30 Vibrações-Repetição
04:00 Pela Lei & Ordem-Repetição
04:30 Tenda da Justiça-Repetição
05:00 Replay-Repetição
06:00 Hino Nacional-Repetição
06:05 Telenovela: "Os Herdeiros Del Monte" (Compacto) Episódios: 55 e 56

**AGNELO JOAQUIM  
NUNES MABOTE  
(5º ANO DE ETERNA  
SAUDADE)**



Sua esposa Marta Mambo Mabote, filhos Ndiwe Mabote e Tendai Mabote, irmãos, sobrinhos, família e amigos recordam com profunda emoção e saudade a passagem do 5º ano do desaparecimento físico do seu ente querido, AGNELO JOAQUIM NUNES MABOTE (Nelito). Paz à sua alma.

**EDUARDO JOSÉ KOLOMA  
FALECEU**



Suas irmãs Amélia Koloma, Maria da Luz Koloma, Filomena Koloma e Rita Koloma, sobrinhas Maria das Dores, Glória, Jacinta, Ângela do Rosário, Lúcia, Felicidade, Lúcia Mauaia e Joana, netos, bisnetos e demais familiares comunicam com profunda dor e consternação o desaparecimento físico do seu ente querido, EDUARDO JOSÉ BACIÃO KOLOMA, ocorrido no dia 26/8/2020, cujo funeral se realiza no dia 31/8/2020, no Cemitério de Lhanguene. Paz à sua alma.

**DOUTOR EDUARDO BACIAO  
KOLOMA  
FALECEU**

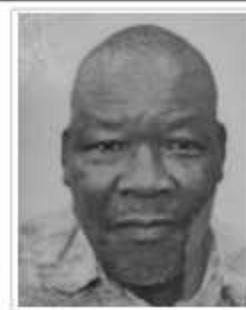


Foi com profunda dor e consternação que os membros do Grupo Xitiique tomaram conhecimento do falecimento súbito do Doutor KOLOMA, embaixador, membro do Grupo Xitiique, antigo Presidente da Mesa da Assembleia-Geral da ADIMO, antigo Vice-Ministro dos Negócios Estrangeiros e Cooperação, ocorrido na noite do dia 26/8/2020. Por esta perda irreparável, seus colegas Armando Pangue, José Rui Amaral, Daniel António, Álvaro da Silva, do Grupo Xitiique, endereçam à família enlutada os profundos sentimentos de pesar, dor e solidariedade. Que a alma do embaixador Koloma descanse em paz.

**SUNDUCIA MOMADE IBRAIMO MUZÉ  
FALECEU**

A Comissão Executiva da SIMO Rede e os trabalhadores em geral comunicam com profunda dor e consternação o falecimento da Srª SUNDUCIA MOMADE IBRAIMO MUZÉ, mãe do trabalhador Henrique Abdulcadre Assane Momade Muzé, ocorrido no dia 26/8/2020, na província de Nampula, cujo funeral se realizou no dia 27/8/2020, em Nampula. Paz à sua alma.

**ALMEIDA ELIAS  
MANGUJO  
FALECEU**



A família Mangujo Cuambe comunica com profunda dor e consternação o desaparecimento físico do seu ente querido ALMEIDA ELIAS MANGUJO, ocorrido no dia 28/8/2020, no HCM, vítima de doença, cujas cerimónias fúnebres terão lugar no dia 31/8/2020, pelas 10.00 horas, em Zavala, Canda, Chitondo, antecedidas de velório no dia 30/8/2020, pelas 11.00 horas, na capela do HCM. Paz à sua alma.

**EDUARDO JOSÉ  
BACIÃO KOLOMA  
FALECEU**



O Ministro dos Combatentes, o secretário permanente, os membros do Conselho Consultivo e funcionários em geral, com profunda mágoa e consternação, tomaram conhecimento do falecimento súbito do Exmo. Senhor Doutor EDUARDO JOSÉ BACIÃO KOLOMA, veterano da Luta de Libertação Nacional, ocorrido no dia 26/8/2020. À família enlutada as mais sentidas condolências. Paz à sua alma.

**EDUARDO BACIAO KOLOMA  
FALECEU**



Elias Zimba, esposa e filhos comunicam com profunda dor e consternação o falecimento do seu compadre, Dr. EDUARDO BACIAO KOLOMA, ocorrido no dia 26/8/2020, em Maputo, cujo funeral se realiza em data a anunciar oportunamente. Paz à sua alma.

**PERCINA CUAVA  
FALECEU**



O Gabinete do Controlo Interno da Autoridade Tributária comunica com profunda dor e consternação o falecimento da Srª PERCINA CUAVA, mãe do Sr. João Muanga, Director de Serviços deste gabinete, ocorrido no dia 28/8/2020, vítima de doença, cujo funeral se realiza hoje, dia 29/8/2020, às 13.00 horas, no Cemitério da Texlom, antecedido de velório na casa da malograda, no Bairro Mussumbuloco, às 10.00 horas. Paz à sua alma.

**FERNANDO ANTÓNIO  
PARRUQUE (JOHN)**



(30/8/2010)  
(10 ANOS DE ETERNA SAUDADE)

A sua ausência nos causa profunda tristeza, mas relembrar as alegrias que você gerou entre nós é como se você estivesse presente. Rogamos a Deus pelo seu eterno descanso e agradecemos a todos pelo infinito apoio. Da sua esposa Alice Parruque, filhos Sheila, Nanducha, Edna e Hélder, genro Záipo e netos Taynara, Mayara, Fernando e Ziyech. Paz à sua alma.

**KEDDY BLAITONE  
FALECEU**

O Conselho de Administração, Comité Sindical e trabalhadores em geral da EMOSE - Empresa Moçambicana de Seguros, S.A., cumprim com profundo pesar o dever de participar o falecimento da Srª KEDDY BLAITONE, filha do Exmo. Sr. Administrador Armando Blaitone, ocorrido no dia 27/8/2020, na Clínica Shifa, vítima de doença, cujo funeral se realizou no dia 28/8/2020, no crematório do Cemitério de Lhanguene, pelas 11.00 horas, antecedido de velório de corpo presente na capela do HCM, às 9.00 horas. A família enlutada, apresentam as mais sentidas condolências.

**SAIBA O QUE ACONTECE  
NO SEU MUNICÍPIO**



CONSELHO MUNICIPAL DA CIDADE DE CUAMBA



Unidade Gestora Executora das Aquisições

**Anúncio do Concurso Público N\_\_\_\_/UGEIA/CMCC/2020**

- O Conselho Municipal da Cidade de Cuamba convida pessoas singulares ou colectivas, nacionais ou estrangeiras, interessadas e que reúnham requisitos de elegibilidade a apresentarem propostas fechadas para contratação de Empreitadas de Obras Públicas para Requalificação do Jardim, na cidade de Cuamba.
- Os concorrentes deverão ser titulares de Alvará da 5ª classe nos termos do Regulamento de Exercício de actividade de Empreiteiro e de Consultoria e de Construção Civil, aprovado pelo Decreto 94/2013, de 31 de Dezembro, conjugado com Diploma Ministerial n 77/2015, de 22 de Maio.
- Os concorrentes interessados poderão obter mais informações, examinar os documentos De Concurso ou adquiri-los na UGEIA, PELA IMPORTANCIA DE 2.000,00Mt (dois mil meticais) a partir 05 de Agosto de 2020.
- O prazo de validade das propostas é de 12º dias
- As propostas deverão ser entregues, no endereço referido no numero 3 10.15 horas do dia 05 de Setembro de 2020, e serão abertas em sessão pública, na mesmo endereço as 10.30horas do mesmo dia.
- O concurso será regido pelo Regulamento de Contratação de Empreitada de Obras Públicas, Fornecimento de Bens e Prestação de Serviços ao Estado, aprovado pelo Decreto n 5/2016, de 8 de Março.

Cuamba aos 05 de Agosto de 2020

O Presidente do Município

Mário Cinquenta Naula  
/Técnico Profissional/



Sociedade do Notícias, S.A.

**COMPROMISSO  
COM OS FACTOS**

**O NOTÍCIAS DEDICA  
DIARIAMENTE UMA PÁGINA  
À CIDADE DA BEIRA**

**ADQUIRA O SEU JORNAL  
NO PONTO DE VENDA  
MAIS PRÓXIMO**



**INOVANDO,  
INFORMANDO SEMPRE**



# Festival Gala Gala marca reabertura dos centros culturais

**M**APUTO será palco da primeira edição do Festival Gala Gala, entre 7 e 13 de Setembro próximo.

O evento é organizado pelos centros culturais da capital moçambicana que procuram trabalhar em cooperação de modo a viabilizar a iniciativa.

Os eventos serão apresentados através das plataformas online, situação causada pela pandemia da Covid-19, nomeadamente Facebook, YouTube, Instagram e Twitter dos centros culturais 16 Neto, Camões, Brasil-Moçambique, Franco-Moçambicano, Moçambicano-Alemão, Fundação Fernando Leite Couto e da Associação Kulungwana.

Estas casas de cultura, através do Festival Gala Gala, pretendem abrir espaços para a promoção conjunta de iniciativas de apoio às artes e cultura.

Neste diapasão, o colectivo dos centros culturais tem agendado 17 eventos que abrangem diversas manifestações artísticas, como música, teatro, literatura, audiovisual e multimédia.

A programação do festival Gala Gala também compreende actividades infanto-juvenis.

A primeira edição do Gala Gala contará diversos artistas como João Costa, Chris Born, João Roxo, Nandelle Maguni, Luis Santos, Idio Chichava, Lemna Bahuk. Participarão ainda Angelina Chavango, Eunice Manjate, D-Flash, Joaquim Matavel, Alia Rasul Sumail, Matanyane, Alvin Cossa e Nilton Miranda, para uma festa cultural em que estarão também presentes Wilford Machilli, May e Midnight Mbira, Yuck Miranda, Melita Matsinhe, Chris Inácio, Rodhilia Silvestre, Bernardo Chicamba e 4D Band.

No que respeita à literatura, o "Gala Gala" vai dinamizar oficinas de escrita criativa, que culminará com a produção de uma antologia.

A fotografia também terá o seu lugar de destaque, através da realização de dois concursos. "Os vencedores serão anunciados nos dias 12 e 13 de Setembro", explica a organização, avançando que esta iniciativa resultará numa exposição virtual.

O repórter fotográfico do jornal Notícias Isaias Sítio também fará parte do evento, mostrando um pouco do que a lente da sua câmara captou durante o exercício da sua actividade profissional.

Os organizadores referem que este é o primeiro de muitos eventos futuros. Até lá, espera-se a luta contra o novo coronavírus tenha sido vencida e se regresse à normalização das actividades culturais.

Entretanto, destacam que a transmissão online dos eventos veio para ficar.



## Eliana Silva estreia-se com livro infanto-juvenil

O LIVRO infanto-juvenil "Bina, a Descobridora do Índico", lançado terça-feira, em Maputo, tem como pano de fundo o albinismo. A obra marca a estreia literária de Eliana Silva, uma escritora portuguesa radicada em Moçambique.

"Bina, a Descobridora do Índico" sai sob a chancela da Plural Editores. Narra as aventuras da personagem Albertina, carinhosamente tratada por Bina, na Ilha de Moçambique, província de Nampula, que faz as suas viagens usando a bicicleta.

A escolha de veículo está relacionada com as experiências e paixões da autora, que parece criar uma personagem muito próxima à si.

"Andei de bicicleta toda a vida. Acho que tirei carta de condução tão tarde, porque achei que com a bicicleta sempre conseguiria que fosse em qualquer geografia em que vivesse", esclarece.

Nesta perspectiva, Eliana Silva escreve um livro que acaba por trazer a bicicleta como uma boa proposta para a preservação do meio ambiente, visto que andar de bicicleta é bonito, prático e sustentável.

Neste infanto-juvenil, a escritora traz ao

seu leitor um universo extremamente colorido, que pode, além das histórias, servir atraer os mais novos.

"É uma forma de recitar um universo mais bonito", revela.

Entretanto, "Bina, a Descobridora do Índico" aborda, acima de tudo, a discriminação de pessoas com albinismo, uma situação que pode partir de casa. Aliás, este assunto tem sido dos que ultimamente mais dominam a esfera pública.

"Grande parte dos albinos acabam por sofrer discriminação", diz a autora avançando que até mesmo entre os países, o primeiro encontro com uma cor que não é a sua pode criar algum desconforto.

"É neste diapasão que a escritora deixou ficar aquela que pode ser a mensagem principal do livro: a pessoa albinica é muito mais do que a falta de melanina que ela tem na pele".

Refira-se que este livro saiu por iniciativa da Plural Editores e começou a ser trabalhado seriamente há dois anos.

Além assim, este projecto, segundo Eliana Silva, nasceu entre 2011 e 2012, quando a autora iniciou algumas pesquisas em volta do albinismo.



## DA CONSULTA À GRAMÁTICA

DELFINA MUGABE  
delfinadelinha1963@gmail.com

## Ainda as preposições!

Hoje, "Da Consulta à Gramática" volta a abordar a questão das preposições, na sequência de uma inquietação enviada ao nosso Jornal por dois leitores do Niassa, que passamos a transcrever na íntegra: "Saundamos o jornal por ajudar-nos a entender a gramática. Queríamos entender em que circunstâncias se usa os pronomes **Do**, **Da** e **De**, sobretudo, o **De**. Pois, entendemos que o **do** e **da** tem a ver com pertença. Caso de: Ministério da Economia e Finanças, Inspeção-Geral de Finanças. Aguardamos pelo melhor esclarecimento. Saudações, V. Ángelo e F. Veloso". Niassa.

A partir desta mensagem percebe-se que a dúvida dos nossos leitores se relaciona com o uso da preposição "de" e a sua fusão com o artigo definido masculino "o", ou feminino "a" para "do" e "da". A questão que eles apresentam é: em que circunstâncias esta junção ocorre? A Gramática do português contemporâneo refere que preposição é uma palavra invariável que une dois termos (palavras ou orações), estabelecendo uma relação de subordinação e de sentido. As mais comuns são (a, em, de, com, por, por, entre, desde, sobre, contra, ante, após, até, perante, sem, sob), embora existam outras. Regra geral, o segundo termo da oração subordina o primeiro. Ex: O João é filho mais velho **da** Marta Santana. Tal como podemos ver nos exemplos subsequentes, existem vários tipos de preposições e que são usadas de acordo com o contexto - De tempo (**por**); distância (**a**); causa (**com**); lugar (**de**); finalidade (**para**); modo (**em**), entre outros:

- O meu pai viajou **por** cinco anos (tempo);
  - A Ana trabalha **a** 20 quilómetros de casa (distância);
  - O João chegou ontem **de** Nova Iorque (lugar);
  - Comprei uma capulana linda **para** avó (finalidade);
  - A actividade prática será feita **em** grupo (modo).
- Algumas destas preposições podem ser combinadas com outras palavras e nesse processo de junção de termos há, por vezes, a perda fonética, ocorrendo a contracção, tal como nestes casos:
- Do → (de + o); / da → (de+a)
  - Dum → (de+um);
  - No → (em+o);
  - Neste → (em+este)
  - Nisa → (em+isso)
  - Naquele → (em+aquele)
- Quanto à dúvida dos nossos leitores, de notar que "Do" e "Da" resultam da junção dos dois artigos definidos masculino e feminino (**o, a**) com a preposição "DE". Isto ocorre quando o termo subsequente é precedido de um destes artigos. Segundo a Gramática, os artigos definidos (**o, a, os, as**) são vocábulos que antecedem os substantivos, determinando o seu número em singular ou plural e género (feminino ou masculino). A sua função é determinar; **com precisão**, os substantivos, nomeadamente pessoas, objectos ou lugares.

Analizando o exemplo "Ministério da Economia e Finanças", nota-se que a actividade está determinada, ou seja, definida (**a economia e finanças**). Neste sentido, tende em conta que existe a preposição "de" que une as palavras "ministério" e "a economia e finanças", ocorre a fusão desta preposição e o artigo definido "a" → (de+a = da).

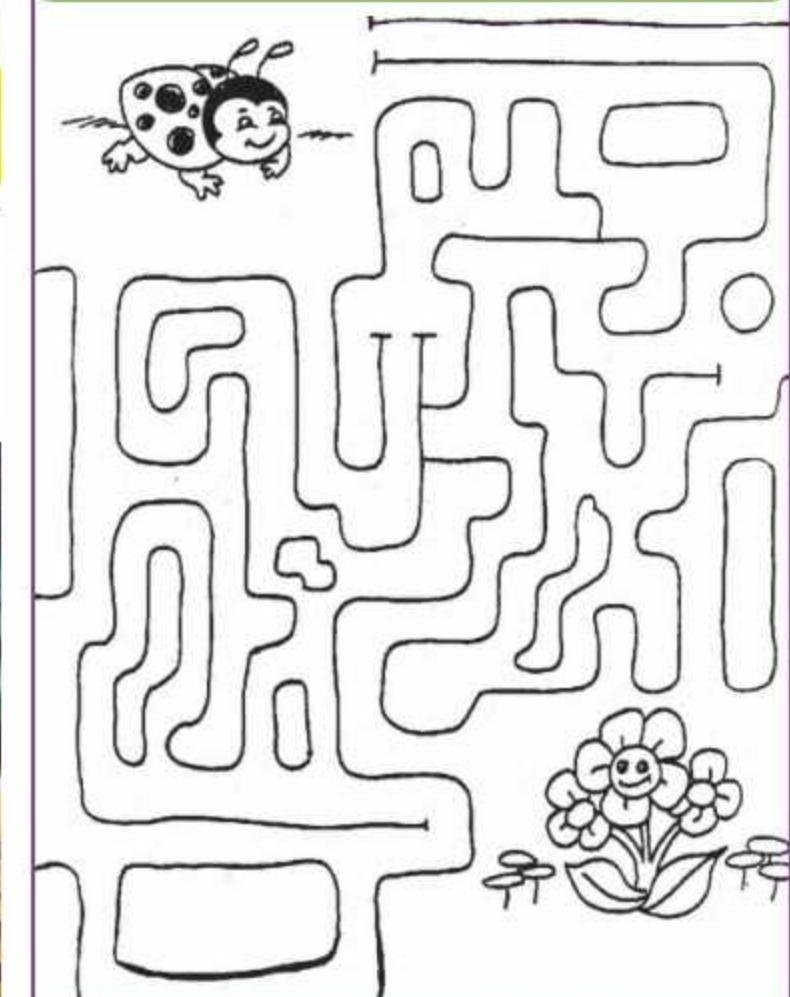
Em relação à expressão "Inspeção-geral de finanças", o termo que junta as palavras "inspeção-geral" e "finanças" é a preposição "de", mas uma vez que não existe nenhum artigo que indique, **de modo particular**, o substantivo "Finanças", consequentemente, não há fusão entre a preposição e o artigo (de+a) ou (de+o).

Contudo, nestes exemplos temos a definição clara e precisa dos substantivos já conhecidos quer pela pessoa que escreve o texto, quer por quem o lê:

- Isto cabe à Inspeção-Geral das Finanças Públicas;
- A Josselina viajou ontem a Nampula;
- Os meninos fizeram à praia;
- Recebi hoje de manhã o presente de aniversário.

## Labirinto

Vamos ajudar a nossa amiga Joaninha a chegar até as flores





# Feizal Sidat testa positivo para Covid-19

**F**EIZAL Sidat, presidente da Federação Moçambicana de Futebol (FMF), testou positivo para o novo coronavírus.

Segundo um comunicado divulgado ontem, pela FMF, o dirigente sentiu-se mal no Aeroporto Internacional de Maputo, quando regressava de Cabo Delgado, e de lá dirigiu-se a uma clínica onde foi submetido ao teste da Covid-19 e posteriormente internado por conta do "surgimento dos primeiros sintomas" da doença.

A Federação Moçambicana de Futebol (FMF) vem por este meio informar ao público em geral que o presidente desta instituição, Feizal Sidat, após uma deslocação à província de Cabo Delgado, no dia 21 de Agosto de 2020, no âmbito do exercício das suas funções, testou positivo para a Covid-19.

No seu regresso à cidade de Maputo, no dia 23 de Agosto, Feizal Sidat sentiu-se mal e no aeroporto dirigiu-se para uma clínica onde foi submetido ao teste da Covid-19 tendo sido imediatamente internado desde o surgimento dos primeiros sintomas.

Após um primeiro resultado negativo para a Covid-19, resultante de um exame de sangue, foi realizado um segundo exame PCR, cujo resultado disponibilizado na manhã de hoje, 28 de



Agosto, acusou positivo para a Covid-19.

A FMF apela a todos os cidadãos que estiverem em contacto com o presidente desta instituição para se manterem vigilantes e tomar as devidas precauções caso verifiquem alguma si-

tomatologia.\*

Feizal Sidat, que previa visitar as províncias para interagir com o movimento associativo e orientar a criação das associações distritais, interfará-se do seu funcionamento, para além de divulgar o plano que tem levado a cabo para o desenvolvimento do nosso.

Lembre-se que o presidente da FMF tem vindo

## Falha reinício da época de ténis

AS expectativas quanto ao reinício, este mês, da época ténistica fracassaram. Isto deve-se ao adiamento do Campeonato do Clube de Ténis de Maputo (CTM), cujo arranque estava previsto para hoje (sábado) nos "courts"

do Jardim Tunduru, para uma data a anunciar oportunamente devido ao crescente número de casos da Covid-19 no país.

Organizado em parceria com a Federação Moçambicana de Ténis (FMT), o cam-

peonato juntaria dezenas de praticantes entre nacionais e estrangeiros residentes na capital do país e se prolongaria por duas semanas.

Recordar que o ténis foi a primeira modalidade a retomar as actividades (treinos), a

foi por sua vez autorizada tendo em conta a especificidade da modalidade, na qual a possibilidade de contacto entre os adversários é remota. Isto porque um jogo de ténis coloca os adversários, tanto em singulares bem como em pares, separados pela rede que divide o campo pelo meio.

O presidente da FMT, Jonas Alberto, classificou a decisão de oportuna e acertada tendo em conta os riscos cada vez maiores de contaminação com o aumento assustador dos números.

Aliás, contou que a decisão de cancelar o campeonato surgiu depois de contactos com a Secretaria de Estado do Desporto, que advertiu à FMT a ponderar se era oportuno realizar o campeonato numa altura em que os números da Covid-19 não param de crescer.

"Concordamos que podíamos esperar até que a situação melhorasse", reiterou Jonas Alberto, ajoutando que mesmo assim os tenistas têm o privilégiº de continuar a treinar para melhorar a sua performance.

8 deste mês, observado o protocolo sanitário para a prevenção da contaminação pela Covid-19 nas instalações do CTM, onde estão situados os "courts" do Jardim Tunduru.

A abertura às competições



PUBLICIDADE

## ANÚNCIO

VAIS estudar ao Porto, Portugal? Necessitas de alojamento? Contacte-me por 82-3905510.

8542

**MBG jogos Realizando sonhos!**

- Apostas de Futebol todos os dias.  
- Lotaria 3/11. Todos os dias com prémios ate 3000 MT  
a cada 5 minutos, ao preço mínimo de 5MT.  
- Raspadinhos Instantâneos com prémios ate 500.000,00 MT.  
- Registo de agentes disponível para todo o país.  
- Contactos: 828591060/87516766

- Combo 3 resultados No.200828 Prémios 10.000 MT

4 5 7

Combo 5 resultados No.200828 Prémios 1.000.000 MT

4 5 7 9 6



19/08

## MOÇAMBICANOS NO ESTRANGEIRO Bidvest enfrenta o líder K.Chiefs

O BIDVEST, de Dominguez, defronta amanhã, a partir das 15:30 horas, o Kaizer Chiefs, comandante da Primeira Liga da África do Sul, num dos jogos mais aguardados da 24ª ronda.

O Bidvest, que ainda não conta com o capitão dos "Mambas", acredita que pode chegar ao título, mas para tal precisa pontuar nos jogos que restam. De salientar que faltam três jornadas para o tér-



Dominguez ainda continua fora das opções do "mister" Gavin Hunt



Gaby vai viver uma nova experiência no Sertanense

## Gaby no Sertanense

O MOÇAMBICANO Gabriel Pinho (Gaby), que até então representava o Amora FC, assinou recentemente um contrato por uma época pelo Sertanense FC, emblema português que milita na terceira divisão daquele país. Forjado no histórico Mahafal, o médio de 19 anos de idade e com 1,90 metros de altura teve passagens pelo Ferroviário de Maputo antes de rumar para Portugal.

Já em terras lusas, Gaby vestiu as camisas do Real Massamá, Associação Desportiva de Oeiras, Atlético Malveira e o Amora FC, como anteriormente fizemos menção. A curta estada no Sporting Clube de Portugal constituiu o ponto mais alto na sua carreira e o sonho da sua permanência neste emblema foi interrompido por uma lesão.

Ao nível das seleções de formação, Gaby começou a dar nas vistas em 2016, quando foi convocado para fazer parte da seleção nacional de futebol Sub-17, que participou nos Jogos da Comunidade de Língua Portuguesa (CPLP), que tiveram lugar em Cabo Verde.

Ainda em 2016, sob orientação de Nelinho e Saeid Movelá – este último responsável pela integração de Maestro e de Frank, defesa esquerdo do Maxaque e da seleção Sub-20 – o médio moçambicano viria a integrar a seleção que fez a campanha de qualificação para o Campeonato Africano das Nações (CAN), cuja fase final teve lugar em Madagascar, em 2017.



## Ratifo diante do Freiberg

O PONTA-DE-LANÇA dos "Mambas", Ratifo, vai vestir, esta tarde, a partir das 14:00 horas, a camisola do CFR Pforzheim para esgrimir forças com o Freiberg na 22ª jornada da Liga Baden-Württemberg, o equivalente à quinta divisão da Alemanha.

Ratifo, titular indiscutível, deve estar em campo para ajudar o CFR a conquistar três pontos e subir na classificação.

Neste momento ocupa a 14ª posição com 25 pontos. O Freiberg é 16º também com 25.

## Kamo-Kamo e Neymar na terceira divisão

OS futebolistas moçambicanos, Kamo-Kamo e Neymar, ficaram a saber na quinta-feira que vão jogar na terceira divisão (Campeonato de Portugal) depois de o Tribunal Arbitral do Desporto (TAD) ter rejeitado a providência cautelar do Vitória de Setúbal, que visava a suspensão da decisão de desclassificação.

O emblema sadino terminou a edição transacta da Liga no 16.º lugar, acima da zona de despromoção, com mais um ponto que os algarvios, mas foi impedido de se inscrever nas competições profissionais, depois de a Comissão de Auditoria da Liga ter reprovado os processos de licenciamento.

mino da PSL.

Entretanto, na quinta-feira, o Bidvest perdeu uma soberana oportunidade de ascender da quarta para a terceira posição ao empatar a uma bola com o Celtic Bloemfontein em partida da 27ª jornada.

Na classificação, o Kaizer lidera com 53, em igualdade com o Mamelodi Sundowns. O Supersport é terceiro com 47 e segue o Bidvest com 46.

## Kambala bate-se pela manutenção



NÃO menos importante é o jogo que irá opor o Baroka, de Kambala, ao Mamelodi amanhã às 18:00 horas. O Baroka, na 14ª posição com 25 pontos, precisa de pontuar para não cair nos lugares de despromoção, enquanto o Mamelodi luta pelo "canecão".

Kambala, que tem sido aposta no onze inicial, deve voltar a ser chamado a ocupar o lugar de médio defensivo.

## Lille em Reims sem Reinildo

A CUMPRIR um jogo de suspensão devido à expulsão na partida diante do Rennes, Reinildo estará de fora quando o seu Lille mede forças amanhã a partir das 18:00 horas com o Reims em partida da segunda jornada da Liga francesa.

O Lille ocupa a sétima posição com um ponto.

## Bordéus de Mexer recebe Angers

O BORDEUS, de Mexer, joga amanhã às 15:00 horas, no campo do Angers, depois de na primeira ronda ter empatado a zero no encontro com o Nantes.

O internacional moçambicano, Mexer, não saiu do campo de suplentes na partida de estreia na Ligue 1, mas se espera que faça a sua estreia amanhã em jogos oficiais na presente época.

## Lokomotiv de Malembana “espreita” liderança



Malembana pode terminar a ronda como líder

O LOKOMOTIV Plovdiv de David Malembana poderá passar para a liderança da Liga da Bulgária neste fim-de-semana, para tal precisa de uma conjugação de resultados. Primeiro é importante que vença amanhã às 17:45 horas, na receção ao Chernomorec e depois torcer para que o Tsarsko Selo (1º, sete pontos), CSKA Sofia (2º, 7 pontos) e Ludogorets (3º, seis) não vençam. O Lokomotiv ocupa a quarta posição com seis pontos.

Malembana, internacional pelos "Mambas", jogou a titular na ronda passada, em que o Lokomotiv venceu o Slavia Sofia, por 2-0.

## Kaisar de Reginaldo ataca vitória em casa

O KAI SAR FC, de Reginaldo, recebe amanhã, a partir das 14:00 horas, o Tolbot em jogo da setima jornada da Liga do Cazaquistão.

A equipa do avançado moçambicano não terá vida fácil, visto que joga com o terceiro classificado, que curiosamente soma dez pontos, os mesmos que o Kaisar.

O Kaisar é liderado pelo Kaisar com 15 pontos.



## RAS revê regras de contratação de trabalhadores estrangeiros

O PRESIDENTE sul-africano, Cyril Ramaphosa, anunciou que o seu Governo está a trabalhar numa série de reformas para lidar com a crescente taxa de desemprego no país e isso inclui a revisão das leis de contratação de estrangeiros e seu impacto na actividade económica.

Ramaphosa, que fez estes pronunciamentos durante uma sessão parlamentar de perguntas e respostas na quinta-feira, disse ser importante evitar "tentativas populistas" de culpar os elevados índices de desemprego no país aos estrangeiros que procuram oportunidades de trabalho.

"Precisamos entender que devemos responder à frustração do nosso próprio povo devido à violação das leis de imigração e outras regulamentações por parte das empresas que empregam estrangeiros ilegalmente", disse ele.



Cyril Ramaphosa/foto/GCS

Ramaphosa revelou que foi criado para o efeito um comité interministerial (IMC, na sigla inglesa) que será co-presidido pelo ministro do Interior e pelo ministro do Trabalho e tratará de migração de estrangeiros para a procura de empregos e oportunidades de trabalho no país.

"O comité também precisará garantir que a abordagem do país em relação à empregabilidade de estrangeiros forneça e aborde a questão das escassas habilidades essenciais de que precisamos para fazer a nossa economia crescer", disse Ramaphosa.

Frissou que o Governo está ansioso pelo trabalho do comité, já que muitos sul-africanos levantaram a questão dos cidadãos estrangeiros que entram cada vez em grande número na África do Sul, alegadamente para ocuparem empregos em detrimento dos nacionais.

Ramaphosa lembrou que a África do Sul pós-1994 se tornou um "óásis" para cidadãos de outros países africanos, o que fez com que várias pessoas entrassem no país.

Ele citou legislação recentemente introduzida no Botswana e no Gana, que define certos negócios que só podem ser ocupados e pertencem a cidadãos nacionais.

Em 2019 o Departamento de Desenvolvimento de Pequenas Empresas começou a trabalhar numa nova lei que restringirá o trabalho de estrangeiros em determinados sectores da economia.

O Ministro do Desenvolvimento de Pequenas Empresas, Khumbudzo Ntshavheni, disse que a legislação está alinhada com outros países, como a Nigéria e o Zimbabué, que têm leis que especificam os sectores onde estrangeiros não podem operar. (BUSINESSSTE-

### Surto de poliomielite no Sudão

TRES dias depois de ter sido declarado pela Organização Mundial da Saúde (OMS) um continente livre da poliomielite, África sofreu ontem um revés, com o anúncio da ocorrência de 13 casos no Sudão. Os casos são derivados de uma vacina, o que pode ocorrer em casos raros quando o vírus enfraquecido na vacina sofre mutação, um problema em países com baixas taxas de imunização e saneamento precário, segundo especialistas em saúde. Este é o primeiro surto de poliomielite no Sudão em mais de uma década. O primeiro caso foi registado a 9 de Agosto. Assim, o país está a preparar uma campanha de vacinação em massa contra a poliomielite, informou ontem a ONU, dias após a declaração de erradicação do poliovírus selvagem, causador da poliomielite, em África. Cinco milhões de crianças com menos de cinco anos serão vacinadas.

### ONU pede investigação das ameaças contra o Prémio Nobel

A ALTA-COMISSARIA das Nações Unidas para os Direitos Humanos pediu ontem às autoridades de Kinshasa medidas rápidas para levar à justiça os autores das ameaças de morte contra o Prémio Nobel da Paz de 2018, Denis Mukwege. "A sua vida parece estar em risco perigo", sublinhou Michelle Bachelet, segundo a AFP. A comissária apelou também a uma investigação imparcial pelas autoridades da República Democrática do Congo (RD Congo) sobre as ameaças contra o célebre ginecologista congolês, a quem foi atribuído o Nobel pelos seus cuidados às mulheres vítimas de violação naquele país. No final de julho Mukwege denunciou ameaças e intimidações contra si e seus familiares recebidas a partir da rede social Twitter dias depois de ter denunciado um novo massacre de civis na província do Kivu Sul (este).

### PM japonês demite-se por motivos de saúde

O PRIMEIRO-MINISTRO japonês, Shinzo Abe, no cargo desde 2012, anunciou ontem a sua renúncia por motivos de saúde, após ter sido acometido por uma doença inflamatória intestinal que já o tinha forçado a deixar o poder em 2007. "Decidi renunciar ao cargo de Primeiro-Ministro", disse Abe em conferência de imprensa, explicando que sofreu uma recidiva da sua doença crónica, colite ulcerosa. As preocupações sobre o problema crónico de saúde de Abe voltaram à discussão pública e intensificaram-se neste mês, quando deu entrada por duas vezes num hospital de Tóquio para realizar exames não especificados.

### Militares malianos sofrem emboscada

UMA emboscada a efectivos das Forças Armadas Malianas (FAMA) provocou a morte a quatro militares e ferimentos a outros 12, numa estrada entre Koulikoro e Douentza, na região de Mopti, no centro do país, informou fonte do Exército. Uma intervenção posterior com meios aéreos permitiu a "neutralização" de uma vintena de milicianos, acrescentou. Esta foi a segunda vez que as forças de segurança do Mali são atacadas, desde que os militares assumiram o poder, com um golpe de Estado realizado em 18 de Agosto. No sábado quatro soldados malianos foram mortos por um engenho explosivo que deflagrou a passagem do veículo que os transportava, igualmente no centro do país.

### GOLPE DE ESTADO NO MALI

## CEDEAO insiste no regresso dos civis ao poder

A COMUNIDADE Económica dos Estados da África Ocidental (CEDEAO) insistiu ontem na abertura de uma cimeira extraordinária dedicada ao Mali, no regresso ao poder dos civis, após o golpe de Estado que derrubou o Presidente Ibrahim Boubacar Keita (IBK).

"Se podemos considerar que a questão da liberdade de IBK está resolvida, o mesmo não acontece com o regresso

a ordem constitucional, que exige que todos os soldados regressem aos seus quartéis", disse, citado pela AFP, em Niamey, capital do Niger, o chefe de Estado nigerino, Mahamadou Issoufou, actual presidente da CEDEAO, durante o seu discurso de abertura da cimeira por videoconferência.

A junta militar que tomou o poder há uma semana no Mali libertou o antigo presidente,

apelidado de IBK, esta quinta-feira.

A junta pretende permanecer no poder durante três anos com o objectivo de restaurar as instituições do Estado, numa base que garanta a sua estabilidade, disse o presidente em exercício do bloco de 15 nações africanas.

Vários países africanos e ocidentais manifestaram o receio de que a convulsão do Mali venha a permitir que ganhem

[contra grupos extremistas islâmicos], o que exige, mais do que nunca, que o exército se concentre na sua missão tradicional, especialmente porque o inimigo está de armas em punho e tenta explorar o vazio institucional", disse o Presidente nigerino.

Vários países africanos e ocidentais manifestaram o receio de que a convulsão do Mali venha a permitir que ganhem

força os extremistas islâmicos que os militares combatem com um forte apoio internacional há sete anos.

Os militares no poder no Mali prometeram devolver o poder aos civis dentro de um período de tempo de três anos até à realização de eleições, ou seja, mais do dobro do tempo que mediou o anterior golpe de Estado no país em 2012 e a realização de eleições que levaram

ao poder IBK, que governava o Mali desde 2013 e renovou nas urnas o mandato de cinco anos em 2018.

A CEDEAO disse estar pronta a aceitar uma transição de alguns meses, um ano no máximo, desde que não fosse liderada por um oficial militar em serviço, mas não dois ou três anos, como inicialmente proposto pelos militares. (LUSA)

LEITURAS LEITURAS

### ELEIÇÕES NOS EUA

## Trump aceita candidatura e ataca programa socialista do rival

**REDACÇÃO INTERNACIONAL**, com LUSA, Agência Estado, Jornal do Comércio e Folha de São Paulo

DONALD Trump aceitou ontem a candidatura pelo partido Republicano, pela segunda vez, à presidência dos Estados Unidos da América (EUA).

O discurso de aceitação consolidou a mensagem que esteve presente em toda a convenção republicana desde a segunda-feira, quando foi instalada, a de que a eleição de 3 de Novembro é uma escolha entre a manutenção dos valores conservadores americanos e a violência e o vandalismo que, segundo Trump, invadiriam o país sob os democratas.

Foi forte o discurso de "restauração" da lei e da ordem. O candidato à reeleição insiste na tese de que Biden coloca em risco a segurança dos americanos, acusando-o de que se for eleito, o democrata irá tirar dinheiro da polícia, uma reivindicação dos movimentos antirracistas.

O seu discurso foi a afirmação que ou era ele de novo

Presidente ou vinha o inferno na Terra.

O candidato republicano defendeu na quinta-feira (madrugada de ontem em Moçambique) que as presidenciais deste ano são uma escolha entre "o sonho americano", protagonizado pelo seu Governo, e um "programa socialista destruidor do precioso destino" dos EUA, liderado pelo rival democrata, Joe Biden.

Trump disse que caso Joe Biden vencesse a votação de 03 de Novembro, este seria o coveiro da "grandeza da América".

"Joe Biden não é o salvador da alma da América, ele é o destruidor de empregos da América", acrescentou.

"Vamos reconstruir a economia mais forte da história", prometeu o Presidente republicano num púlpito nos jardins da Casa Branca, diante de uma audiência com cerca de 1500 convidados.

O Presidente falou num ambiente tão familiar quanto controverso. Apesar da tradição e regulamentação para não se usar a Casa Branca para eventos puramente políticos, um enorme palco foi

montado no relvado à frente da mansão executiva.

Num momento em que Trump e o país enfrentam desafios nacionais que vão desde as tensões sociais a uma pandemia que já matou mais de 180 mil pessoas e infectou mais de 5,8 milhões de norte-americanos, o actual Presidente vangloriou-se de ajudar os afro-americanos, perante uma multidão sem máscara, desafiando as diretrizes de combate ao novo coronavírus definidas pelo seu próprio Governo.

Trump exhibiu uma visão optimista do futuro dos Estados Unidos, prevendo o triunfo sobre a pandemia do coronavírus e prometendo uma vacina ainda este ano.

Atrás de Biden nas sondagens, Trump apresentou-se como a última barreira para proteger o estilo de vida norte-americano, cercado pelas forças radicais lideradas pelo candidato democrata, habitualmente definido pelos analistas políticos como um moderado.

No discurso de encerramento da convenção, o Presidente dos EUA raramente incluiu apelos à união e aca-

garantiu que o sistema de justiça deve e irá responsabilizar qualquer má conduta policial, mas que não se pode permitir que o país seja governado a partir das ruas e de multidões que não respeitam as leis.

"Se o Partido Democrata quer ficar do lado dos anarquistas, agitadores, desor-

deiros, saqueadores e queimadores de banderas, isso é problema deles, mas eu, como Presidente, recuso-me", salientou na Casa Branca, onde no exterior decorria uma manifestação antifascista e contra a brutalidade policial.

A Convenção Nacional Republicana arrancou na



"Nós vamos novamente construir a maior economia da nossa história", disse Trump. O presidente também argumentou que o seu governo passou "os últimos quatro anos tentando reverter o dano causado por Biden nos últimos 47 anos".

### O VILÃO

Num discurso de mais de uma hora, Trump pintou Biden como uma ameaça à nação e disse que a possível eleição do democrata significaria insegurança, aumento de desemprego e o fim do sonho americano.

No entanto, a pandemia e a recessão fizeram Biden despontar como favorito nas sondagens, com mais de oito pontos percentuais de vantagem, uma das maiores da história recente contra um presidente em primeiro mandato. A situação da covid-19 nos EUA, no entanto, foi praticamente ignorada na convenção republicana.

"Os EUA não são uma terra nas trevas. Os EUA são uma chama que ilumina o mundo inteiro", disse Trump, ao rebater Biden. Na semana passada, ao aceitar a nomeação, o candidato democrata prometeu ser um "aliado da luz" para tirar o país de uma "época de escuridão".